

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**Yago Oliveira dos Santos**

VITÓRIA

2023

YAGO OLIVEIRA DOS SANTOS

**NOVOS ARRANJOS URBANOS E REGIONAIS DOS MOVIMENTOS  
MIGRATÓRIOS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES)**

Material apresentado ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Estudos Urbanos e Regionais

Orientador: Ednelson Mariano Dota

VITÓRIA

2022

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

S237n Santos, Yago Oliveira dos, 1998-  
NOVOS ARRANJOS URBANOS E REGIONAIS DOS  
MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO MUNICÍPIO DE  
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES) / Yago Oliveira dos  
Santos. - 2023.  
140 f.

Orientador: Ednelson Mariano Dota.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Geografia. 2. Cidades médias. 3. Migração. 4. Migrações  
Internas. 5. Cachoeiro de Itapemirim. 6. Espírito Santo. I. Dota,  
Ednelson Mariano. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 91

---



Programa de Pós-Graduação em Geografia  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – ATA Nº 189 - 31/01/2023**

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e três, em sessão pública, às 14h, por webconferência, conforme Portaria Normativa nº 08, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, reuniu-se a Comissão Examinadora de Defesa de dissertação de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Geografia, composta pelos seguintes membros: Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota - UFES (Orientador e Presidente da Sessão), Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior - UFES (Examinador Interno), Profª Drª Silvana Nunes de Queiroz – URCA (Examinadora Externa), Profª Drª Isis do Mar Marques Martins (Examinadora Externa), para a apresentação da defesa da dissertação do discente **Yago de Oliveira dos Santos**, intitulado "**Novos arranjos dos movimentos migratórios no município de Cachoeiro de Itapemirim (ES)**". Finalizada a apresentação, o Presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição do candidato. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e alertou que o aprovado somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais componentes da Comissão.

Documento assinado digitalmente



EDNELSON MARIANO DOTA  
Data: 01/02/2023 07:52:32-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Prof. Dr. Ednelson Mariano Dota (UFES)**  
Orientador e Presidente da Sessão

Documento assinado digitalmente



CARLOS TEIXEIRA DE CAMPOS JUNIOR  
Data: 01/02/2023 10:54:40-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior (UFES)**  
Examinador Interno

**Profª Drª Silvana Nunes de Queiroz (URCA)**  
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente



ISIS DO MAR MARQUES MARTINS  
Data: 01/02/2023 09:49:45-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

**Profª Drª Isis do Mar Marques Martins**  
Examinadora Externa

## DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas aquelas pessoas que não tiveram as mesmas oportunidades que eu por ter cursado graduação e pós-graduação em uma universidade pública, gratuita e de qualidade como a Universidade Federal do Espírito Santo.

A todas as pessoas que não puderam continuar os seus estudos pelos mais diversos motivos.

A todos moradores de Viana que sonharam e ainda sonham em estar em um ambiente universitário.

Aos meus alunos e alunas, amigos e amigas e familiares que serão encorajados por mim para viver o máximo que puderem em busca de seus sonhos.

A todos os funcionários que mantêm vivas as instituições públicas de pesquisa, em especial os recenseadores do IBGE que são a linha de frente de uma das maiores pesquisas secundárias do Brasil.

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a Deus e a intercessão de Nova Senhora da Penha por todos os momentos que me trouxeram aqui.

Agradeço eternamente a minha mãe Luciene Vicente de Oliveira, e ao meu pai Ailton Aparecido dos Santos (*in memoriam*) por nunca deixarem faltar a vontade de estudar, viver e amar.

À minha noiva Nayara Freire Valcher por estar trilhando um longo caminho de amor, carinho e companheirismo. Por sempre estar ao meu lado, e eu ao lado dela.

Aos meus irmãos e irmãs Yandra, Yuri, Amanda, Patrick e Marcela por sempre acreditarem em mim, por sempre me encorajar, por sempre estarmos unidos diante das adversidades e felicidades.

Ao meu padrinho Leandro por ter acreditado em mim desde o início, e que nunca desistiu dos meus estudos. À minha madrinha Wanessa por ter me incentivado e sempre me acolhido.

Agradeço a toda minha família que esteve ao meu lado: primos, primas, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas, avós, sogro, sogra, cunhadas, cunhados...

A todos os meus amigos que sempre estiveram ao meu lado, correndo o risco de ser injusto, mas insisto em citar: Bruna Pôrto, Gabriel Ribeiro, Isadora Hatakeyama, Henrique Vargas, Kezia Ribeiro, Victor Lonardelli, Luiza Loss, Yann Souza, Viviane Coutinho, Mariana Cristina, Kalliany Costa, Fabiana Furtado, Marcela Scaramussa, Carlos dos Santos...

Agradeço o grupo de pesquisa Mobilidade Espacial da População por todos os encontros, por todas as pesquisas. Agradeço especialmente o Rennan, Itala, Gearley e Leonardo.

Agradeço Kamilly e Matheus por estarem me aguentando falar sobre Cachoeiro de Itapemirim há alguns anos, especialmente o período da pandemia e suas diversas horas de *Google Meet* para reflexão.

Agradeço todos os amigos e colegas que foram criados ao longo da minha jornada tanto do Ifes como da Ufes.

Agradeço ao meu orientador Ednelson Mariano Dota, que tem me orientado desde 2018 e acreditado no meu trabalho enquanto pesquisador. Agradeço principalmente

a paciência e o carinho por cada revisão, orientação, explicação e tantas outras coisas ao longo deste caminho.

Agradeço a banca de qualificação a Isis do Mar e Carlos Teixeira por terem dado importantes contribuições para esta pesquisa, e terem aceitado participar da banca final. Agradeço também Silvana Nunes de Queiroz por ter aceitado participar da banca final, e também por todas as orientações indiretas que ocorreram ao longo de entrevistas, palestras e conversas ao longo da pandemia.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (Fapes) pela bolsa de pesquisa, que foi e ainda é essencial para todos e todas pesquisadoras que decidiram seguir a carreira científica diante de todas as adversidades colocadas por governos que não acreditam na ciência.

Aos meus professores e professoras que sempre estiveram ao meu lado desde o ensino fundamental I, e que foram essenciais até o ensino superior: meu eterno obrigado. Obrigado, e meu muitíssimo obrigado!

Agradeço o Departamento de Geografia e o Programa de Pós Graduação em Geografia por todo apoio e suporte. À Universidade Federal do Espírito Santo por todas as oportunidades vivenciadas e apoiadas por seus funcionários.



*“Por onde você passa, você vai deixando saudades”*  
Dona Zulmira, Monte Verde – Viana/ES

*Como a Fênix que renasce de suas cinzas,  
os migrantes recomeçam sempre um novo ciclo com novas esperanças.*

Cláudio Luiz Zanotelli



## RESUMO

As migrações internas possuem uma vasta literatura na academia brasileira, investigando, analisando, problematizando e buscando compreender os motivos, causas, origens, destinos, as suas modalidades e diversas outras questões que envolvem este tema. É a partir deste conjunto de discussão das migrações internas que este trabalho se desenvolveu. Assim, este trabalho tem por objetivo a busca pela compreensão dos condicionantes que entendam e discutam a saída de um espaço de ganho migratório para um espaço de perda migratória que envolve o município de Cachoeiro de Itapemirim diante das mudanças econômicas. Combinado a isso, coloca-se a importância de entender este município enquanto uma cidade média, polarizadora e central dentro de uma região. Para alcançar este objetivo, este trabalho utilizou de uma análise quantitativa a partir de dados censitários de 1991, 2000 e 2010 para analisar os fluxos migratórios e as características populacionais destes migrantes, também incluindo na discussão do perfil migratório de entrada e saída. Para a compreensão das questões econômicas foram utilizados os dados de trabalho da RAIS e do censo. Também em conjunto com estes, também se faz uma análise dos investimentos públicos e privados do Instituto Jones dos Santos Neves. Assim sendo, este trabalho inicia discutindo os principais debates dentro da literatura que envolve este trabalho, e também trazendo as relações que podem ser estabelecidas para entre as questões urbanas, populacionais e regionais. Logo após, é feita uma análise histórica do município de Cachoeiro de Itapemirim ao longo do século XX dentro da rede urbana capixaba e os movimentos migratórios inseridos nestes contextos. Por fim, são analisados os condicionantes econômicos e migratórios para discutir os novos contextos de perda migratória do município de Cachoeiro. Os resultados demonstram que os status de município perdedor de migrantes também acompanham as mudanças na rede urbana capixaba no que tange as transformações econômicas. É visto que Cachoeiro de Itapemirim embora tenha sido uma importante centralidade regional ao longo das primeiras décadas do século XX, a concentração de investimentos econômicos no litoral capixaba, principal devido ao petróleo e gás, acaba direcionando também os novos movimentos migratórios, e ao mesmo tempo os municípios que não participam diretamente desta rede produtiva, como o município desta pesquisa, acabam apresentando uma estagnação econômica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migração; Cidade Média; Cachoeiro de Itapemirim; Investimentos

## ABSTRACT

Internal migrations have a vast literature in the Brazilian academy, investigating, analyzing, problematizing and seeking to understand the reasons, causes, origins, destinations, their modalities and several other issues that involve this theme. It is from this set of discussion of internal migrations that this work was developed. Thus, this work aims to seek to understand the conditions that understand and discuss the departure from a space of migratory gain to a space of migratory loss that involves the municipality of Cachoeiro de Itapemirim in the face of economic changes. Combined with this, there is the importance of understanding this municipality as a medium, polarizing and central city within a region. To achieve this objective, this work used a quantitative analysis based on census data from 1991, 2000 and 2010 to analyze migratory flows and the population characteristics of these migrants, also including in the discussion of the migratory profile of entry and exit. In order to understand the economic issues, work data from the RAIS and the census were used. Also together with these, an analysis of the public and private investments of the Jones dos Santos Neves Institute is also carried out. Therefore, this work begins by discussing the main debates within the literature that surrounds this work, and also bringing the relationships that can be established between urban, population and regional issues. Soon after, a historical analysis is made of the municipality of Cachoeiro de Itapemirim throughout the twentieth century within the urban network of Espírito Santo and the migratory movements inserted in these contexts. Finally, the economic and migratory constraints are analyzed to discuss the new contexts of migratory loss in the municipality of Cachoeiro. The results demonstrate that the status of loser municipality of migrants also follow the changes in the urban network of Espírito Santo in terms of economic transformations. It is seen that Cachoeiro de Itapemirim, although it was an important regional centrality throughout the first decades of the twentieth century, the concentration of economic investments on the coast of Espírito Santo, mainly due to oil and gas, ends up also directing the new migratory movements, and at the same time municipalities that do not directly participate in this productive network, such as the municipality in this research, end up showing economic stagnation.

**KEYWORDS:** Migration; Medium-sized Cities; Cachoeiro de Itapemirim; Investments.

## **Lista de figuras**

Figura 1. Divisão regional para análise metodológica do perfil migratório da entrada e saída dos migrantes de Cachoeiro de Itapemirim.....	20
Figura 2. As mudanças de cotidianos na mobilidade espacial da população.....	26
Figura 3. As interrelações entre os movimentos migratórios e a rede urbana.....	61
Figura 4. Infraestrutura férrea do Espírito Santo em 1930.....	68
Figura 5. Fluxograma processual de tratamento das rochas ornamentais.....	75
Figura 6. Reportagem do Jornal A Gazeta sobre o fim das viagens de trem para Cachoeiro, 1980.....	76

## **Lista de mapas**

Mapa 1. Mudanças na rede urbana representadas pela Regic (1972, 1993 e 2018) .....	52
Mapa 2. Mapa de localização do município de Cachoeiro de Itapemirim -ES.....	68
Mapas 3 e 4: Investimentos públicos e privados acumulados entre 2002 e 2021.....	86
Mapa 5. Fluxos migratórios com origem e destino nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim. 1991, 2000, 2010.....	101
Mapa 6. Mapa do saldo migratório da migração de Cachoeiro de Itapemirim em nível intraestadual. 86/1991, 95/2000 e 05/2000.....	104

## Lista de gráficos

Gráfico 1. Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) do total de empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995/2000 e 2015/2020.....	81
Gráfico 2. Volume da População em Idade Ativa (%) e dos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021.....	86
Gráfico 3. Taxa de participação da População em Idade Ativa (%) em relação aos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021.....	87
Gráfico 4. Volume da População em Idade Ativa (%) em relação ao volume de empregos. Cachoeiro de Itapemirim. 2000 e 2010.....	88
Gráfico 5. Investimentos previstos no Espírito Santo das 5 microrregiões que mais tiveram participação. 2002/2007-2010/2015.....	90
Gráfico 6. Investimentos previstos no Espírito Santo das 5 microrregiões que mais tiveram participação. 2011-2016/2021-2026.....	96
Gráfico 7. Imigrantes, emigrantes e saldo migratório do município de Cachoeiro de Itapemirim. 1991, 2000 e 2010.....	96
Gráfico 8. Saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim em trocas com intrarregionais, com a RMGV e intraestadual. 86/1991, 95/2000 e 05/2010.....	105
Gráfico 9. Saldo migratório da migração de Cachoeiro de Itapemirim em trocas em nível interestadual com estados vizinhos do ES. 86/1991, 95/2000 e 05/2010.....	106

## **Lista de quadros**

Quadro 1. Variáveis para tabulação e análise populacional dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim.....	18
Quadro 2. Metodologia utilizada para comparação da rede urbana capixaba a partir da Regic	
1972, 1993 e	
2018.....	50

## Lista de tabelas

Tabela 1. Pessoas ocupadas no município de Cachoeiro de Itapemirim. Volume e participação (%), 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020.....	83
Tabela 2. Volume e participação das pessoas nos setores de atividades de trabalho. Cachoeiro de Itapemirim. 2000 e 2010.....	88
Tabela 3. Migração bruta e IEM do município de Cachoeiro de Itapemirim. 1991, 2000 e 2010.....	97
Tabela 4. População residente. Cachoeiro de Itapemirim e outras escalas de análise. 1980, 1991, 2000, 2010 e 2021.....	98
Tabela 5. Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) da população. Cachoeiro de Itapemirim e outras escalas de análise. 1980, 1991, 2000, 2010 e 2021.....	98
Tabela 6. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: faixa etária (participação %, volume total e saldo migratório).....	101
Tabela 7. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: escolaridade (participação %, volume total e saldo migratório).....	105
Tabela 8. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: renda (participação %, volume total e saldo migratório).....	107

**Lista de siglas**

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

RMGV – Região Metropolitana da grande Vitória

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste



## Sumário

1. Introdução.....	13
2. Metodologia .....	17
2.1 Dados secundários .....	17
2.2.1 Microdados do censo demográfico.....	17
2.2.2 Dados sobre economia e trabalho.....	23
3. Concepções teóricas acerca da relação entre migração, do urbano e dos contextos regionais.....	25
3.1. Mobilidade espacial da população, migração e dinâmicas socioespaciais .....	25
3.1.1. Migração, Migrações .....	31
3.1.1.1. Debates migratórios no século XXI .....	35
3.2 Rede urbana, cidades médias e região.....	38
3.2.1 A rede urbana .....	38
3.2.1.1 As cidades médias.....	42
3.2.2 As cidades médias enquanto centralidades regionais.....	45
3.2.3 Rede urbana capixaba a partir da Regic e a contextualização das cidades médias no Espírito Santo.....	48
3.3 Migração e cidades médias .....	54
3.3.1 Migração como fenômeno importante para análise das cidades médias.....	54
3.3.2 Os movimentos migratórios internos e o crescimento das cidades médias no Brasil ..	58
3.3.3 Os movimentos migratórios internos e o crescimento das cidades médias no Espírito Santo.....	61
4. As migrações internas em Cachoeiro de Itapemirim enquanto cidade média no Espírito Santo.....	67
4.1 Contexto histórico dos movimentos migratórios no município dentro da rede urbana capixaba.....	67
4.1.1 A virada do século XIX para o XX: Cachoeiro de Itapemirim, a “ <i>Capital Secreta do Mundo</i> ” .....	68
4.1.2 Novos sentidos para Cachoeiro de Itapemirim na década de 30 até a década de 60 diante dos novos contextos da rede urbana.....	71
4.1.3 Erradicação dos cafezais, os <i>Grandes Projetos</i> e o isolamento do Sul capixaba: a segunda metade do século XX diante dos novos contextos econômicos (década de 60 a 90) .....	74
4.2 Condicionantes para análise da dinâmica migratória de Cachoeiro de Itapemirim pós-2000 enquanto espaço de perda migratória.....	81
4.2.1 Análise de condicionantes econômicos e regionais .....	81
4.3. Os movimentos migratórios de Cachoeiro de Itapemirim da atração á evasão .....	95
4.3.1 As trocas migratórias: para onde vão, e de onde vem.....	95

4.3.2 Perfil dos migrantes que entram e saem .....	107
Considerações finais.....	119
Referências .....	122

## 1. INTRODUÇÃO

Os debates acerca das migrações internas no território brasileiro são diversos e perpassam por diversas áreas de análise. Geograficamente, é importante situar as transformações no espaço geográfico sem falar da migração, uma vez que durante algumas décadas os contextos rurais e urbanos foram modificados pela troca de residência da população, que passou a viver em sua maioria em espaço urbano, e em contrapartida levando a um esvaziamento populacional das áreas rurais, como cita Santos (2018) em seu livro *A Urbanização Brasileira*.

Neste sentido, diversos motivos, causas e condicionantes foram preponderantes para mobilizar milhões de pessoas. Para tal, no caso específico do Espírito Santo, Castiglioni (2009) aponta que o mesmo não esteve inserido no cenário nacional, e que esteve distante das trocas migratórias com outros estados. Contudo, a autora expõe os movimentos migratórios internos eram expressivos e relevantes no que tange mudanças na estruturação urbana, econômica e social.

As migrações internas capixabas foram movimentadas pelas atividades econômicas, que não impactaram apenas infraestrutura, mas também pessoas pelo seu território. Ao longo do século XX principalmente o café e as atividades industriais foram sendo responsáveis pelo desenvolvimento e criação de ferrovias e rodovias, responsáveis por redirecionar a população modificando a rede urbana a cada período, como demonstrado por Dadalto e Dota (2021).

No que tange a discussão de rede urbana, este debate tem sido importante dentro dos debates da geografia a partir do conceito de cidades médias, uma vez que tem sido preponderante para entender as relações urbanas que são construídas e constituídas fora do contexto metropolitano, como por autoras e autores brasileiros Sposito (2007), Corrêa (2007; 2017), Castelo Branco (2007), Andrade (2019) e outros. Este debate é fomentado e muito mais intenso no estado de São Paulo, contudo, há diversos trabalhos que aplicam este conceito e o consideram para outros estados, como vem fazendo Queiroz *et al.* (2019) no Nordeste.

Acredita-se que partir deste conceito, que combina diversos fatores e questões da rede urbana para compreender as cidades médias, o posicionamento destas cidades de acordo com seu papel na rede urbana as diferenciam das outras cidades,

principalmente por causa das análises regionais, volume populacional, oferta de bens e serviços especializados, centro comercial, político e econômico. Assim, combinar uma análise de dinâmica migratória com estas características possibilita entender de que forma os movimentos populacionais se organizam fora das Regiões Metropolitanas, já que a relação direta entre cidades médias e pequenas não são as mesmas entre os movimentos intrametropolitanos, devido a conurbação entre os municípios vizinhos. Além do mais, no caso específico de Cachoeiro de Itapemirim, entender como estas dinâmicas se organizam diante de um contexto de evasão migratória.

Dentro deste contexto geográfico não metropolitano que este trabalho permeia e avança para contribuir com as lacunas da literatura. Uma análise migratória a partir dos dados censitários na literatura geográfica brasileira possui pouca exploração das análises migratórias, como colocado por Lobo e Matos (2011). Em conjunto, este trabalho ainda inclui uma análise a partir das questões urbanas das cidades médias, que investiga como o tema “migração” pode ser diferenciada nessas cidades a partir da sua posição geográfica e polarização regional. Além do mais, avança ao discutir as migrações internas dentro do Espírito Santo, principalmente na região sul do estado.

As questões urbanas e populacionais na literatura mantêm suas discussões e proposições atualizadas, o que auxilia neste debate para as relações entre a migração, cidades médias, rede urbana e região. Contudo, necessitam de avanços ao buscar estabelecer relações entre as mesmas, dando novos sentidos para os novos contextos de transformações.

No caso deste trabalho, a análise das migrações internas será focada no município de Cachoeiro de Itapemirim, localizado no sul do estado do Espírito Santo. Em trabalhos anteriores (SANTOS, 2020; 2021) foi visto que este município apresentou mudanças na sua dinâmica migratória, saindo de um saldo migratório positivo para negativo no último recenseamento. Além do mais, foi percebido que as trocas migratórias também mudaram de acordo com as escalas: intrarregional, inter-regional, e com a RMGV.

A análise a partir dos fenômenos migratórios permite compreender as importantes dinâmicas que ocorrem no espaço, como é perceptível em análises históricas dos movimentos migratórios ao longo do mundo. Assim, este trabalho parte

de uma análise da migração enquanto força motriz para a compreensão das mudanças na cidade de Cachoeiro de Itapemirim dentro da rede urbana capixaba.

Assim sendo, esta pesquisa também busca traçar a forma como uma análise da dinâmica migratória pode ser uma variável importante para compreender as discussões das cidades médias. Importante situar que foi visualizado que há poucos trabalhos com um caráter quantitativo ligado a esta discussão.

Em conjunto dessa análise migratória, são feitas discussões de condicionantes que possivelmente explicam esta mudança no padrão migratório: investimentos, PIB, emprego formal e relações regionais. Também serão utilizados dados secundários para avaliar as mudanças no perfil desses migrantes, compreendendo as mudanças no padrão migratório. Para complementar o debate, a análise qualitativa será interessante para buscar perspectivas de agentes públicos e privados do município.

O trabalho envolve compreender algumas questões importantes: por que há “fuga” de migrantes em Cachoeiro de Itapemirim, depois de um longo período exercendo centralidade regional no recebimento de imigrantes? Cachoeiro de Itapemirim ainda mantém posição relevante em nível regional e estadual? Como uma análise das migrações internas pode ajudar a entender a dinâmica populacional do município? De que forma uma análise das cidades médias auxilia a pensar a evasão migratória de determinados municípios com seu entorno, mas também com outras escalas?

Verifica-se que devido aos fatores históricos, localização geográfica, e os grandes investimentos que ocorreram na RMGV e no litoral do Espírito Santo, Cachoeiro de Itapemirim tem se apresentado enquanto cidade com baixa atração migratória, mas, possui grande expressão na migração intraestadual. Além disso, dentro da sua região há grande relevância nas trocas migratórias.

Nesse sentido, a hipótese deste trabalho é a de que a perda dos status de um município ganhador de migrantes por parte de Cachoeiro de Itapemirim se deu principalmente pelos novos contextos econômicos de investimentos no Espírito Santo. Assim, o perfil migratório destas trocas também se alterou de acordo com a escala regional, principalmente por causa da concentração dos investimentos no Litoral e na RMGV. Do outro lado, por ser uma cidade média polarizadora e central na sua região, seus status a auxiliam no ganho de migrantes.

Seguindo estas questões, este trabalho tem por objetivo analisar as mudanças no padrão migratório de Cachoeiro de Itapemirim frente às mudanças econômicas

ocorridas após-2000, compreendendo quais as características da dinâmica migratória e os condicionantes que levaram este município a ser um espaço de evasão. De forma específica, o trabalho tem quatro objetivos chaves:

- 1- Discutir como a migração pode contribuir para a análise conceitual das cidades médias;
- 2- Compreender as características da dinâmica migratória (perfil dos migrantes, fluxos migratórios) de Cachoeiro de Itapemirim frente às transformações ocorridas na rede urbana capixaba após-2000;
- 3- Analisar os condicionantes que levaram Cachoeiro de Itapemirim a ser um espaço de expulsão de migrantes na década de 2000;
- 4- Identificar qual o papel de Cachoeiro de Itapemirim nas trocas migratórias ao nível regional e intraestadual.

Nessa perspectiva, esse trabalho justifica-se pela necessidade de discutir a questão migratória no sul do estado do Espírito Santo pós-2000, tentando compreender e analisar os fluxos migratórios e a dinâmica populacional de Cachoeiro de Itapemirim em relação a região no qual este está inserido, frente aos processos históricos que ocorreram no município e que o levaram a ser um espaço de emigração. Além do mais, o mesmo se mostra relevante ao discutir os impactos dos investimentos realizados no Espírito Santo, principalmente ao relacionar os mesmos com os movimentos migratórios.

Estas relações da dinâmica migratória de Cachoeiro de Itapemirim vão muito além da busca por entender sobre os processos da própria cidade e como estão estruturadas as questões econômicas, políticas e sociais; mas também nas relações de desenvolvimento econômico e regional que se relacionam com os municípios da sua região, ou com outros da rede urbana capixaba, e também com de outros estados. Assim, ao longo deste trabalho pretende-se discutir sobre essas questões traçando um entendimento entre migração, rede urbana, cidades médias e economia.

## 2. METODOLOGIA

### 2.1 DADOS SECUNDÁRIOS

#### 2.2.1 MICRODADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO

Os Censos Demográficos<sup>1</sup> realizados pelo IBGE são importantes para poder obter conhecimento e informações das condições de vida das populações nos municípios brasileiros (renda, faixa etária, migração, escolaridade e outros). Os recenseamentos ocorrem decenalmente, buscando ter um retrato da população a cada pesquisa.

A estatística descritiva dos dados será essencial nesta pesquisa para compreender as mudanças no padrão migratório de Cachoeiro de Itapemirim ao longo dos três últimos censos realizados (1991, 2000 e 2010).

Os dados sobre migração neste trabalho referem-se ao quesito Data-fixa, que combina espaço e tempo. É considerado migrante todo aquele que residia em um município diferente em uma data de referência no passado, que no caso brasileiro são 5 anos antes (RIGOTTI, 1999; CUNHA, 2012)<sup>2</sup>.

Estes dados possibilitam calcular taxas de migração, como a migração bruta (soma do valor total dos imigrantes + valor total dos emigrantes), e também o IEM (o cálculo é feito a partir dos dados de migração, sendo: saldo migratório / migração bruta). O IEM é utilizado para analisar a eficácia migratória das entradas e saídas dos migrantes de determinada área de análise, sendo que quanto mais perto de +1 indica alta eficácia migratória (representa retenção migratória), e quanto mais perto de -1 indica baixa eficácia migratória (representa perda migratória) (DOTA; QUEIROZ, 2019).

Os dados de migração serão utilizados para saber de onde estão vindo os imigrantes, para onde estão indo os emigrantes, cálculos de taxas de migração, saldo migratório e etc. Estes dados serão tratados e espacializados através do software

---

<sup>1</sup> Censo Demográfico: o que é? Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-2020-censo4.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em 06/11/2022.

<sup>2</sup> "Data fixa: combina espaço (município e UF) e tempo (cinco anos atrás) e permite determinar a residência em uma data fixa no passado, especificando, ao contrário do quesito anterior, um período exato e local inequívoco para a migração." (CUNHA, 2012, p. 41).

ArcMap, produzindo mapas de fluxos e distribuição das taxas da migração. Metodologicamente, Martins (2021) parte da discussão de Abdelmalek Sayad e define imigrante como todo aquele que entra em um lugar, e emigrante todo aquele que sai. Estes migrantes mudam suas relações toda vez que entram, e também saem. Assim, toda relação de entrada e saída do município de origem impactam também o município de destino, com todo o perfil que este imigrante ou emigrante carrega.

Assim, dentro do Data-fixa imigrantes são aqueles que vivem/residem no período de coleta do Censo Demográfico em determinado município, e que 5 anos antes foi um emigrante que saiu de um outro município.

A análise de dados sobre migração de Cachoeiro de Itapemirim possibilita aprofundar algumas percepções da dinâmica populacional e econômica. Além disso, serão utilizadas outras variáveis para analisar as características do perfil desses migrantes ao longo dos três períodos Data-fixa. Dentre estas, variáveis ligadas à renda, escolaridade e idade.

Quadro 1. Variáveis para tabulação e análise populacional dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim

	1991	2000	2010
Escolaridade	V0318	V0416	V0633
Idade	V3072	V4752	V6036
Renda	V3561	V4614	V6525

Fonte: Elaboração própria

A variável Idade compreende qual é a idade destas pessoas na data de referência da pesquisa. Neste trabalho ela foi dividida em quatro grupos (15-29, 30-44, 45-59, 60 +). Esta análise pode ser importante para entender as relações que são



constituídas na entrada e saída dos imigrantes e emigrantes dentro de Cachoeiro de Itapemirim. Bernard, Bell, Charles-Edwards (2014) demonstram que na migração há uma seletividade por idade, isto é, há um determinado grupo etário em que a migração ocorre de forma mais expressiva, como os jovens-adultos. Por outro lado, os autores apontam que a migração tende a declinar entre os grupos etários mais idosos (próximos da aposentadoria) e também entre as crianças mais pequenas (que ainda não possuem o poder de decisão migratória). Para tal, é importante situar que é colocado pelos mesmos, que a idade está relacionada também com o curso de vida

Por renda compreende-se o rendimento total em salários mínimos para pessoas acima de 15 anos. Esta variável será útil para compreender como tem sido observada a distribuição de renda entre os migrantes que entravam e saíam do município a cada década. Esta discussão a partir da renda é interessante, pois dentro do perfil migratório, ela poderá indicar qual a renda dos imigrantes ou emigrantes. Gama e Machado (2014) expõem que historicamente as análises estiveram concentradas entre migrantes e não migrantes dentro de mudanças na estrutura econômica, principalmente no que tange a decisão de migrar. Contudo, dentro de um contexto de mudanças na economia, também se faz importante entender as diferenças salariais entre aqueles que entram. É interessante pensar se a mesma quantidade de população de alta renda que sai do município, também é a mesma que entra. Desta forma, se dentro de um contexto de estagnação econômica, como é o perfil migratório de rendimentos daqueles que entram no município, e como é o perfil daqueles que saem.

Por escolaridade compreende-se o grau máximo escolar obtido pelo migrante na data de referência do censo demográfico. Esta variável será dividida em ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e pós graduação. Esta informação será preponderante para pensar possíveis relações na saída e entrada com o grau de escolaridade.

A análise de escolaridade, renda e idade são importantes, pois, como visto por Gama e Machado (2014), a entrada e a saída dos migrantes com determinadas características possibilitam observas dinâmicas tanto das áreas de origem, quanto as áreas de destino. Assim sendo, parte da ideia que os migrantes levam consigo atributos não observáveis (melhores habilidades e produtividade). Para tal, a saída de pessoas com renda alta ou com alto grau de escolarização ou jovens significam a saída de uma população com atributos importantes para o desenvolvimento daquela

área de origem, e que significa a chegada de atributos importantes em determinada área de destino que concentra características semelhantes à destes migrantes.

Para Bernard, Bell, Charles-Edwards (2014) está análise em conjunto das variáveis também estão ligadas ao curso de vida dos migrantes. Mas para além disso, é importante compreender em qual contexto estes estão incluídos, pois estas características e a sua relação com a migração variam de região para região. Neste seguimento, a análise destas características do perfil migratório em Cachoeiro de Itapemirim permite entender como seus contextos econômicos podem estar relacionados com a entrada e saída dos migrantes.

As características destes migrantes serão utilizadas para montar um quadro comparativo entre as trocas migratórias de quatro escalas geográficas: municípios da sua Região Geográfica Intermediária (classificados como intrarregionais). A Região Geográfica Intermediária foi um recorte de análise utilizado, pois “organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade.” (IBGE, 2017, p. 19), sendo assim, este recorte regional “incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas.” (IBGE, 2017, p. 18). Além do mais, essa regionalização auxilia a pensar as centralidades regionais que oferecem bens e serviços de alto grau para municípios vizinhos e próximos.

Também com os municípios pertencentes da RMGV, com os outros municípios do estado (classificados como intraestadual), e com os outros estados do Brasil. Esta metodologia é proposta por Dota (2015) que faz uma combinação de variáveis para entender a diferenciação entre emigrante e imigrantes nas trocas migratória de Campinas. Queiroz et al (2019) também possui uma metodologia de análise de trocas migratórias para o Nordeste entre diferentes níveis regionais.

A Figura 1 ilustra estas escalas de trocas dentro do estado do Espírito Santo, auxiliando a compreender espacialmente as distancias entre as regiões que foram selecionadas para a análise.

Esta proposta de análise secundária dos dados, combinando características demográficas dos migrantes entre as escalas de migração entre três períodos diferentes, será útil para discutir se entre um período de atração e evasão o perfil do migrante mudou ou continuou; em seguida será discutido se os condicionantes propostos para análise desta pesquisa podem estar influenciando as possíveis

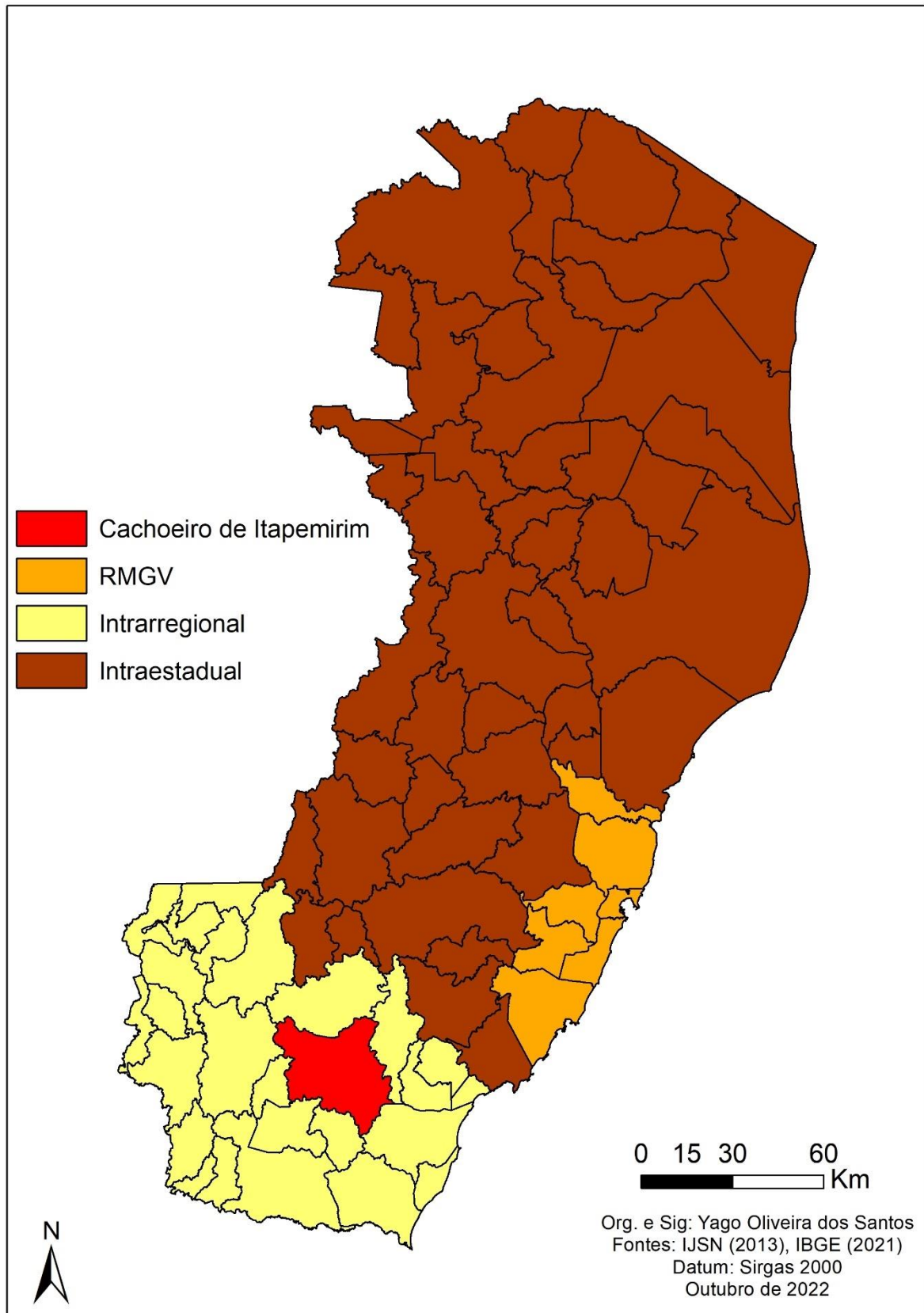
mudanças do saldo migratório e do perfil desses migrantes. A idade é uma variável importante, pois a partir dela pode verificar qual tem sido a intensidade e frequência de entrada e saída, e isso está relacionado diretamente a atividades do mercado de trabalho (população economicamente ativa).

Os limites desta proposta serão a impossibilidade de saber exatamente o que os migrantes estão levando em conta na decisão de migrar, uma vez que o censo demográfico possui limites para compreender e determinar quais os motivos de migração, que existem diversas possibilidades que envolvem este processo.

Contudo, apesar de haver alguns limites, esta pesquisa está apoiada em outros trabalhos que também partem do mesmo caminho metodológico, e que assim encontram resultados importantes para uma análise do espaço geográfico e, para além disso, contribuem para a ciência geográfica e as discussões sobre a migração.

Estes resultados que envolvem geografia, migração e estudos de análise quantitativa podem ser vistos em trabalhos de Dota (2015), Dota *et al* (2021), Queiroz *et al* (2019; 2020), Andrade (2019), Gama e Machado (2014) dentre outros, demonstrando que as análises de perfil migratório para entendimento da origem e destino são importantes para entender dinâmica demográfica (envelhecimento, juventude), mercado de trabalho e questões econômicas.

Figura 1. Divisão regional para análise metodológica do perfil migratório da entrada e saída dos migrantes de Cachoeiro de Itapemirim



## 2.2.2 DADOS SOBRE ECONOMIA E TRABALHO

Os dados sobre questões econômicas e de trabalho serão parte importante para compreender o município de Cachoeiro de Itapemirim enquanto espaço de perda migratória. Assim, será discutido qual tem sido a posição do município enquanto cidade média diante dos novos da economia na rede urbana capixaba, e quais os impactos que podem estar relacionados com o aumento da emigração.

Dentre os dados, o PIB permite avaliar a produção bruta de determinado território por ano, utilizando os dados do PIB a preços correntes, que possibilita fazer comparações na economia pós-2000. Estes dados serão coletados a partir de trabalhos organizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Os dados de investimentos públicos e privados previstos do Instituto Jones dos Santos Neves possuem uma linha histórica de publicação, sendo possível fazer comparações entre o passado, presente, e as perspectivas. Assim, serão utilizados para entender se há alguma relação enquanto condicionante econômico para entender as migrações e áreas de concentração econômica, e as possíveis desigualdades regionais também na distribuição de migrantes entre os municípios. A tese de doutorado de Mota (2002) discute como os impactos de desenvolvimentos/incentivos fiscais podem ser relevantes para entender a estrutura socioeconômica das regiões. Santos (2022) também traça uma análise entre a possibilidade dos investimentos públicos e privados estar refletindo os movimentos migratórios.

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) também serão utilizados para analisar a estrutura do trabalho formal segundo as atividades econômicas do município, onde pretende-se fazer uma relação com os dados econômicos e suas transformações entre 1995 e 2020.

A metodologia de análise utilizada por Dota e Ferreira (2021) para pensar a relação entre trabalho e estrutura econômica do município será base para este trabalho, uma vez que ao analisar as mudanças ocorridas nos setores da economia, pode-se fazer relações diretas com dados relacionados ao PIB e investimentos.

Os dados do mercado de trabalho serão organizados a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), sendo que esta classificação será possível relacionar com as atividades econômicas relacionadas aos investimentos e

PIB. A partir disso, buscará entender se os investimentos e o mercado de trabalho têm se alterado ao longo do tempo e influenciado um ao outro.

### **3. CONCEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO, DO URBANO E DOS CONTEXTOS REGIONAIS**

#### **3.1. MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO, MIGRAÇÃO E DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS**

A migração e a mobilidade espacial da população são conceitos que podem ser confundidos enquanto sinônimos, mas que possuem diferentes significados nas análises, aplicações e estudos na literatura acadêmica. Esta diferenciação pode ser indicada inicialmente por Zelinsky (1971) em seus estudos acerca da transição da mobilidade.

A transição da mobilidade transcorre por cinco fases que podem ser entendidas, de forma simplificada: (1) uma sociedade em que os movimentos espaciais eram inexpressivos; (2) os movimentos migratórios possuem um maior impacto entre as características vitais da sociedade, havendo assim um aumento das migrações internas devido as desigualdades entre áreas rurais e urbanas (impacto da modernização econômica, cultural e tecnológica); (3) nesta fase a complexidade migratória é vista, pois não é possível traçar padrões espaciais únicos (origem e destino). Para tal, a migração começa a não ser mais o centro das atenções, mas sim novos movimentos se mostram mais dinâmicos (movimentos intraurbanos); (4) nesta fase a circulação é preponderante, os movimentos são cada vez menores. No entanto, é importante situar também a situação de pessoas mais ricas poderem circular para além das fronteiras nacionais, e como isso ocorre; (5) os movimentos nessas fases possuem diversos tipos de modalidades, mas que necessitam de um desenvolvimento tecnológico e econômico muito avançado para chegar nela<sup>3</sup> (ZELINSKY, 1971).

A abordagem de Zelinsky (1971) propõe que quanto mais uma sociedade avança nas fases da transição, os seus movimentos vão evoluindo, presenciando novas modalidades de mobilidade e o espaço vai sendo alterado pelas novas dinâmicas.

---

<sup>3</sup> Há ainda todo um debate envolto compreendendo os níveis de desenvolvimento e subdesenvolvimento da sociedade para poder avançar em cada fase. Assim sendo, os níveis de organização social, econômica, cultural e tecnológica de cada país precisam de certo nível de avanço para se situarem em cada fase da transição da mobilidade, mas que também está ligado a transição vital (e que juntas acompanham a transição demográfica).

Contudo, Skeldon (2010) faz um questionamento importante sobre a abordagem proposta por Zelinsky: este modelo intuitivo está ligado a realidade da Europa e América do Norte, relacionando as questões migratórias nacionais com a natalidade e mortalidade. Para tal, Skeldon pontua que Zelinsky nunca demonstrou essa relação demográfica, e que os dados necessários para fazer esta análise não existem até os dias atuais. O autor ainda ressalta que esta problemática está ligada diretamente à forma como os fenômenos demográficos acontecem: a migração se concentra em áreas específicas, enquanto natalidade e mortalidade estão espalhadas por todas as áreas.

Dentro desta questão, a migração é colocada como localizada, pois não são em todas as áreas e regiões que ela desenvolve e se torna expressiva. A migração depende de questões que a movimentam, diferente da natalidade e mortalidade que ocorrem naturalmente entre a população. Neste sentido, é importante situar que a migração se diferencia e possui características diferentes daquelas observadas das questões naturais das populações.

Assim sendo, a mobilidade espacial da população exprime estas questões ligadas aos movimentos das populações que estão concentradas em determinados lugares. É um conceito amplo (guarda-chuva), que abarca diversos movimentos que são complexos e diversificados, saindo de uma visão unitária que considera apenas a mudança de residência enquanto um movimento no espaço (CUNHA, 2011).

Ou seja, considera-se que partir de reflexões que não apenas partam de uma terminologia mais ampla, mas também de uma visão mais complexa do que seria a movimentação da população no espaço, representaria a priori uma vantagem para melhor se compreender a real característica, condicionantes e consequências da dinâmica da população nos seus vários contextos socioespaciais (CUNHA, 2011, p. 8)

Desta maneira, esta perspectiva da mobilidade demonstra que os estudos interdisciplinares da ciência trazem vantagens, como a compreensão de novas análises para a identificação de dinâmicas que ocorrem no mesmo espaço, ou mesmos movimentos, mas vistos de formas diferentes, a partir de outras perspectivas singulares de cada área do conhecimento. King (2012) pontua que a migração enquanto tema é uma das mais abertas à interdisciplinaridade dentro das ciências sociais, e além disso especifica que o campo dentro da Geografia ainda consegue ser ainda mais interdisciplinar e plural dentro dos estudos sociais.



Já dentro da visão sobre as mobilidades, Sheller e Urry (2006) colocam que há uma virada nos estudos das mobilidades nas ciências sociais, sendo chamados como os novos paradigmas da mobilidade<sup>4</sup>. Os novos paradigmas da mobilidade trazem a luz uma diversidade de novas compreensões para poder analisar os movimentos populacionais pelo espaço. Desta forma, há uma expansão de estudos entre transporte e pesquisa social, que passa a considerar os diversos tipos de transportes com os padrões complexos da vida social conduzidos pelas novas formas contemporâneas de comunicação, isto é: fax, telefone, telefone móvel e outros meios de comunicação devem ser levados em conta para os estudos de mobilidade, uma vez que estas infraestruturas imóveis impactam diretamente a forma no qual a sociedade se organiza para se mover e se comunicar (SHELLER; URRY, 2006).

Cresswell (2011) complementa expondo que nos estudos das mobilidades, não são só pessoas que se movimentam, mas também informações, ideias, cotidianos e outros. Para tal, o movimento/mobilidade espacial integra diversas dimensões e modalidades, “que cada vez se hacen más difícil de analizar por separado porque interactúan entre sí” (MÓDENES, 2008, p. 159).

As mobilidades refletem as dinâmicas expressas pelos diversos lugares. Se os lugares possuem grande dinamicidade, as mobilidades não conseguem se manter em uma dicotomia de apenas mudar de uma cidade para outra, ou muito menos entender apenas que os movimentos pendulares são traçados na dinâmica casa-trabalho. Para tal, os novos paradigmas da mobilidade colocam que a cidade se move, e conseqüentemente os conceitos tradicionais precisam ser revisados para dar conta destas novas dinâmicas, já que não é apenas a migração que tem em seu espírito algo diferente a ser estudado e compreendido (SHELLER; URRY, 2006).

Assim, Sheller e Urry (2006) expõe que estas múltiplas mobilidades devem ser levadas em conta, uma vez que chegam e se envolvem em determinado espaço de formas diferentes. Pode-se colocar então que pensar uma multiplicidade de mobilidades pode levar a pensar outras imobilidades que anteriormente não eram visualizadas.

Além disso, as mobilidades não são apenas aquelas realizadas a longa distância: há de se compreender as outras escalas presentes e os impactos que elas trazem para a geografia de determinado lugar. Para tal, as mobilidades estão sendo

---

<sup>4</sup> *The new mobilities paradigm* (SHELLER; URRY, 2006).

realizadas a todo momento, e estas se movem com eventos mundiais que conectam os espaços a tal ponto que estes ficam próximos, como a propagação do vírus SarsCov tanto no início do século XXI (SHELLER; URRY, 2006), quando na pandemia do vírus da mesma família iniciada em 2019 na China.

Cresswell (2011) ressalta que estas dinâmicas são produzidas devido a combinação de um universo de informações com os diversos tipos de mobilidades. Logo, é importante posicionar aqui que os diversos meios de transporte (viagens de trem, avião, ônibus, carro, bicicleta, a pé e outros) presentes nas cidades expõe relações socioespaciais que são criadas em geografias cotidianas das populações que habitam este ambiente urbano, isto é, as mobilidades impactam os cotidianos das cidades, e o contrário também ocorre.

Esta lógica para um estudo amplo das mobilidades precisa ser abraçada pela Geografia enquanto disciplina (CRESSWELL; MERRIMAN, 2011; CRESSWELL, 2006), uma vez que as análises espaciais contribuem no que tange a compreensão e organização das cidades:

La movilidad espacial es un fenómeno complejo constituido en sistema donde interactúan migraciones, movilidad residencial, movilidad obligada y el resto de movilidades cotidianas. En este sistema, la estabilidad debe ser integrada como otra dimensión más, y son habituales los procesos de complementariedad y sustitución entre tipos de movilidad a nivel individual. Reconocer la sensibilidad sociodemográfica de la movilidad espacial, mediante un adecuado tratamiento de las dimensiones temporales, mejora el conocimiento de la dinámica y las posibilidades de proyectar su evolución futura. Igualmente, comparar de cómo se mueven los grupos con las normas de movilidad (accesibilidad y uso de medios de transporte) permite una comprensión mejor de las dinámicas territoriales. Todo ello nos permite evaluar mejor la estructura y la dinámica de las vinculaciones territoriales efectivas de la población. Nos permite cuestionar el único criterio de adscripción territorial basado en la mera localización de la residencia principal (MÓDENES, 2008, p. 171).

Módenes (2008) traz essas conclusões em seu trabalho, e também se integra no que fora discutindo nos parágrafos anteriores, expondo que a análise da mobilidade, em toda sua complexidade, deve estar atrelada aos movimentos que ocorrem dentro de um território, pois é nesta esfera que as dinâmicas são alteradas e percebidas pelo conjunto geral da população. Assim, quando este conjunto é percebido, pode-se pensar em planejamento dos centros urbanos, na mobilidade urbana, e a infraestrutura que é (in)adequada para estas populações se moverem.

Para Cresswell e Merriman (2011), os estudos das mobilidades re-centralizam o conhecimento geográfico, pois é a partir deste que há novos olhares para se pensar as análises socioespaciais, uma vez que os movimentos são espaciais (e que se

tornam mobilidades). Deste modo, “the mobile worlds that are labelled dead, irrational and dysfunctional by transport geographers and others come alive when they become the focus of our attention” (2011, p. 4-5).

Uma vivacidade criada entre práticas, espaços e sujeitos geram *spacial stories*<sup>5</sup> (CRESSWEL; MERRIMAN, 2011) permitindo levar em conta as geografias cotidianas (CRESSWELL, 2011) e respectivamente a análise dos espaços de vida (MÓDENES, 2008) ou o distanciamento dos mesmos (MARANDOLAR JR, 2011).

Para exemplificar essa diferença, Roseman (1971) faz uma representação das diferenças dentro da mobilidade espacial da população, sendo que (1) os movimentos cíclicos que acontecem no espaço e que possuem um período de tempo menor: saída de casa para a escola, parada na farmácia e de volta para casa; e (2) o momento em que as pessoas realizam um único caminho, e que é relativamente permanente: mudança de residência (Figura 2).

Figura 2. As mudanças de cotidianos na mobilidade espacial da população

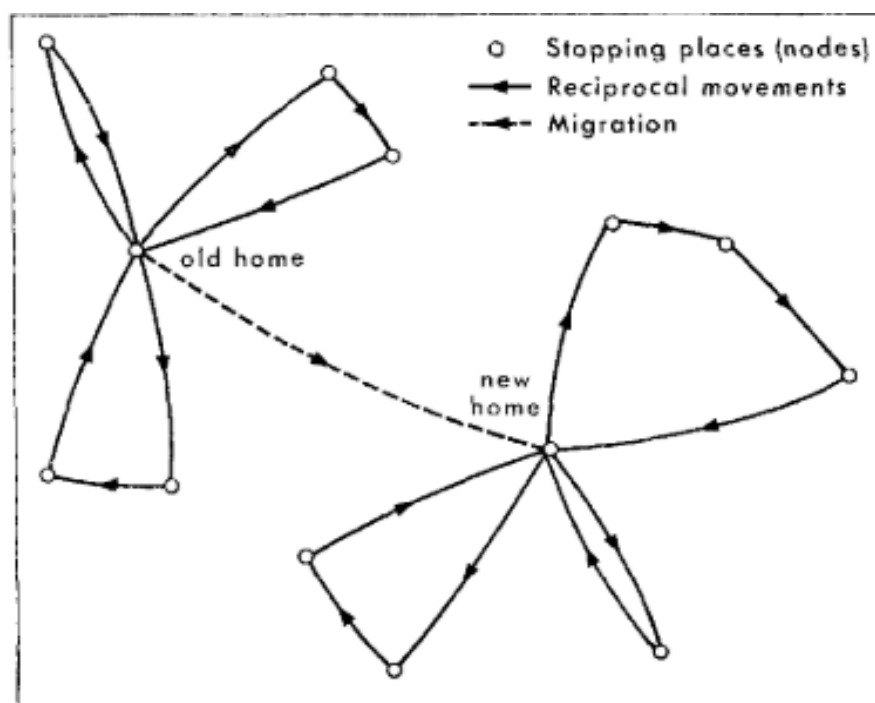


FIG. 2. Weekly movement cycles and migration.

Fonte: Roseman (1971)

<sup>5</sup> Histórias espaciais são as mobilidades criadas por sujeitos ao se movimentar pela cidade, como proposto por Cresswell e Merriman (2011).

Assim, a mobilidade espacial da população não precisa, necessariamente, que haja uma mudança de residência. Os movimentos recíprocos da representação podem ser notados enquanto movimentos pendulares, seja por motivos de trabalho (CARDOSO; LOBO, 2016) ou estudo (LOBO; SOARES; CARVALHO, 2020), mas também movimentos que não são apenas de ida e volta.

A representação também é capaz de outras reflexões importantes: quando há a mudança de residência, as dinâmicas espaciais se alteram, isto é, os mesmos movimentos que você fazia diariamente na antiga residência possivelmente não serão os mesmos na nova residência.

Deste modo, são visualizadas diferenças nas escalas espaciais e temporais destes movimentos, como em uma cidade existem estudantes que migraram para ali por motivo de estudo, e também haver estudantes que fazem movimentos pendulares intermunicipais para poder estudar.

Neste sentido, a migração é um tipo de mobilidade espacial da população (BECKER, 2012; KING, 2012), e esta é compreendida quando um migrante sai de sua residência habitual e se muda para outra, seja esta de forma permanente ou semipermanente (LEE, 1966; CUNHA, 2011; PAILHE, 2002). A migração, então, entra em um contexto anterior anunciado pelas teorias dos novos paradigmas da mobilidade, como colocado pelos autores em discussão anterior. King (2012) coloca que dentro desta perspectiva da teoria migratória, o que a torna intrinsecamente geográfico é a discussão envolta do espaço e tempo (ou distância e tempo), entendendo e analisando tanto a entrada e a saída de migrantes.

Assim, King (2012) coloca que as discussões mais convencionais e anteriores na migração são diferentes das discussões mais atuais apontadas pelos novos paradigmas das mobilidades. Esta diferenciação é importante, pois apesar da migração estar incluída dentro do contexto maior da mobilidade espacial da população, ela possui outros caminhos teóricos-metodológicos. Para tal, esta pesquisa segue esta linha mais tradicional dos estudos migratórios, compreendendo as dinâmicas espaço-tempo, descrevendo, analisando e teorizando os movimentos migratórios presentes em Cachoeiro de Itapemirim nas últimas décadas.

A mobilidade espacial da população é um tema contemporâneo e emergente. Os movimentos populacionais são inerentes à discussão das transformações espaciais nas cidades em suas diversas escalas de integração no território, e uma

análise especificamente da migração se demonstra extremamente relevante para a compreensão das dinâmicas socioespaciais das cidades.

### 3.1.1 MIGRAÇÃO, MIGRAÇÕES

A migração tem um debate bem diverso por muitas áreas da ciência, e que propõem diferentes perspectivas deste fenômeno que podem ser percebidas e analisadas a partir de áreas das ciências humanas e sociais: antropologia, geografia, , demografia, economia, história, sociologia, ciências políticas e outros. Assim, não se pode falar de análise da dinâmica demográfica sem citar a migração (ZELINSKY, 1971).

Dentro das análises sobre migração, há tanto aspectos microeconômicos quanto macroeconômicos que foram analisados por diversos autores ao longo da história para que se pudesse compreender as dinâmicas socioespaciais destes movimentos, como visto em Santos *et al* (2010).

As teorias micro sobre migração abarcam níveis e escalas geográficas bem específicas, e que não possuem tanta generalização. Focam acerca de fatores econômicos, políticos, sociais de indivíduos, famílias ou dos domicílios. Para tal, as teorias micro discutem o porquê de o indivíduo migrar, como é feita a discussão sobre migrar ou não, como este assunto é discutido pela família, quais os destinos de migração, os impactos que geram após essa pessoa/família de onde saíram, e onde chegaram (SANTOS *et al*, 2010).

Já na análise de aspectos das teorias macro, Santos *et al* (2010) debatem no que concerne a uma análise mais generalista da migração, onde a escala geográfica é maior em relação às teorias micro. Nesse sentido, as análises vêm compreender a conjuntura que podem se relacionar ao ato de migrar da população. Alguns autores, por exemplo, propõem perspectivas e questões metodológicas que se baseiam em alguns fatores ou leis que podem estar associadas ao motivo de migrar a partir de análises regionais, e examinando os impactos nos locais de saída e de destino. Os autores complementam colocando que as teorias macro tendem a pensar um contingente maior de pessoas a partir de redes e fluxos migratórios no espaço, a partir de análises históricas, econômicas, sociais, ambientais, políticas e que podem estar associadas à migração.

É visto que o fenômeno migratório tem sido importante para analisar e compreender as dinâmicas que ocorrem na sociedade. Neste sentido, Becker (2012) ressalta o debate clássico que foi estudado por Ravenstein (1885) nas chamadas “Leis da Migração” para a Sociedade Real Britânica, em que analisou a migração interna da Inglaterra durante a Revolução Industrial com destaque para “as leis de atração das cidades”. A autora expõe que Ravenstein discute tópicos importantes como migração e distância, o urbano e o rural na decisão de migrar, a migração por etapas, discussões sobre tecnologia, fluxos e contrafluxos, os motivos econômicos para se deslocar e outros. Estes estudos foram um ponto de partida para as discussões e compreensões para a teoria da migração.

Muitos foram os trabalhos fomentados a partir de Ravenstein (1885), que começaram a evidenciar e compreender a migração como um fenômeno importante para analisar as dinâmicas sociais, espaciais, econômicas e territoriais.

Dentre estes, os modelos push-pull de Lee (1966) também são um marco para os debates teóricos acerca da migração. O autor define a migração como uma mudança permanente ou semipermanente da residência, e discute ainda sobre em que nível espacial a migração pode ser considerada: uma simples mudança de um apartamento para outro; ou a saída de um país para outro? Questões que foram levantadas e são discutidas até os dias de hoje.

Ainda em seu trabalho, Lee (1966) faz uma representação levantando algumas questões importantes, como fatores associados tanto com a área de origem quanto a área de destino no que tange fatores de atração e expulsão; os obstáculos que intervêm na realização da migração, e também adiciona os fatores pessoais para o ato de migrar.

Zelinsky (1971) pontua que a migração acompanha o desenvolvimento da sociedade no geral, e que os movimentos em torno deste conceito vão se alterando ao longo do tempo e também de suas distâncias, principalmente pelos avanços tecnológicos (meios de transporte mais avançados, concentração urbana e outros) que alteram a lógica espaço-tempo.

Já em um debate dentro da Geografia, são muitos os autores que discutem a migração como um movimento espacial, e que possibilita compreender quais os impactos desta nos diferentes territórios, e que podem propor diversas formas de pensar o fenômeno tanto espacialmente quanto temporalmente (ROSEMAN, 1971;

BRETTELL; HOLLIFIELD, 2014; DAMIANI, 2017; KING, 2012; PAILHÉ, 2002; SANTOS, 2013; DOTA; COELHO; CAMARGO, 2017; CRESSWEL, 2006).

Para Santos (2013) é necessário compreender a população não só como uma “massa”, mas também como um fator capaz de gerar fluxos, sendo preciso conhecer e evidenciar as causas e níveis que compreende a sua mobilidade, a porcentagem dos deslocamentos populacionais, a duração e os motivos. Damiani (2017) complementa essa temática expondo que os fluxos migratórios dentro de uma perspectiva geográfica, que não estão fixos no espaço, possibilitam entender fenômenos importantes como o povoamento, isto é, a partir de movimentos de saída e chegada também é possível notar o aumento ou o crescimento dos povos.

Desta maneira, os estudos migratórios no campo geográfico são os mais abertos à interdisciplinaridade nas ciências sociais pelo ponto de vista de King (2012). O autor ainda ressalta que dentro da geografia a análise migratória pode ser feita por várias outras vertentes: geografia econômica, geografia cultural, geografia da população, geografia política e geografia urbana.

Dentre essas diversas análises dentro da geografia, Smith (2018) pontua sobre a necessidade dos estudos migratórios a partir da geografia da população, uma vez que a temática e questões metodológicas se cruzam. Pailhé ressalta que o ponto de partida para a prática da geografia da população é “o movimento da população, que designa a mudança quantitativa e seus efeitos para uma área identificada” (2002, p. 75, tradução nossa).

Para Smith (2018) a consolidação da migração dentro da geografia da população permite que haja uma maior evidência e impacto nos debates políticos, sociais, econômicos e visibilidade na mídia. O autor afirma ainda a necessidade do debate da geografia da população e a migração no que tange questões locais:

It would be a step in the right direction to more fully expose local population compositions and changes in places that are, at least anecdotally, viewed as being transformed by migration. Although it might not be possible to pin down, in an accurate way, flows and characteristics of migration on an annual basis, it may be possible to identify overall population changes, and consider other factors for the transformation of local neighbourhood populations (such as fertility and ageing) (SMITH, 2018, p. 2).

O autor explicita as influências que a migração tem diretamente com a população local, e discute sobre essas transformações. Pailhé (2002) complementa expondo que é relevante situar que estas mudanças ocorrem tanto no destino, quanto na origem.

Brettell e Hollifield (2014) afirmam que a discussão feita por geógrafos nas teorias sobre migração, inicialmente, envolve as relações espaciais, o que diferencia a sua análise de outras disciplinas. Neste seguimento, Smith (2018) coloca que as relações espaciais e mudanças populacionais estão intrincadas no debate acerca da migração, e como ela é percebida pelos mais diversos grupos populacionais em lugares diferentes.

Hardwick (2014) expõe que as pesquisas em padrões e processos espaciais não são algo recente nos estudos geográficos, uma vez que este é o cerne da disciplina, e que em diversas abordagens, fontes de dados e tecnologias geoespaciais no qual geógrafos (as) documentam e analisam os migrantes.

Para Bican et al (2020) há diversas variáveis que podem fazer parte dos estudos migratórios na geografia que são de extrema importância para compreender alguns fenômenos, como desenvolvimento econômico, conexões estabelecidas internacionalmente, demografia, regimes de regulação e outros.

Segundo Pailhé (2002) dentro da tradição geográfica a migração é associada ao movimento, a mobilidade e a combinação espaço-tempo, sendo este último o que encontra as tipologias da migração: migrações internas ou internacionais (pelo espaço); migrações temporárias ou definitivas (pelo tempo).

Embora seja vista a importância da migração, e aqui com o foco nos estudos geográficos, Lobo e Matos (2011, p. 82) expõem que “são raros os trabalhos sobre migrações internas, principalmente aqueles que utilizam informações censitárias para estimar os movimentos espaciais da população”. Os mesmos colocam que a análise espacial dos fluxos migratórios possibilita descobrir novas abordagens sobre desconcentração e dispersão populacional, que era restrita aos estudos demográficos e econômicos.

Assim, os estudos geográficos compreendem e discutem os diversos tipos de migrações, escalas dos seus movimentos (curta, médias e longas distâncias no espaço) e o tempo (BRETTELL; HOLLIFIELD, 2014; DAMIANI, 2017; KING, 2012).

Desta maneira, diante de toda importância de uma análise geográfica acerca das migrações, este trabalho constitui elemento importante para traçar os movimentos populacionais de Cachoeiro de Itapemirim, município não metropolitano do estado do Espírito Santo. A análise das migrações serve como indicador para compreender dinâmicas e processos espaciais que envolvem a entrada e a saída de pessoas, que no caso específico desta pesquisa, compreender como um município sai de um padrão



de saldo migratório positivo, para um saldo migratório negativo relevante em nível regional.

Utilizar a migração como indicador das dinâmicas espaciais mais amplas possibilita entender o porquê de as pessoas estarem saindo ou entrando, uma vez que os motivos podem ser explicados por questões econômicas (micro ou macro), mas também por questões culturais, ambientais e outros.

Além do mais, é possível indicar, a partir do volume migratório, as diferenças da estrutura econômica, urbana e populacional das cidades na rede urbana: cidades médias do Espírito Santo possuem o maior volume migratório fora da região metropolitana, depois as cidades menores (DOTA, 2016a).

Portanto, se apropriar das análises migratórias a partir de uma análise macroeconômica possibilita dar sentido as mudanças que ocorreram na infraestrutura urbana, regional e populacional da sociedade, mas também podem trazer perspectivas futuras para gestores compreenderem porque determinado município perdeu migrantes para outro município de outra região; ou do outro lado, compreender porque determinado município tem recebido bastantes migrantes, e propor políticas para poder absorver estes no mercado de trabalho, ampliar escolas, creches, unidades de saúde e etc.

### **3.1.1.1. DEBATES MIGRATÓRIOS NO SÉCULO XXI**

Em um debate mais contemporâneo da migração, autores discutem, analisam e pensam o fenômeno em busca de fomentar novas questões teórico-metodológicas para pensar a migração.

Inicialmente, é importante situar nestes estudos o que King (2012) discute acerca da migração na geografia, no qual se propõe que haja três fases: pioneiros que são fundamentais para a compreensão do assunto; a segunda fase é constituída pelo estudo quantitativo a partir de mapeamentos e modelos da geografia da população; e a terceira fase é a virada cultural, no qual geógrafos culturais começam a introduzir os assuntos dentro da migração.

Esta conjuntura histórica abordada por King (2012) acerca da migração demonstra os caminhos pelos estudos na Geografia. O autor ainda ressalta a questão econômica voltando a ser destaque para as análises demográficas e sociais da migração após a crise mundial de 2008, a ida de migrantes para a China, devido à sua

ascensão política e econômica, ou o que pode ser verificado na prolongada crise brasileira vista nos últimos anos, como colocado por Dota e Queiroz (2019).

Bilsborrow (2011) diz que há poucos avanços sobre migração e este campo se mostra atrasado em relação a outros nos estudos populacionais, como a fecundidade. Bican et al. (2020) colocam que a migração tem uma necessidade crescente de teorias para que haja o desenvolvimento de novos métodos, para que assim, possa estudar os novos modos de ser.

Neste sentido, com as discussões migratórias neste cenário de mudanças mundiais, trabalhos como de Collins (2020), Carling e Collins (2018), Hardwick (2014), King (2012), Carling e Schewel (2018) e Domenach (2012) propõem novas abordagens teórico-metodológicas que se mostram importantes para discutir a migração no século XXI.

Dentre essas questões propostas, os autores ressaltam alguns debates que estão vinculados à migração no século XXI, como a análise de gênero, raça, religião, educação, *lifecourse*, transnacionalismo e outros. Hardwick (2014) coloca que estes estudos críticos da migração no campo da geografia auxiliam a expandir e aprofundar o debate neste século.

Assim sendo, Carling e Collins (2018) discutem sobre aspirações, desejos e condicionantes de migração, pontuando uma perspectiva mais próxima dos migrantes no que tange questões subjetivas, e também uma visão mais objetiva de possíveis condicionantes estruturais que venham a influenciar os movimentos. Os autores propõem que avaliar a migração a partir de vivências, cotidianos e emoções dentro das possíveis geografias daqueles que aspiram ou desejam migrar possibilita dar uma visão multifacetada.

A necessidade de uma análise multifacetada da migração pontua a existência de diversas faces que os movimentos vêm a ter. Em Carling e Schewel (2018) a discussão sobre aspirações e habilidades corroboram com este pensamento, pois a partir destas análises é possível entender melhor de onde vem a vontade de migrar ou de permanecer, além das possibilidades reais de movimento e as aspirações.

Carling e Schewel (2018) propõem uma análise em duas etapas: a (1) avaliação da migração como algo potencial e (2) a realização desta mobilidade como algo que pode vir a acontecer, ou que acaba não acontecendo. Para tal, esta abordagem tenta compreender as questões subjetivas antes da migração ocorrer, isto é, quais são as aspirações para realizar o movimento. Também é necessário ressaltar sobre as

capacidades de realizar os movimentos, pois, nem todo mundo que aspira migrar tem a capacidade de efetivamente se mover.

Os autores Carling e Schewel (2018) também suscitam as seguintes indagações: por que só são realizadas análises dos fenômenos por aqueles que migram? Migrar é uma aberração? Indagações importantes para traçar questões teórico-metodológicas para a atualidade.

Neste seguimento, De Haas (2010) traz em seu trabalho discussões acerca da relação entre migração e desenvolvimento. A partir de visões pluralistas é visto que há uma tentativa de harmonizar as abordagens individuais com a abordagens estruturais.

De Haas (2010) traça uma relação entre as influências/relações que o nível macro e micro do desenvolvimento têm entre si, com a migração, e dos impactos da migração no nível micro. Assim, pontuar essas relações é mostrar que os debates ao longo da história da teorização da migração não são ilhas, que estão flutuando sozinhas pelo espaço.

Esta discussão traz para o debate das teorias migratórias uma interação entre questões estruturais, que envolve questões políticas, laborais e econômicas que fizeram parte das teorias entre a 1ª e a 2ª fase das teorizações migratórias, como uma análise de aspirações e capacidades do nível micro, que se configura na 3ª fase (KING, 2012).

Voltando a compreensão de uma migração multifacetada, Collins (2020) traz para as discussões a análise da migração de plataforma, no qual há diversos meios, componentes e aplicativos que operam, atuam, influenciam e limitam os movimentos pelo espaço. Dentro desta plataforma de migração, o autor propõe alguns conceitos como *MigrationStudies*, *MigrationInfrastructure* e *MultinationalMigration*. Estes conceitos trazem para os estudos migratórios características de intermediação, em que o peso da migração não está sob apenas o Estado ou indivíduos, mas também por outros tipos de articulação por meio de outros sujeitos, instituições, redes e outros.

Hardwick (2014), King (2012), De Haas (2010) e Carling e Schewel (2018) relatam em seus trabalhos a necessidade de uma teoria em Geografia diante da diversidade apresentada.

Diante dessas análises sobre a migração nos estudos geográficos, é visto a importância de se compreender o fenômeno migratório com as relações, interações e

transformações no espaço diante as diversas variáveis que fizeram e/ou ainda estão presentes.

Neste trabalho, a migração será conceito chave para poder entender a posição do município de Cachoeiro de Itapemirim na rede urbana capixaba. Será chave pois, entende-se que as dinâmicas migratórias demonstram dinâmicas sociais, econômicas e regionais importantes entre os locais de entrada e saída. Assim, a partir deste trabalho poderão ser propostas questões que entendam os motivos pelos quais este município tem passado de uma situação de atração migratória para uma situação de evasão migratória.

Os debates migratórios no século XXI proporcionam para este trabalho novas perspectivas de se pensar a migração dentro da Geografia, trazendo uma visão multifacetada destes movimentos, que incluem questões estruturais (econômicas, regionais, políticas e populacionais) que podem estar afetando diretamente a migração em Cachoeiro. Além do mais, inclui-se dentro dos debates mais recentes da migração em Geografia a necessidade de buscar relatos das pessoas, instituições e do próprio estado acerca deste fenômeno.

## **3.2 REDE URBANA, CIDADES MÉDIAS E REGIÃO**

### **3.2.1 A REDE URBANA**

O estudo da rede urbana tem sido fomentado há muitas décadas dentro da pesquisa em geografia brasileira, possuindo diversos campos de análise para a compreensão dentro do Brasil e seus diversos contextos internos.

Autores como Corrêa (1989) e Santos (2013) citam que este estudo é relevante para análises em países subdesenvolvidos, sendo possível compreender o contexto brasileiro a partir do estudo das redes, mesmo com as adversidades e diversidades que podem ser encontradas.

Matos (2009) aponta essas diversidades e adversidades no território a partir de um *Brasil dividido* e de uma *rede urbana fracionada*, uma vez que esta ideia de diferenciações dentro do país não é algo novo, já que as desigualdades socioespaciais são expressas historicamente no espaço, e a partir da metade do século XX “estas desigualdades evidenciavam-se pelos contrastes entre áreas urbanas e rurais,

porções capitalizadas e não-capitalizadas, espaços de latifúndio ou minifúndio, regiões ricas e regiões estagnadas” (MATOS, 2009, p. 288).

Nesse sentido, algumas proposições para identificar a existência da rede urbana, e posteriormente fazer análises, discussões e aprofundamentos desta. Dentre estas proposições, destaca-se aqui duas de Santos (2013) e Corrêa (1989).

Santos (2013, p. 92) evidencia uma multiplicidade de combinações, que devem levar em conta quatro critérios: “genético (nascimento), evolutivo (crescimento), funcional (papel, função) e regional (domínio territorial)”. Estes critérios são colocados pelo autor, a partir de problemáticas que são associadas em diversos âmbitos, tentando compreender por que e como uma cidade nasce; como ao longo do tempo estas cidades podem crescer ou declinar; como estas podem adquirir ou perder funções ou papéis dentro da rede, e tendo como consequência uma ampliação, restrição e limitação da sua influência regionalmente.

Já os estudos de Corrêa (1989) apontam para a existência de uma rede a partir de três condições:

- (I) haver economia de mercado que faz negociações com outras que não produzem local ou regionalmente, tendo como pressuposto um grau mínimo no que tange a divisão territorial do trabalho;
- (II) Existência de fixos onde os negócios referidos realizam transações com periodicidade, mas não continuidade. Assim é vista que outras atividades vinculadas a esses tendem a se concentrar, acarretando um povoamento que não tem ligações apenas com a agropecuária e extrativismo, mas também com serviços, comércios e atividades ligadas às indústrias;
- (III) a articulação entre estes centros, sendo uma etapa importante, pois é a partir desta condição que são geradas circulações dos produtos que foram produzidos, ou o recebimento, além das circulações de pessoas que tendem a crescer.

As questões metodológicas conversam entre si e encaminham para uma via de entendimento da rede urbana que precisa ser analisada a partir de como ela se estruturou; como o seu crescimento esteve ligado às economias de mercado que foram sendo criadas em território brasileiro, e suas especificidades da divisão territorial do trabalho de cada local/região; e os fixos que foram fundados/criados relevantes para determinar certos papéis e funções no território, ou como a inexistência destes

podem mostrar o contrário; e como a articulação entre as cidades foram determinantes para compreender uma hierarquia urbana de domínio e influência regional.

Assim sendo, Matos (2009) complementa acerca do que as redes urbanas podem representar, expondo seus diversos sentidos que estão presentes no espaço geográfico:

As redes podem expressar dimensões abstratas, mas comumente traduzem materialidades espaciais. São espaços e subespaços em movimento. São lugares articulados por fluxos multivariados. Fluxos de pessoas, capitais, informações, ideias e culturas. As redes mais importantes estão carregadas de técnica e história social, sendo portanto construções dinâmicas relativamente duráveis. As redes urbanas, por exemplo, são depositárias de estruturas sociais pretéritas e futuras, tradicionais ou modernas, que dão forma e sentido a vida de milhares de pessoas, famílias e instituições (MATOS, 2009, 303-304)

As diversas dimensões que são atribuídas às redes urbanas funcionam como um organismo com ampla circulação no espaço. Os lugares são articulados com dimensões diversas que movimentam questões econômicas, sociais, e populacionais que variam de acordo com o tamanho da cidade diante da rede urbana.

Vale ainda ressaltar, que até a pandemia do Coronavírus (Covid-19) está relacionada a esta hierarquia e a ligação entre as cidades, onde Gomes e Caldeira (2020) apontam o caminho que foi sendo direcionado pela pandemia no país: primeiros casos em metrópoles, logo depois capitais regionais (cidades médias) e a chegada em pequenas localidades (cidades pequenas).

Este último caso leva a um assunto que é bem frequente na literatura, e que é pontuado nesta a partir de Christaller com a teoria das localidades centrais<sup>6</sup>, e avançado por outros autores. Esta discussão evidencia que há uma hierarquia na rede urbana, onde uma localidade possui um alcance espacial máximo e mínimo no que tange a oferta de bens e serviços (CORRÊA, 1989).

Assim, a metrópole regional é a única que possui oferta de bens e serviços (insumos ou prestação de serviços que só possuem nessa localidade), englobando também ofertas diversificadas que todos os outros centros também ofertam, diferente

---

<sup>6</sup> “Segundo ele existem princípios gerais que regulam o número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades, e ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados localidades centrais. Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlândia, área de mercado, região de influência), em relação à qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao seu grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade” (CORRÊA, 1989, p. 21).

da outra ponta hipotética desta hierarquia que apenas possui a oferta de bens e serviços (estas localidades possuem produtos ou prestação de serviços limitados em relação as outras localidades superiores da rede urbana).

O autor ainda cita que quanto maior a oferta de bens e serviços de um centro, maior será a distância entre os centros urbanos da mesma hierarquia. Assim sendo, centros que estão localizados no início dessa hierarquia tendem a possuir uma região de influência de centros menores. Egler *et al.* (2011) corrobora com esta ideia, e situa os transportes neste debate, e de que forma vão se construindo as relações entre estes polos comerciais, industriais e outros.

Contudo, como já visto anteriormente, as redes urbanas não são estáticas e a posição no qual estes centros possuem levam em consideração tanto dinâmicas atuais, mas também impactos de formas que foram criadas no passado (SANTOS, 2013; CORRÊA, 1989; CORRÊA, 2017; MATOS, 2009).

Corrêa (1989) emprega nos seus estudos o sentido das *rugosidades* na análise da rede urbana, conceito que foi discutido por Milton Santos, em que certas atividades do passado deixaram marcas no espaço, como por exemplo: “uma rede urbana pode apresentar várias rugosidades, ou seja, velhas cidades criadas no passado, sob outras circunstâncias, apresentando por isso específicos sítios e posições que no presente não são mais justificados” (CORRÊA, 1989, p. 92). Assim, as cidades que tiveram relevância econômica e social no passado, possuindo grande função urbana e estando em uma alta posição da hierarquia urbana; e que nos dias atuais se apresentam em uma posição importante, mas não refletindo a mesma relevância, são explicadas por todas as atividades que ocorreram no passado, e que deixaram marcas na rede urbana atual.

A rede urbana se dá muito mais pelas suas relações diversas que ocorrem no território. É necessário pensar a sua organização entre as cidades, e assim pensar como a rede urbana tem se estruturado (EGLER *et al.*, 2011).

Dentro desta compreensão da rede urbana há vários pontos sobre a hierarquia urbana em que são necessários estudos para situar a posição e a função de cada uma das cidades. Na literatura são diversos os recortes de análise, entre eles: estudos das cidades metropolitanas, cidades médias, cidades pequenas e outras.

Portanto, o debate até aqui feito da rede urbana não tem por pretensão esgotar e limitar o que se entende da rede urbana, mas sim de propor uma compreensão do que esta pesquisa tem olhado para este organismo com complexas dinâmicas nas

diversas escalas em que ela se insere, e também de propor, mais adiante, como os movimentos migratórios de pessoas podem se somar a este debate, com foco em cidades médias.

### **3.2.1.1 AS CIDADES MÉDIAS**

É relevante situar o que movimenta esta pesquisa: qual é o papel desempenhado pelas cidades médias na rede urbana, e como o seu desenvolvimento peculiar foi sendo construído para estar em uma posição hierárquica de articulação entre várias escalas, ou no caso de algumas cidades, como estas estagnaram no tempo diante das novas dinâmicas, mas que ainda se apresentam em posição de relevância regional. Inicialmente, é importante situar que as cidades médias são núdulos e pontos chaves na hierarquia urbana (RAMOS; MATOS, 2015).

Desta forma, as cidades médias possuem grande complexificação ao serem definidas. Corrêa (2007) expõe que as dificuldades para construir teoricamente o conceito de cidades médias no Brasil se dá principalmente pela complexidade e diferenciação da forma desigual e fragmentada no qual foi a urbanização no território brasileiro. Já Andrade (2019) diz que não há um consenso sobre como estas cidades são classificadas, então, é importante compreender as cidades médias mais como uma noção. Corrêa (2017) complementa dizendo que o conceito é uma construção de intelectuais que adotam critérios que julgam como algo importante para a compreensão da rede urbana.

Contudo, existem alguns critérios para pensar e construir metodologias de análise de cidades médias na rede urbana brasileira, como: fluxos migratórios, dinâmica e influência regional, polos educacionais, comércio, indústria, shoppings, bancos e outros (ANDRADE, 2019; CASTELLO BRANCO, 2007; CORRÊA, 2007; SPOSITO, 2007, 2010; SPOSITO et al, 2007; SCHERER; AMARAL, 2020).

Guimarães, Vieira e Nunes (2007) expõem que as cidades médias tendem a crescer em um nível que o oferecimento de serviços ofertados, produção e que a grande oferta de empregos influencia os fluxos que originalmente iriam em sua maioria para as metrópoles. Para Sposito (2010) esta perspectiva demonstra a necessidade de compreender as alterações nos espaços das cidades médias, em virtude das influências internacionais que têm permeado estes espaços e tem afetado diretamente as relações dentro das hierarquias que estão estabelecidas.



Estas alterações colocam em dúvida uma questão importante em relação a elas serem apenas pontos de intermediação e articulação entre níveis hierárquicos menores e maiores, isto é, as cidades médias enquanto espaços de intermediação e articulação não condizem com a realidade atual da globalização devido as novas funções desempenhadas por estas (ARAUJO; MOURA; DIAS, 2011; BOMTEMPO, 2013, 2016).

Entre essas considerações, há que se dar ênfase à necessidade de pensar as cidades médias como unidades articuladas a sistemas de cidades, que adensam fluxos de relações materiais e imateriais e que conferem complexidade a funções e papéis específicos, ao mesmo tempo que ampliam a rede de abrangência de sua influência (ARAUJO; MOURA; DIAS, 2011, p. 73).

À vista disso, categorizar as cidades médias apenas como nódulos de intermediação tira toda a complexidade, “(...) pois com o desenvolvimento de técnicas, de tecnologias, de sistemas de informação e de transporte, todas as cidades, independentemente do tamanho, realizam intermediações na rede urbana (...) (BOMTEMPO, 2016, p. 130).

Deste modo, “a inserção das cidades médias na rede urbana é diferente e mais complexa, envolvendo um número maior de aspectos (...)” (CORRÊA, 2017). No que tange os aspectos para compreender as cidades médias, podem ser considerados: tamanho demográfico, papéis regionais e interações constantes, função urbana, relações espaciais, elites locais e regionais, posição geográfica e suas intermediações, organização do espaço interurbano, organização interna, migração e mobilidade pendular (CORRÊA, 2017; 2007; SPOSITO, 2010; AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2016; AMORIM FILHO; SERRA, 2001; GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES, 2007; ANDRADE, 2019; SANTOS, 2020).

Sobre o tamanho demográfico, é necessário levantar algumas considerações. Para o IBGE, cidades de porte médio são de 100 mil a 500 mil habitantes, e este critério pode ser um facilitador objetivo para a definição de cidades médias, porém é extremamente generalista e não expressa o papel na rede urbana (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2016; GUIMARÃES; VIEIRA; NUNES, 2005).

Corrêa (2007) diz que é necessário relativizar o conceito demográfico, dado que as cidades passaram por processos de urbanização diferentes, e assim o peso da população possui efeitos diferentes em regiões diferentes em território nacional, e em países diferentes. Para Amorim Filho e Rigotti (2016) o conceito demográfico é

arbitrário no que compreende as questões temporais, já que as cidades ascendem e descendem frequentemente hierarquicamente demograficamente. Já Sobarzo (2008) diz que o critério estatístico pode ser utilizado como um aproximador para identificação das cidades médias, e que para um primeiro contato de compreensão de determinada área, este critério pode ser de grande utilidade.

A utilização do critério estatístico é uma visão nacional e que não permite diferenciar as regiões que possuem realidades distintas, assim, não sendo possível determinar um critério que seja universalmente utilizado. Egler *et al.* (2011) expõe que se deve haver adaptações acerca das análises:

É importante notar, ainda, que todos os estudos têm em mente uma visão nacional ou, em certa medida, federal de caracterização e de organização territorial. Para uma análise e uma compreensão mais articulada com a estrutura federativa existente no país, é necessário adaptar estas visões federais a visões estaduais e municipais. Ou seja, tanto a definição de núcleos urbanos quanto o estabelecimento de regiões de influência devem ser calibrados com o olhar da rede de cidades intra e interestados. Nesse sentido, a consideração de análises mais detalhadas que captassem as dinâmicas urbano-regionais na escala intraestadual daria importante suporte para o planejamento de ações públicas que levassem em conta não somente uma visão para a ação federal, mas também estadual e municipal (EGLER *et al.*, 2011, p. 35)

As análises pensadas além de uma visão nacional, isto é, é neste momento que devem ser percebidas as diferenças regionais entre os diferentes níveis de cidades. As cidades médias do ES, não são as mesmas cidades médias de SP, e muito menos possuem a mesma configuração das cidades médias na região Nordeste do país. Queiroz *et al.* (2019) ressaltam este argumento em seu estudo sobre as cidades médias no Nordeste, demonstrando a realidade da região diante das diferenças regionais e populacionais entre os próprios estados.

Todos estes questionamentos colocados para se pensar as cidades médias também devem levar em consideração questões subjetivas acerca da população (COSTA, 2002). Queiroz *et al.* (2019) e Andrade (2019) explanam em seus trabalhos que a qualidade de vida tem sido fator relevante para a atração de migrantes nas cidades médias das suas respectivas pesquisas. Amorim Filho e Serra (2001) complementam:

Seguindo essa linha especulativa, as cidades médias, sob os dois pontos de vista — no imaginário dos moradores metropolitanos e interioranos —, seriam aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar— e até pôr em risco— a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como

médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 1-2).

Dentro desta análise subjetiva, os autores apontam para imaginários que são construídos acerca das cidades médias do ponto de vista daqueles que vivem fora dela, a visão destes imaginários parte da visão hierarquizada que cada cidade terá acerca dela: as áreas metropolitanas terão uma percepção tendo esta cidade com oferta de atividades limitadas que são oferecidas nas RM's, e as cidades pequenas verão ao contrário, como um espaço que possui maior distribuição de atividades em todas as dimensões.

Isto posto, as cidades médias são nódulos importantes que fazem parte da rede urbana, e mesmo com tantas discussões na literatura, ainda indagam bastantes problemas de pesquisa para compreender como estas estão organizadas ao longo do território brasileiro, e quais quesitos e critérios podem se somar para incluir no debate. Portanto, este conceito é de extrema relevância a ser posto neste trabalho, alavancando discussões de aglomerações urbanas não metropolitanas, ou como o nível dessa organização pode estar avançando na hierarquia urbana, ou estagnando.

### **3.2.2 AS CIDADES MÉDIAS ENQUANTO CENTRALIDADES REGIONAIS**

O debate dos últimos dois tópicos engloba as relações entre as diversas escalas nas relações político-administrativas de organização espacial e regional em seus diversos contextos no território brasileiro, uma vez que dentro da complexa rede urbana, subdivide-se em diversos organismos que se relacionam entre si localmente (dentro da sua região de influência e alcance), mas também com relações à escala global (de mesmo nível hierárquico, ao nível nacional e até mesmo internacional).

O debate de região para análise do espaço geográfico é bem antigo e intrínseco a história da Geografia enquanto disciplina, sendo extremamente delicado em um ambiente tão diverso, e também adverso. A complexidade no qual este conceito foi colocado para análise dentro da Geografia tem altos e baixos, contribuições e esvaziamentos que impactaram, e ainda impactam, o formato dos estudos geográficos (CORRÊA, 1987; GOMES 2020; LENCIONI, 2014; SOUZA, 2013).

A região, neste segmento, apesar de toda polêmica na história do pensamento geográfico, ainda se encontra em evidência e como conceito chave importante para

compreender as particularidades que podem acabar invisibilizadas partir de uma visão global da análise espacial (LENCIONI, 2014).

Diante disso, a continuidade do debate da região no pensamento geográfico mais atual perpassa desde a análise de regionalismos culturais, identidades regionais, aplicações no cotidiano do senso comum, regionalizações e estudos de novas e velhas desigualdades (HAESBAERT, 2010; ANDRADE, 2019). Estas formas de interpretação dos estudos da região não se opõem uma à outra, mas sim possuem suas especificidades de acordo com uma análise metodológica bem definida (CORRÊA, 1987).

Dentre estas perspectivas, provavelmente a que mais se encaixa no que este trabalho está propondo a discutir, é uma análise regional a partir das desigualdades que são consequência do capitalismo e do desenvolvimento econômico, político, administrativo e social desigual (ANDRADE, 2019; GOMES, 2020; LENCIONI, 2014; CORRÊA, 1987). Corrêa (1987) sintetiza, expondo que:

Tendo isto em vista, pode-se dizer que a região é considerada uma entidade concreta, resultado de múltiplas determinações, ou seja, da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial já previamente ocupado, caracterizado por uma natureza já transformada, heranças culturais e materiais e determinada estrutura social e seus conflitos. (...) Ou, em outras palavras, é a realização de um processo geral, universal em um quadro territorial menos, onde se combinam o geral - o modo dominante de produção, o capitalismo, elemento uniformizador - e o particular - as determinações já efetivadas, elemento de diferenciação (CORRÊA, 1987, p. 45-46).

O trecho anterior configura uma análise regional estabelecida a partir de relações que foram sendo construídas de organismos que se encontram no âmbito local, em relações de proximidade/vizinhança, mas que também mantém relações globais nas quais as distâncias não são mais um obstáculo em um mundo globalizado. Colocar a região frente ao global, é situar que ela faz parte desta, mas possui suas particularidades (LENCIONI, 2014; SANTOS, 2014).

Para Scherer e Amaral (2020) a região quando não é colocada como algo relevante no que tange o papel que é desempenhada pelas cidades que a compõem, nos seus diversos tipos e diferenças, possui um alcance minimamente limitado para análise. Os autores ainda expõem que as abordagens recentes da questão regional brasileira necessitam considerar as cidades como fator importante e como elementos de articulação e transformação local.

Contudo, é importante situar que além destas cidades estarem agrupadas em regiões, é necessário lembrar que existe um centro (cidade) que estrutura esta região,

onde a manifestação mais clara desta integração de determinado território regional é a consolidação em uma rede urbana (GOMES, 2020).

Estas centralidades regionais já foram vistas anteriormente na análise da rede urbana, mas é relevante neste momento colocar o quanto a região contribui para entender os estudos de regionalização que são disponibilizados em instituições de pesquisas federais (como o IBGE), ou estaduais (como o IJSN, IPECE e outros). Estas regionalizações compreendem uma organização política-administrativa, distribuição de investimentos, e também a distribuição de bens e serviços, como ressaltado por Andrade:

Por consequência, entende-se que a centralidade da cidade pode ser observada através do número de serviços oferecidos que atendam a uma demanda não apenas da população local, mas também das cidades circundantes. Uma cidade que possui potencial para oferecer certo número de serviços e está localizada em uma região onde esses são escassos acaba obrigatoriamente assumindo um papel central em sua região, podendo até ser tragada pelas cidades que dependem de seus serviços (ANDRADE, 2019, p. 7).

Essa centralidade da cidade na região também pode ser pensada a partir de questões populacionais, como a mobilidade espacial da população que, foram observadas nos trabalhos de Andrade (2019), Santos (2020) e Lobo e Soares (2020). Essas questões podem ser busca por trabalho, residência e motivos educacionais.

As cidades médias dentro da rede urbana exercem papel central nas regiões geográficas no qual estão localizadas, que vão muito além daquilo que é conhecido enquanto uma simples intermediação entre cidades pequenas e regiões metropolitanas.

Sposito et al (2007) citam que as cidades médias se configuram enquanto cidades que abrangem as questões regionais, assim como para Guimarães, Vieira e Nunes (2005) é importante compreender a relevância regional como critérios para cidades médias devido as configurações e relações que estas possuem na sua área de influência.

Dentro deste debate da discussão regional, Corrêa (2017) expõe que a função central desta discussão regional constitui atividades e bases para compreender as cidades médias, e que dentro da hierarquia urbana se apresentam enquanto capitais regionais. E ainda assim, as funções centrais de cada cidade média dependerão da região em que estão localizadas.

A partir da visão regional não é possível determinar critérios universais para definir o que são cidades médias ou não, uma vez que diante dos diversos contextos

regionais em território nacional. Para Castello Branco (2007) é necessário compreender as características geográficas onde cada estas cidades estão inseridas, devido às diferenças regionais que se apresentam entre as regiões.

A natureza das cidades, sua produção, seu tamanho, o seu nível hierárquico, e da infraestrutura de transporte são ligadas ao seu entorno, a qual estas possuem domínio e se articulam (AMORIM FILHO; RIGOTTI, 2016; SCHERER; AMARAL, 2020), e é só a partir dessa relação, dentro de um espaço de polarização regional, que é constituída enquanto uma cidade média (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Portanto, não há como realizar análises sobre uma cidade média sem compreender que ela exerce um papel central na região no qual está inserida, já que as atividades que estão presentes nestas cidades não atendem só a população residente, mas também a população regional do entorno.

### **3.2.3 REDE URBANA CAPIXABA A PARTIR DA REGIC E A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS CIDADES MÉDIAS NO ESPÍRITO SANTO**

A análise da rede urbana neste tópico não tem o objetivo de instaurar uma única forma de compreensão da rede urbana capixaba, mas de apresentar uma proposta de acordo com as leituras discutidas nos tópicos anteriores, junto com a Regic<sup>7</sup>.

O IBGE (2020) define a Regic enquanto uma pesquisa que hierarquiza centros urbanos do território brasileiro, realizando uma delimitação das regiões que estão associadas a estes centros. A pesquisa tem por objetivo dar auxílio as decisões de interesses público e privado no que tange aplicação de investimentos, instalação de infraestruturas (hospital, empresas privadas) e outros.

A metodologia para a classificação destas centralidades é feita a partir da disposição de equipamentos (privados ou públicos), bens, serviços e atividades de gestão que possibilitam que fluxos e massas se desloquem no território em busca destes (IBGE, 1972, 1993, 2018). Por exemplo, quando um residente do estado do Espírito Santo precisa se deslocar de avião comercial, essa pessoa tem que ir para o

---

<sup>7</sup> A pesquisa Regiões de Influência das Cidades - Regic tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das Cidades. O estudo constitui uma abordagem fundamental para a compreensão da geografia do País, uma vez que estabelece critérios para a qualificação das Cidades e das relações entre elas, revelando eixos de integração no território e padrões diferenciados de distribuição de centralidades urbanas. (IBGE, 2020, p. 11).

único aeroporto em funcionamento que fica na capital, precisando assim se deslocar até a metrópole.

A organização da rede urbana capixaba sofreu diversas alterações nas suas centralidades ao longo das últimas décadas, fazendo com que algumas centralidades tivessem cada vez mais influência, e outras diminuindo, como apontam as últimas Regics publicadas.

Assim, para acompanhar a evolução da rede urbana capixaba, foram selecionados (dentre todas as edições 1972, 1987, 1993, 2007 e 2018) três períodos da Regic: 1972, 1993 e 2018. Esta escolha foi feita para poder mostrar as mudanças ocorridas ao longo de todas as edições, no qual pudesse visualizar se as cidades mudaram suas posições na rede urbana capixaba em aproximadamente de duas décadas entre uma edição e outra. Assim, ficou definido a edição inicial, a edição do meio e a última edição.

Para a comparabilidade destes períodos se propõe a seguinte metodologia: a hierarquia foi dividida em três níveis, como apresentado no Quadro 2. O primeiro nível é a capital do estado, o município de Vitória, sendo está a que possui a maior influência local e é a que possui também mais influências em nível nacional e internacional<sup>8</sup>. O segundo nível representa cidades que possuem grande influência regional no estado, possuindo fortes relações com as cidades vizinhas. Já o terceiro nível é o das cidades que possuem influência regional menor que o segundo nível, mas que ainda são relevantes na rede urbana no que tange a distribuição de bens e serviços.

---

<sup>8</sup> Na Regic 2018, Vitória foi considerada uma metrópole nacional.

Quadro 2. Metodologia utilizada para comparação da rede urbana capixaba a partir da Regic 1972, 1993 e 2018

	1972	1993	2018
1º nível	Centro Regional 2a e 2b	Predominantemente submetropolitano	Metrópole
2º nível	Centro Sub-Regional 3a e 3b	Predominantemente de Capital Regional e Centro Sub-Regional	Capital Regional C e Centro Sub-Regional A
3º nível	Centro Local 4a e 4b	Tendência a Centro Sub-Regional	Centro Sub-Regional B

Fonte: Elaboração própria (2021)

Vale ressaltar que cidades médias e pequenas no período atual de globalização também assumem papel importante no que tange relações à níveis hierárquicos superiores ou também de mesmo nível, e até mesmo em relações com outros países (BOMTEMPO, 2016).

Outro fator importante a ser citado é que a quantidade de municípios ao longo dos três períodos aumentou consideravelmente (de 53, para 67 e por fim 78, respectivamente). Logo, de 1972 a 2018, com a criação de novos municípios capixabas, há uma tendência de as linhas representadas aumentarem não só pelo aumento da sua influência.

Feito essas considerações, o resultado desta proposição comparativa entre os três períodos demonstra o quanto a rede urbana capixaba tem se alterado, uma vez que é visto a mudança na posição de hierarquia urbana de alguns municípios (Mapa 1).

No que tange o 1º nível, a metrópole nacional Vitória aparece como o centro com mais influência regional dentro do estado dentre os três períodos. Além do



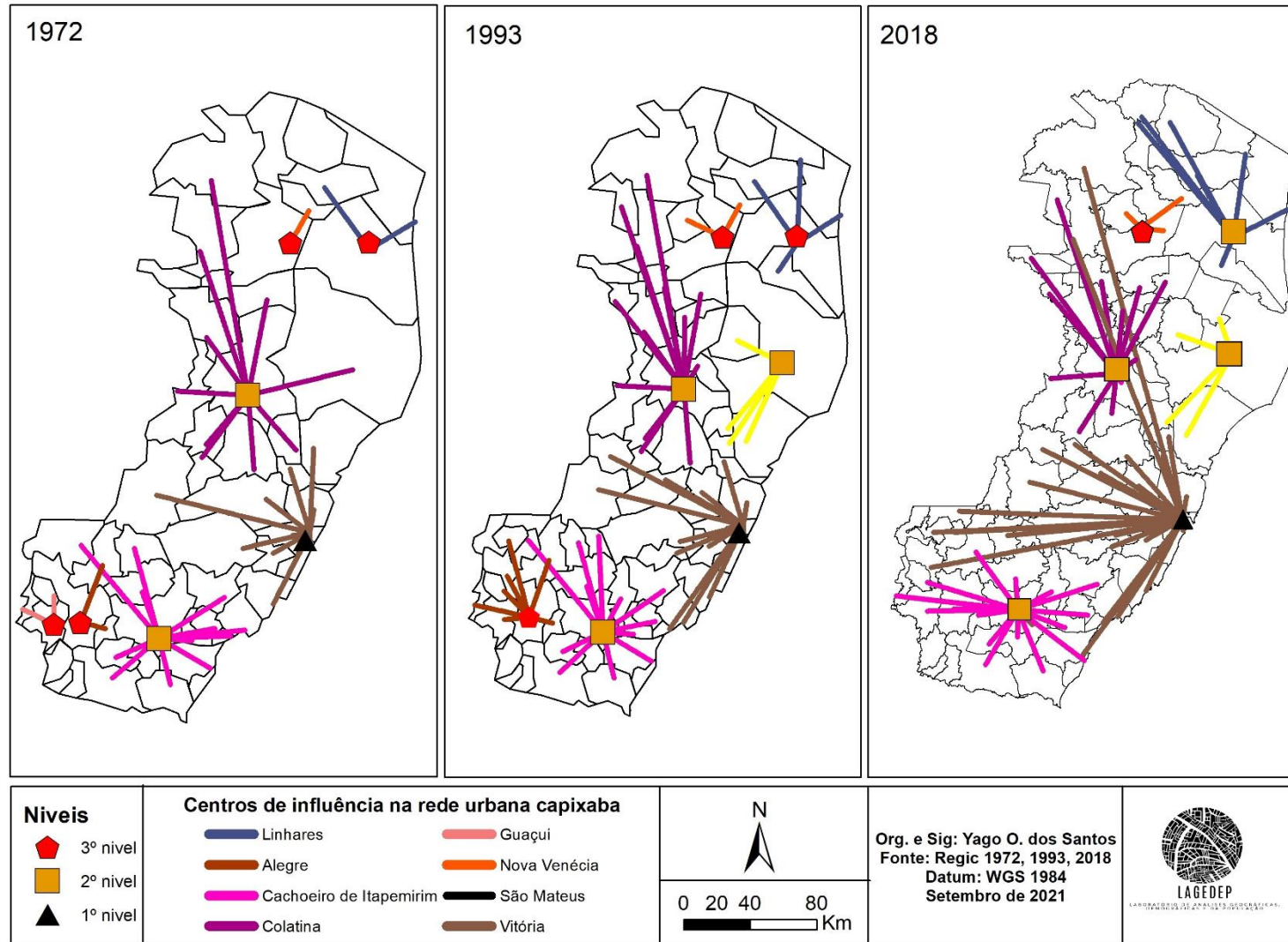
surgimento de municípios que foram sendo desmembrados, é visto que chegou cada vez mais de forma direta em municípios mais distantes, que anteriormente tinham ligação com outros municípios com nível hierárquico inferior. Provavelmente, pelo tamanho e as peculiaridades do estado, é também importante colocar que a influência da metrópole chega cada vez mais distante.

O 2º nível apresenta mudanças na rede urbana, sendo que em 1972 havia dois centros; em 1993 três centros, e em 2018 quatro centros. Estes centros são as cidades médias da rede urbana capixaba, sendo que essas centralidades regionais possuem características diferentes no que tange à distribuição de bens e serviços, serviços de gestão pública, serviços bancários e áreas de comércio específicos da sua região, como aponta a literatura.

Colatina e Cachoeiro de Itapemirim foram os municípios que se mantiveram na hierarquia, devido a sua posição geográfica na história em relações com a capital e outros estados (RUA, 1973). Já Linhares e São Mateus possuem dinâmica de mudança na hierarquia urbana bem mais recente, que saem de 3º nível em 1972 e em 2018 já se encontram no 2º nível.

Os centros urbanos de 3º nível foram os que mais tiveram diminuição ao longo dos estudos da Regic. Alegre se manteve durante 1972 e 1993, mas Cachoeiro de Itapemirim obteve maior influência sob a região em 2018; Nova Venécia, mesmo com influência sob dois municípios, também se mostra enquanto um centro regional importante ao longo dos períodos.

**Mapa 1. Mudanças na rede urbana representadas pela Regic (1972, 1993 e 2018)**



Fonte: Elaboração própria (2021)

A rede urbana a partir da Regic expõe alguns padrões espaciais dos municípios do Espírito Santo, isto é, a localização geográfica de alguns municípios indica o porquê de uns exercerem influência sobre mais municípios do que outros: no mapa é visto que Cachoeiro de Itapemirim se encontra em uma centralidade regional que influencia diversos municípios por ser a única centralidade de 2º nível da região, também se encontrando enquanto a única Capital Regional do estado. Diferentemente do que é apresentado nos centros de 2º nível do Norte, que possuem influência sobre menos municípios, por estarem próximos um dos outros, e conseqüentemente dividirem o seu alcance. Contudo, é necessário pontuar que Colatina também possui grande influência sobre uma quantidade considerável de municípios, devido a fatores históricos, como já exposto.

Portanto, as cidades médias do estado do Espírito Santo possuem forte influência regional como exposto no Mapa 1, no qual ao longo das décadas acabaram exercendo (e ainda estão exercendo) papéis de centralidade regional dentro da sua região e em toda rede urbana capixaba.

Estas centralidades foram se alterando ao longo das Regics, e especificamente Cachoeiro de Itapemirim, objeto desta pesquisa, exibe de que forma sua influência foi crescendo para os municípios da região Sul. Na Regic de 1972 ainda haviam centralidades de nível 3 relevantes na região, contudo, ao longo das décadas estes municípios acabaram perdendo centralidade e influência. Para tal, Cachoeiro de Itapemirim aumentou sua influência, sendo a principal e única cidade média do Sul do estado, e tirando a centralidade dos outros centros urbanos.

No entanto, é necessário destacar que, apesar de Cachoeiro de Itapemirim ter aumentado sua área de influência ao longo do tempo, é interessante também notar o quanto que a metrópole Vitória também acabou aumentando sua centralidade e disputando certa influência regional com o principal município da região Sul.

Esta mudança na Regic será melhor visualizada posteriormente, quando haverá análise das mudanças dos movimentos migratórios de Cachoeiro de Itapemirim, mas já anuncia o quanto a metrópole capixaba tem mudado e impactado diretamente dentro do Espírito Santo, principalmente de forma direta com o objeto desta pesquisa.

Estas análises podem ser confirmadas a partir de outras regionalizações que confirmam o argumento, onde colocam essas cidades como polos principais de cada

região, como visto nas Microrregiões, Mesorregiões e Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas<sup>9</sup>.

### **3.3 MIGRAÇÃO E CIDADES MÉDIAS**

#### **3.3.1 MIGRAÇÃO COMO FENÔMENO IMPORTANTE PARA ANÁLISE DAS CIDADES MÉDIAS**

As discussões feitas até agora têm como objetivo debater conhecimentos chave para a análise de todo este trabalho. Este tópico pretende fomentar as intrínsecas relações entre os estudos populacionais ao debate urbano, principalmente na análise da cidade média que este trabalho se propõe a discutir em um contexto de evasão migratória.

A migração é essencial nesta relação populacional e urbana, uma vez que o crescimento das cidades médias no período das décadas de 80/91 se dá pelos fluxos migratórios que saíram das grandes aglomerações urbanas, sendo que quase 50% dos imigrantes detectados tiveram as cidades médias como destino (ANDRADE; SANTOS; SERRA, 2000).

Brumes e Whitacker (2008) expõem que alguns estudos mostram a migração como vetor importante para o desenvolvimento, de forma que o migrante contribui positivamente para o lugar de destino no qual ele migra. Brumes e Silva (2010) posicionam que a migração tem sido um fator demográfico chave para a análise das dinâmicas urbanas.

Contudo, é visto na literatura que há poucos trabalhos que discutem acerca da mobilidade espacial da população com o conceito de cidades médias (principalmente aquelas relacionadas a análise quantitativa). A migração e a noção de cidades médias possuem relações importantes para analisar as transformações no território, pois auxiliam na compreensão dos processos e dinâmicas que têm se constituído dentro das desigualdades encontradas.

O trabalho de Andrade (2019) faz uma análise da mobilidade pendular em cidades médias de Minas Gerais, colocando o quanto este fenômeno é importante para as interações regionais com as cidades das vizinhanças das respectivas cidades estudadas.

---

<sup>9</sup> Regionalizações feitas pelo IJSN e IBGE.

Já os trabalhos de Queiroz *et al.* (2019; 2020) trazem este debate também para a compreensão das cidades médias no Nordeste no que se refere à migração entre diversas escalas, tentando construir ainda em como a migração pode ser utilizada como distinção para as análises urbanas e regionais. Estas análises têm contribuído na compreensão das dinâmicas de algumas cidades desta região, e diferencia as trocas de cada nível (intrarregional, intraestadual e interestadual).

Na escala do Espírito Santo, o trabalho de Santos (2020) reflete sobre os movimentos migratórios de duas cidades médias, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, em que se verifica a relevância destes movimentos em um ambiente de perda migratória, mas que ainda assim é intenso nos municípios devido a suas respectivas posições na rede urbana capixaba.

Assim, é delineado um fator importante que relacionam a migração e a compreensão das cidades médias enquanto uma noção chave dentro da Geografia, e que encaminham uma metodologia para adequar esta análise nos estudos, combinando os movimentos populacionais, a posição geográfica e a questão hierárquica da rede urbana no território.

Desta forma, partir das cidades médias para o compreender as migrações, é entender de que forma esta torna-se uma centralidade regional que movimenta fluxos populacionais, comerciais, políticos e econômicos. A discussão a partir das centralidades regionais da cidade média com a migração torna-se intrínseco, pois esta exerce forte influência com municípios que estão polarizados em uma região.

Neste entendimento, a centralidade regional e a posição geográfica de uma cidade média evidenciam que os fluxos migratórios são mais intensos ali com os municípios polarizados, uma vez que o crescimento destas cidades está ligado diretamente com os projetos de desenvolvimento econômico pós década de 60 no Brasil (REDÓN; SOUZA, 2021), ou como a implementação de outros atrativos que podem ser a vir atrativos, como instituições de ensino ou polos tecnológicos (BARBOSA; MATOS; LOBO, 2015).

A cidade média enquanto centralidade regional exerce, nesse sentido, uma centralidade também das trocas migratórias. Esta enquanto central e polarizadora da sua região também será responsável por acumular os maiores fluxos de migração, que tanto pode contribuir para o aumento da sua população de forma expressiva, ou também de forma contrária, como Baeninger (1990) discutiu para a cidade de Campinas antes de se tornar metrópole.

Entretanto, vale ressaltar que esta centralidade da cidade média em determinada região pode ser afetada diretamente por cidades de hierarquia urbana superior, uma vez que as dinâmicas de influência destas cidades em nível superior podem levar a outros atrativos migratórios.

Além do mais, Ojima e Marandola Jr. (2012) colocam que a relação entre as cidades médias (que são centrais) com as cidades pequenas são distintas daquelas vistas nos contextos metropolitanos, uma vez que as dinâmicas urbanas são totalmente diferentes da ponta da rede urbana (regiões metropolitanas). Logo, o debate sobre migração nas cidades médias aponta para outras formas de pensar as relações regionais que o município central constrói com sua região, já que esta região não é a mesma vista nas regiões metropolitanas, do ponto de vista de integração.

Os caminhos apontados pelas teorias explicam movimentos diferentes quando comparados aos movimentos migratórios a nível nacional (que refletem em sua maioria análises dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro). Quando diminuída a escala de análise das relações entre migração e cidades médias, contextos diferentes do crescimento ou a diminuição da relevância na rede urbana serão diferentes em diferentes regiões do território brasileiro.

Há muitas pesquisas que buscam relativizar o arrefecimento das regiões metropolitanas após a desconcentração industrial e econômica ocorrida pós década de 80 (GALINDO *et al*, 2022; CUNHA, 2003; 2016; SILVA *et al*, 2016). Os autores apontam que apesar de haver uma desconcentração populacional, ela não é significativa ao comparar com alta taxa de crescimento metropolitano.

Galindo *et al* (2022) e Silva *et al* (2016) traz a questão em um debate mais amplo pelo Brasil e pela América Latina, e complementam que esta desconcentração não ocorre para longas distâncias, sendo que estes fluxos acabam se direcionando para as cidades em volta da metrópole, ou regiões em volta de determinada Região Metropolitana, isto é, há de certa forma uma *desconcentração concentrada*.

Os mesmos não negam a importância do crescimento de aglomerações urbanas que não fazem parte do contexto metropolitano, mas apontam que a questão metropolitana ainda é evidenciada de forma importante para entender os processos urbanos.

Contudo, estas oposições sobre a relevância ou não do crescimento de cidades médias não perpassam por questões geográficas que, apesar deste crescimento no volume não ser o mesmo das RMs, uma vez que já se encontram estabelecidas com

grandes volumes populacionais, não levam em conta outros fatores que tornam estas cidades preponderantes para as suas regiões.

Desta forma, as óticas criadas para enxergar as cidades médias a partir do viés demográfico dos contextos metropolitanos não dão visibilidades aos sentidos que são diferenciados das regiões fora destas. Os autores, ao discutir as cidades médias, incluem apenas o modelo de 100 a 500 mil habitantes, e incluem nestas as cidades metropolitanas que se encaixam entre este limiar. O sentido discutido aqui é o mesmo que vem sendo abordado por Queiroz *et al* (2019; 2020) nos estados nordestinos, que apontam cidades médias fora do contexto metropolitano e indicam as mesmas como importantes centralidades e polarizadoras regionais.

A questão quantitativa e demográfica também deve passar por relativizações ao considerar os contextos não metropolitanos, isto é, quando os autores apontam que este crescimento não é expressivo igual o que acontece com as RMs, eles não levam em consideração que um município para ter relevância regional e ser média na rede urbana não possui apenas grande volume populacional, mas também centraliza questões políticas, educacionais, de saúde e econômicas. Assim, novamente, mesmo a desconcentração populacional na década de 80 não tenha diminuído a influência das principais RMs, o que passou pelas cidades de outras localidades foram extremamente importantes para o desenvolvimento de concentração populacional, econômica e social de cidades que estavam no chamado *interior* (distantes dos centros).

Esta análise terá como objetivo organizar as ideias acerca do assunto em diferentes escalas, para que assim possa contribuir para estudos posteriores de cidades médias em contextos que vão além do eixo RJ-SP no que se refere aos movimentos migratórios, como vem sendo proposto por Queiroz *et al* (2019; 2020).

A seguir serão explanados os movimentos migratórios e o destaque das cidades médias no Brasil e no Espírito Santo. Esta análise dos movimentos migratórios ao longo do século XX auxiliam a discutir sobre o crescimento populacional das cidades médias a partir dos movimentos migratórios que foram direcionados a partir de políticas de descentralização econômica. Para tal, é perceptível nesta análise as relações construídas entre a centralidade regional construída das cidades médias a partir do expressivo incremento populacional das migrações.

### 3.3.2 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS E O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS NO BRASIL

As migrações internas no território brasileiro passaram por diversas alterações nas últimas décadas, e isso se deu principalmente devido às transformações econômicas, políticas e sociais ligadas ao grande crescimento industrial no Brasil na década de 1930. Consequente a isto, iniciaram os grandes fluxos migratórios ao nível nacional, resultado da nova dinâmica econômica do país (PACHECO; PATARRA, 1997), fazendo com que a população começasse uma transição das áreas rurais (origem) para as áreas urbanas (destino), sendo que, em grande medida, resultaram no aumento das taxas de urbanização (BRITO; HORTA; AMARAL, 2001; SINGER, 1973).

Santos (2018, p. 31) aponta para uma “inversão quanto ao lugar de residência da população”, da qual pode ser explicada devido à grande relevância do êxodo rural no início da década de 1950, visto que a cada três brasileiros que viviam no campo, um emigrava em direção a cidade (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Nesse sentido, o crescimento urbano torna-se cada vez mais expressivo, chegando aproximadamente a metade da população total entre as décadas de 1950 e 1960 (MATOS, 2012; SANTOS, 2018). Este aumento justifica-se pelo grande contingente de imigrantes que vieram das áreas rurais, somando 13,5 milhões de pessoas (MARTINE; CAMARGO, 1984). Assim, Pacheco e Patarra (1997) expõe que a década de 1960 marcou o processo geral de redistribuição da população brasileira.

Assim, é visto que na década de 70 a emigração das áreas rurais continuou sendo expressiva, período em que as migrações rurais-urbanas representaram a emigração de 15,6 milhões de pessoas em direção a cidade (BAENINGER, 2012; BRITO; HORTA; AMARAL, 2001), sendo essa a década com a maior parte da população residindo em áreas urbanas, com a taxa de 56% da população total (SANTOS, 2018).

Neste seguimento, Singer (1973) expõe que o fenômeno (migração rural-urbana) era o resultado da busca por melhores condições de vida e trabalho. Brito (2009) ressalta expondo que isso se deu principalmente por causa das transformações que estavam acontecendo no campo, que podem ser explicados por dois fatores: estagnação (pouco desenvolvimento e baixos investimentos), e a modernização (substituição de pessoas por máquinas ou pela expropriação de terras) (SINGER,



1973).

As migrações internas passaram a ter novos sentidos após os grandes movimentos migratórios que a população brasileira fez em direção às cidades durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, quando a população estava cada vez mais residindo em áreas urbanas (VALE; LIMA; BONFIM, 2012). Assim, os movimentos rural-urbano (longa distância) decaíram, e foi sendo visto um novo padrão migratório, onde houve a intensificação dos fluxos urbano-urbano (curta distância) (PACHECO; PATARRA, 1997).

A crise na década de 1980 pode ter sido um dos fatores que arrefeceram as migrações de longa distância (inter-regional), fazendo com que as migrações de curta distância (intrarregional) obtivessem uma maior relevância (BAENINGER, 2011). Baeninger e Cunha (2007) expõem que neste período é apresentada uma desconcentração econômica, possibilitando também uma desconcentração demográfica dos polos que receberam grandes contingentes populacionais nas últimas décadas. Cunha (2003) coloca que os principais polos afetados foram as RMs que estavam localizadas em São Paulo e Rio de Janeiro. O autor ainda pontua que apesar de ter havido esta desconcentração populacional, ela não significou grandes impactos na estrutura das RMs.

Consequente a isso, é visto que estes processos tiveram como consequência alterações e transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro (PACHECO; PATARRA, 1997), e também na redistribuição espacial da população, que passou a se direcionar para outras aglomerações urbanas (BAENINGER, 2010) como as cidades médias que começam a aparecer no cenário nacional (SPOSITO et al, 2007). Isto posto, é importante situar e lembrar que apesar de a desconcentração demográfica não ter gerado fortes impactos na estrutura populacional das RMs, o contingente populacional que foi em direção as cidades médias foram suficientes para alterar as dinâmicas regionais ali postas.

Desta forma, novos movimentos, dinâmicas e processos possibilitaram alterações no território brasileiro. Essas alterações fizeram com que novas centralidades se desenvolvessem e passassem a ser espaços de atração migratória, como visto na expressividade e relevância das cidades médias no interior dos estados (ANDRADE; SANTOS; SERRA, 2000).

Os censos de 1991 e 2000 destacam o crescimento das cidades médias frente às mudanças no território brasileiro, principalmente as que vêm ocorrendo nas áreas

metropolitanas, antes centro das dinâmicas urbanas, econômicas e populacionais, e também polos que recebiam grandes contingentes de migrantes (BAENINGER, 2010). A autora ressalta expondo os dados do crescimento populacional, demonstrando a reversão na tendência de crescimento:

As cidades com mais de 500 mil habitantes passam a diminuir, progressivamente, seus ritmos de crescimento: de 5,7% a.a., nos 40, alcança 6,8 % a.a., nos 60, baixando para 2,2 % a.a., entre 1991-2000. O período que marca a reversão na tendência das maiores cidades é 1980-1991, com os anos 90 confirmando esta tendência. As cidades médias (100 a 500 mil habitantes) registraram, entre 1991-2000, os maiores ritmos de crescimento da população (3,2% a.a.), seguidas daquelas entre 50 a 100 mil habitantes (2,8 % a.a.) e das de menos de 20 mil habitantes; esses crescimentos refletem as formações espaciais ditadas por cidades fora dos eixos metropolitanos (BAENINGER, 2010, p. 211).

A reversão nos ritmos de crescimento populacional evidencia outros fatores, dentre eles, a importância da posição destas cidades na rede urbana diante das posições que tem se colocado na hierarquia urbana (CASTELLO BRANCO; 2007; CORRÊA, 2017). É necessário ressaltar que esta reversão se dá pelos novos sentidos dos movimentos migratórios pós década de 80, que como já debatido, acompanharam as transformações estruturais no que tange atividades econômicas e desenvolvimento urbano (QUEIROZ et al, 2019).

Os movimentos migratórios nacionais perpassam por alterações, que em um primeiro momento são direcionados para os grandes centros urbanos e industriais. No entanto, nota-se que estes movimentos passam por transformações estruturais no que tange questões econômicas, alterando seu padrão e, sendo redirecionados com maior intensidade para outras aglomerações urbanas.

Portanto, as dinâmicas nestes centros urbanos médios na hierarquia urbana pressupõem que sejam feitas reflexões que não sejam baseadas em questões metropolitanas, já que os serviços, atividades, divisão territorial do trabalho e outros. Assim, considerar a relevância das cidades médias dentro das mudanças da rede urbana, é pensar em uma organização regional em contextos não metropolitanos, e que logo, os movimentos migratórios tendem a apresentar também outras dinâmicas no cenário da migração em território nacional principalmente pela complexificação pós 2000.

### 3.3.3 OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNOS E O CRESCIMENTO DAS CIDADES MÉDIAS NO ESPÍRITO SANTO

A migração e a noção de cidades médias têm sido elementos importantes para analisar as transformações no Estado do Espírito Santo, pois auxiliam na compreensão dos processos e dinâmicas que têm se constituído dentro das desigualdades regionais encontradas, uma vez que a presença de centralidades regionais não metropolitanas movimentam também importantes fluxos comerciais, populacionais, econômicos e outros.

Os estudos metropolitanos e a relação com os movimentos migratórios contribuem muito para compreender as mudanças pela reversão Sul-Norte que vêm sendo percebidas no estado. No entanto, também é necessário pensar as cidades médias em contextos não metropolitanos nestas transformações.

Mesmo sendo um estado pequeno no contingente populacional e de área, quando comparado aos outros estados do Sudeste, os contextos regionais históricos e atuais dos movimentos internos apresentam grande complexidade nos seus movimentos. Dadalto e Dota (2021) apresentam esta dinâmica migratória do estado em quatro períodos: 1813-1900; 1910-1950; 1960-1990 e as primeiras décadas do século XXI.

Esta divisão auxilia a pensar não só os movimentos migratórios ao longo dos séculos, mas também permite analisar como as cidades foram se desenvolvendo ao longo destes. Dentro deste contexto, núcleos urbanos importantes foram sendo fomentados pela lógica econômica de cada período.

No primeiro período de análise de Dadalto e Dota (2021) situa-se que há uma participação de imigrantes estrangeiros chegando em território capixaba, mas que também já existiam imigrantes internos chegando, principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta imigração para o Espírito Santo é marcada pela estratégia econômica de desenvolvimento a partir do café (MOTA; MAGALHÃES, 2011; DADALTO; DOTA, 2021; MOTA, 2002).

Assim sendo, a localização geográfica do Sul capixaba neste período é questão chave para o desenvolvimento econômico do estado, devido a sua proximidade com Rio de Janeiro e Minas Gerais no que se refere as fortes relações comerciais no que tange o café, tendo como destaque o município de Cachoeiro de Itapemirim, no qual se encontra como importante cidade média da região, possuindo forte polarização e

centralidade econômica e populacional (MOTA; MAGALHÃES, 2011; BECKER, 1973b), e mais tarde esta relação se intensifica com a instalação da rede ferroviária que facilitou o contato geográfico com estes estados (BECKER, 1973a).

Neste primeiro período a região Norte do estado não possui grande relevância devido ao isolamento geográfico, e conseqüentemente uma estagnação econômica e demográfica (MOTA, 2002), assim, não são visualizadas nestes primeiros momentos cidades de grande relevância econômica e populacional nesta região. Contudo, é visto que a partir das primeiras décadas do século XX há um direcionamento para o Norte do estado, devido o avanço da fronteira agrícola (DADALTO; DOTA, 2021).

Além do mais, Albani (2012) e Dadalto e Dota (2021) também reforçam a implantação da estrada de ferro no Norte, como uma infraestrutura que auxiliou na ocupação do território, e conseqüentemente alavancou a economia. É neste período que a cidade de Colatina começa a ter destaque na rede urbana capixaba, elevando a importante centralidade regional enquanto cidade média, sendo mais uma vez o café responsável por atrair migrantes, e conseqüentemente desenvolver centros urbanos.

Neste segundo período (1910-1950) o incremento populacional começa a ser expressivo não mais pelas migrações internacionais, mas sim dos movimentos internos. Estes fluxos que estavam sendo direcionados ao Norte do estado eram de imigrantes que estavam localizados ao Sul, mas também dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (DADALTO; DOTA, 2021). É importante denotar que este período a população capixaba ainda morava em sua maioria nas áreas rurais (MOTA, 2002).

No terceiro período há uma transformação radical do desenvolvimento econômico no estado do Espírito Santo. A política de erradicação dos cafezais na década de 60 transformou toda a dinâmica socioeconômica deste estado dependente de uma economia primário exportadora (MOTA, 2002; DADALTO; DOTA, 2021; BECKER, 1973; MOTA; MAGALHAES, 2011; FORTUNATO, 2011).

Mota (2002) coloca que esta política de erradicação dos cafezais foi implementada para poder trazer dinamicidade econômica em outros setores econômicos, principalmente aqueles ligados a indústria. Castiglioni (2009) ressalta que o Espírito Santo neste período esteve distante do cenário nacional dos movimentos migratórios.

Os impactos foram diretos em toda população que trabalhava diretamente com os cafezais, cerca de 60 mil pessoas (FORTUNATO, 2011), sendo que esta política é colocada por Becker (1973a) como uma ação extremamente violenta com os

trabalhadores. Desta maneira, intensificou-se o êxodo rural no Espírito Santo e o aumento da urbanização foi aumentando a cada década, sendo que os principais núcleos urbanos que receberam estes migrantes foram a RMGV, Cachoeiro de Itapemirim e Colatina (MOTA, 2002; BECKER, 1973a).

Fortunato (2011) expõe que os *Grandes Projetos*, no qual tinha como principal objetivo desenvolver e fortalecer um ambiente industrial no estado, foi essencial para a mudança do status do Espírito Santo em âmbito nacional. Contudo, dentro do Espírito Santo este investimento esteve concentrado espacialmente em localizações bem específicas, como na RMGV (MOTA, 2002; ZANOTELLI, 2000).

O desenvolvimento desta região também é fortalecido por ser uma área de escoamento do minério de ferro mineiro (via estrada e ferro e exportação no Porto de Tubarão), e que acabou sendo uma área de implantação de plantas industriais (FORTUNATO, 2011). O autor ainda destaca a implantação de atividades industriais no litoral capixaba, como a Aracruz Celulose (1978) em Aracruz e da Samarco (1977) na Samarco. Este aquecimento na economia capixaba foi preponderante para mudar seu status do saldo migratório, após década com seu saldo negativo, o mesmo passa a ter saldo positivo (DADALTO; DOTA, 2021).

Em contraponto, alguns setores da economia acabaram recebendo poucos investimentos, logo, algumas regiões também começaram a ser esquecidas na viabilização de investimentos, como o caso do Sul do estado:

A década de 90 marcaria no estado uma discussão acerca dos desequilíbrios intra-estaduais, com a perda de dinamismo na região Sul, que passaria a crescer abaixo da média estadual. O fato é que, embora seja necessário ampliar as estatísticas para dimensionar melhor essa questão, constata-se que a região Sul apresentou-se, vis-à-vis às demais, como menos interessante, aos olhos dos investidores, para a localização de novos investimentos, conforme se pode deduzir dos números apresentados (MOTA, 2002, p. 121-122).

Mota (2002) demonstra como investimentos do Geres/Bandes (que foram criados para o desenvolvimento econômico do estado) tiveram baixa incidência na região Sul do estado. Assim sendo, no fim do século XX e o início do século XXI é apresentado uma reversão Sul-Norte no Espírito Santo (FRANCA *et al.*, 2011). Neste seguimento, é perceptível a estagnação da região Sul em relação as outras regiões do estado, principalmente por uma falta de fomento desta região relegada ao esquecimento institucional (MOTA, 2002).

Neste momento de mudanças no eixo de desenvolvimento territorial, os contextos das cidades médias já se alteram, a partir do momento em que novas

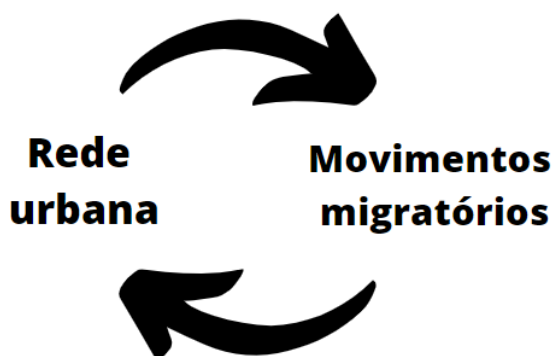
idades (como Linhares e São Mateus) começam a também exercer centralidade regional importante e também polarização de serviços comerciais, políticas e econômicos. De contraponto, há de certa forma, uma diminuição das cidades médias antes estabelecidas, que naquele momento acabaram perdendo espaço na influência regional a nível estadual.

Desta forma, novos eixos de desenvolvimento no estado do Espírito Santo foram sendo direcionados, como pode ser visto na “dispersão da indústria pós-2000 para os municípios do litoral norte, em especial, Aracruz, Linhares e São Mateus” (DOTA; FERREIRA, 2021, p. 649). Os autores ainda pontuam que os municípios que estão mais ao norte, depois do Rio Doce, receberam incentivos fiscais da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste). Também se destaca no início do século XXI a exploração do petróleo e gás no litoral capixaba, trazendo fortes impactos socioeconômicos nestes municípios (ZANOTELLI, 2009; FRANCA et al., 2011; DOTA, 2016b).

Assim, esta reversão Sul-Norte não direcionou apenas os fluxos econômicos e infraestruturas para o Norte, está dinâmica também sendo refletida no direcionamento dos movimentos migratórios, e conseqüentemente um crescimento demográfico expressivo pós-2000 (DOTA; FERREIRA, 2021). No trabalho de Andrade e Santos (2020) é destacado o aumento do saldo migratório positivo dos municípios Linhares e São Mateus enquanto cidades médias que passaram a ter saldo positivo.

Estas dinâmicas migratórias possibilitam compreender como foram sendo visualizadas as transformações no território capixaba, tanto no que tange o volume populacional quanto as questões econômicas envolvidas nos direcionamentos de investimentos. Soma-se a isto, a implantação de infraestruturas que possibilitaram a expansão de influência regional destas cidades que vem ganhando forte destaque na atualidade (Linhares e São Mateus). A Figura 3 demonstra estas mudanças, uma vez que estas cidades avançaram na sua rede de influência na rede urbana. Para Egler *et al* (2011) e Rocha, Pêgo e Egler (2011), as transformações dos movimentos migratórios e da rede urbana são conseqüências de si mesmos, isto é, os movimentos migratórios são impactos com as mudanças na rede urbana, e o contrário também acontece.

Figura 3. As interrelações entre os movimentos migratórios e a rede urbana



Fonte: Elaborado pelo autor.

A rede urbana altera os movimentos migratórios a partir do momento que as cidades passam a ter novas funções em uma hierarquia urbana, sendo que com essa alteração, estes fluxos migratórios se alteram; e o contrário ocorre no sentido de que estes volumes de migração que se redirecionam pelo território, afetam diretamente as dinâmicas da rede urbana. Exemplo nítido desta relação é vista após a década de 80, no que se refere a desconcentração econômica e industrial no Brasil, tendo como consequência uma redistribuição populacional para outras regiões além das Regiões Metropolitanas (OJIMA; MARANDOLA JR, 20212), afetando diretamente a rede urbana nacional.

Contudo, mesmo possuindo baixos saldos migratórios negativos, as cidades médias de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina possuem grande relevância na rede urbana, uma vez que o seu desenvolvimento ainda no período do café consolidou estas enquanto centralidades regionais capixabas. E apesar de apresentarem saldos negativos, o volume migratório total é expressivo entre as áreas não metropolitanas do Espírito Santo.

Nesta perspectiva, as cidades médias são afetadas pelos movimentos migratórios, e as cidades médias afetam os movimentos migratórios do Espírito Santo. Na primeira, há um crescimento populacional destas cidades a partir do incremento populacional; e na segunda, a atração populacional redireciona os movimentos migratórios estaduais.

Este trabalho tem se estruturado para entender as dinâmicas urbanas, populacionais, econômicas e regionais na região não metropolitana capixaba. Os

movimentos populacionais permeiam por todas estas variáveis, e é a partir destes que podem ser traçados os eixos de desenvolvimento no estado.



## **4. AS MIGRAÇÕES INTERNAS EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ENQUANTO CIDADE MÉDIA NO ESPÍRITO SANTO**

### **4.1 CONTEXTO HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NO MUNICÍPIO DENTRO DA REDE URBANA CAPIXABA**

Para auxiliar no entendimento desta pesquisa, esta subseção será utilizada para contextualizar os movimentos migratórios frente o contexto histórico do município de Cachoeiro de Itapemirim entre o final do século XIX até a década de 90 do século XX.

O município de Cachoeiro de Itapemirim está localizado no Sul do estado do Espírito Santo. Este está em uma área central na parte Sul, estando dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais; além da sua proximidade com o a região costeira do estado. Além do mais, o município também está próximo geograficamente da Região Metropolitana da Grande Vitória, onde está localizada a capital Vitória (Mapa 2).

A sua localização geográfica é importante, pois é devido a sua posição geográfica, como será visto posteriormente, que o seu contexto histórico desenhará transformações não só em seu município, mas também em todo contexto regional do Espírito Santo.

O contexto histórico dos movimentos migratórios precisa ser analisado “à luz das transformações econômicas que ocorreram no Espírito Santo, uma vez que as migrações são fortemente condicionadas por essas mudanças.” (ESPÍRITO SANTO, 1979, p. 17), e além disso, dão base para o entendimento da atualidade, compreendendo as formas que estes se expressam espacialmente.

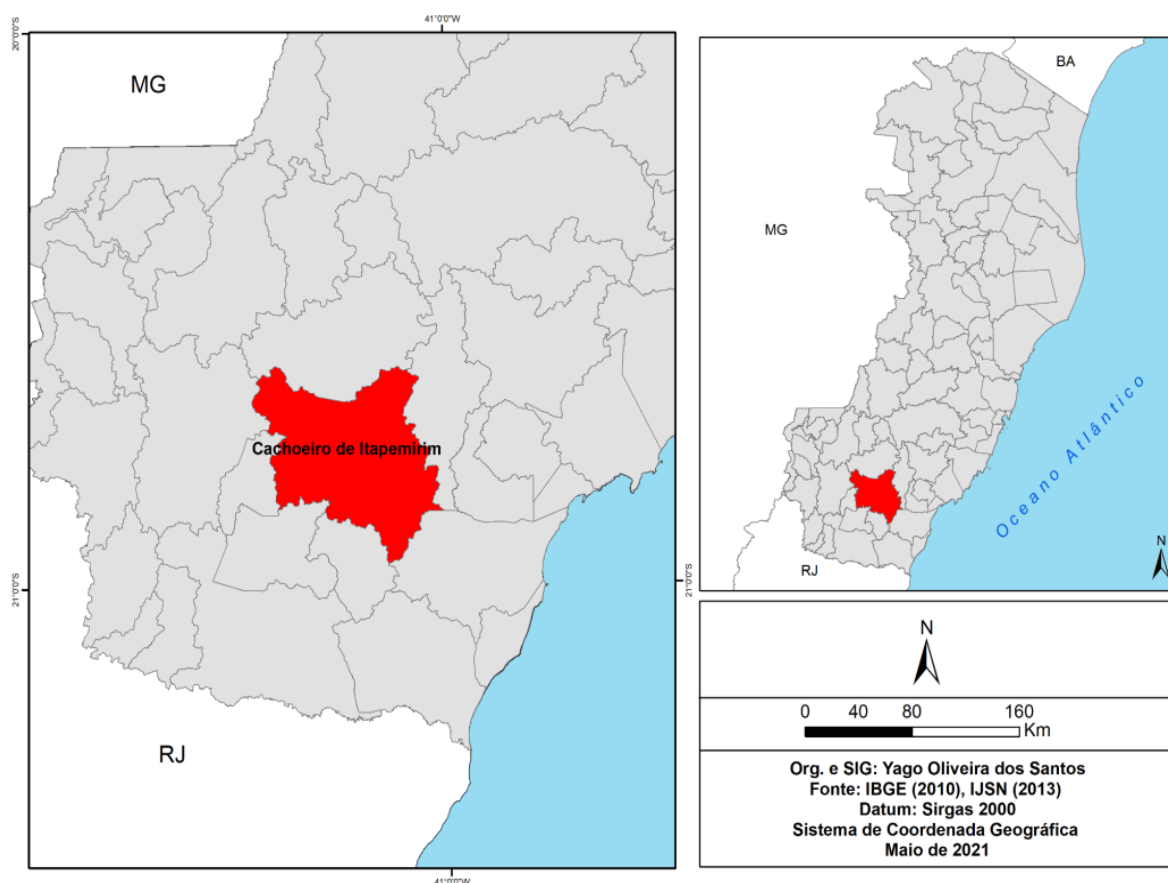
Neste sentido, serão divididos em três períodos expondo os movimentos migratórios de Cachoeiro de Itapemirim de acordo com as transformações econômicas e espaciais do Espírito Santo:

1. Final do século XIX até a década de 30: período histórico em que Cachoeiro de Itapemirim possui posição importante dentro da rede urbana capixaba, principalmente no desenvolvimento do Sul do estado por causa da economia do café e os efeitos da migração;
2. Década de 30 a década de 60: reversão Sul-Norte, evasão migratória do sul do estado, e o início da exploração da indústria extrativista;

3. Década de 60 a década de 90: política de erradicação dos cafezais, êxodo rural, política de industrialização capixaba, os *Grandes Projetos*, Cachoeiro de Itapemirim e o isolamento do Sul do estado.

Estes três períodos compreenderam de que forma o município de Cachoeiro de Itapemirim esteve diante das alterações na rede urbana capixaba, baseada principalmente na reversão Sul-Norte, e que impactou diretamente como os fluxos migratórios foram se redirecionando pelo território do Espírito Santo.

Mapa 2. Mapa de localização do município de Cachoeiro de Itapemirim -ES



Fonte: Elaboração própria (2021)

#### 4.1.1 A VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, A “CAPITAL SECRETA DO MUNDO”

A ocupação do território capixaba começou a ser incentivado cada vez mais pela imigração internacional, que vinha em sua maioria do continente europeu (italianos, luxemburgueses, alemães, açorianos e outros). Estes imigrantes foram sendo redistribuídos no sentido de ocupar o território do Espírito Santo (DADALTO; DOTA, 2021; QUINTÃO, 2015; ESPÍRITO SANTO, 1979).

Cachoeiro de Itapemirim neste período era uma importante aglomeração urbana, junto com Colatina e a capital Vitória. A base econômica deste município era baseada na produção do café, assim como os outros núcleos urbanos do estado (ESPÍRITO SANTO, 1979; FERREIRA, 2015). A produção cafeeira destacava Cachoeiro de Itapemirim neste período enquanto região polarizadora do estado, pois apesar de Vitória ser a capital, este se destaca pela sua proximidade com o estado do Rio de Janeiro, onde havia um porto modernizado, e era o principal para o escoamento do café (QUINTÃO, 2015; PEREIRA NETO, 2011).

Mota (2002) ressalta a importância da ligação de Cachoeiro com o Rio de Janeiro, expondo principalmente que esta relação de dependência do município com um outro estado se deu principalmente pela expansão da cafeicultura que foi subindo ao Norte Fluminense. Para tal, foi sendo construída uma ligação física entre os dois, que facilitou toda esta relação comercial.

Devido este crescimento econômico em decorrência do café, a região Sul polarizada por Cachoeiro, além das migrações internacionais que foram incentivadas como política de estado, também ocorriam movimentos migratórios internos. Devido suas conexões físicas que foram criadas a partir da produção e escoamento do café, chegavam ao estado muitos imigrantes fluminenses e mineiros (DADALTO; DOTA, 2021; FERREIRA, 2015).

Como apontado por Damiani (2017), a povoação dos territórios não poderia ser explicada sem a compreensão dos movimentos migratórios, e o expressivo aumento populacional a partir da migração no Sul do Espírito Santo para a povoação e exploração (FERREIRA, 2015) corrobora com esta afirmação.

Quintão (2015) ainda pontua que a infraestrutura que se criava na época, principalmente a construção das ferrovias que ligavam os municípios próximos a Cachoeiro de Itapemirim, fortaleciam cada vez mais a polarização deste município. O autor destaca ainda que este desenvolvimento não chegava à capital Vitória, pois não havia uma ligação direta entre os dois pontos. Assim sendo, foi sendo organizado politicamente uma ligação física entre o Sul do estado e a capital:

A Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo foi uma das realizações materiais desse projeto: foi construída para “interiorizar” Vitória, no sentido de escoar para lá a produção da região sul do estado, alterando o antigo percurso da produção, a qual ia para o Rio de Janeiro. Isto, pois denotava a tentativa de territorializar o complexo cafeeiro capixaba concomitantemente à construção da territorialidade almejada (QUINTÃO, 2015, p. 18).

Desta forma, entre o século XIX e início do século XX, o município de Cachoeiro de Itapemirim *comandava* a economia provincial (PEREIRA NETO, 2011), estava no centro do desenvolvimento econômico, e a Capital precisava se aproximar. As linhas férreas levavam prosperidade econômica para regiões pouco desenvolvidas.

Contudo, este movimento de redirecionar a rota da comercialização do café internamente no Espírito Santo em direção a Capital não foi feito de forma acordada entre os governos municipais. Quintão (2015) retrata resistências do governo de Cachoeiro para se integrar com a sede estadual, diferente do que ocorreu com Colatina (que também fez parte do plano de integração para o escoamento do café para Vitória).

Além do mais, outras barreiras foram sendo colocadas para que Cachoeiro de Itapemirim pudesse continuar com sua independência econômica: fora proibido a construção da rede ferroviária em direção ao Porto de Itapemirim (que auxiliava no escoamento do café, principalmente em direção para o Rio de Janeiro) (QUINTÃO, 2015; MOTA; MAGALHÃES, 2011). Provavelmente é neste período que o município começa a arrefecer na sua posição central econômica do estado, para dar sentido a sede:

Em questão, distintas intenções para a construção de uma territorialidade: de um lado, oriunda de Cachoeiro, que buscava desenvolver o porto regional que estreitava os vínculos comerciais com o Rio de Janeiro; e de outro, oriunda da capital, que enxergava na ferrovia a chave para sua ocupação e desenvolvimento econômico (QUINTÃO, 2015, p. 20).

Os propósitos para a consolidação da sede estadual interrompiam diretamente a dinamicidade econômica por Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que foram sendo quebrados a lógica comercial envolta do café. No início do século XX a governabilidade do Espírito Santo estava em busca de dar um Norte para o Espírito Santo, logo, este 'norte' começa a se constituir a partir de investimentos em infraestrutura de fluxos e fixos, que podem ser vistos a partir da modernização do Porto de Vitória (MOTA; MAGALHÃES, 2011) e também com a construção de vias férreas para conectar as rotas comerciais com Vitória (FERREIRA, 2015; ESPÍRITO SANTO, 1979; DADALTO; DOTA, 2021; MOTA, 2002)<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Para mais detalhes, ler Quintão (2011), que em sua dissertação de mestrado em História Social, historiciza todo o processo de desenvolvimento envolvendo as linhas férreas e a região Sul do Espírito Santo, denotando principalmente o papel de Cachoeiro de Itapemirim na província enquanto polo econômico e de concentração populacional.

Em um tom de rivalidade, Quintão (2015) historiciza as relações entre Cachoeiro de Itapemirim e Vitória no que tange a corrida econômica do café. O autor situa que a busca para dar um Norte para o Espírito Santo se consolida, e enfim Vitória começa a polarizar as relações comerciais em volta do café. Apesar do Porto de Itapemirim conseguir fazer ligação ferroviária direta com o município de Cachoeiro de Itapemirim, o arrefecimento gerado pela dominância comercial da capital deixa este de lado.

De forma aparente e bem colocada na história, Cachoeiro de Itapemirim passa por uma desmobilização comercial que era baseada na política cafeeira. Desde já, podemos visualizar que a Região Sul capixaba passa a perder relevância estadual, uma vez que os investimentos passaram a ser visualizados ao Norte do Espírito Santo. Assim, para dar um Norte ao estado, foi necessário diminuir a polarização de Cachoeiro de Itapemirim.

#### **4.1.2 NOVOS SENTIDOS PARA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM NA DÉCADA DE 30 ATÉ A DÉCADA DE 60 DIANTE DOS NOVOS CONTEXTOS DA REDE URBANA**

Como visto por Quintão (2015), o redirecionamento da concentração econômica para a Capital Vitória a partir do final da década de 30 transforma toda a lógica anterior que era baseada no Sul do Espírito Santo. Cachoeiro de Itapemirim neste processo de redirecionamento não perde sua influência regional do Sul, mas é afetada diretamente por esta reversão Sul-Norte que ia se desenvolvendo.

No momento inicial desta pesquisa, acreditava-se que a reversão Sul-Norte começou após a centralização dos investimentos em volta da indústria petrolífera no litoral capixaba, após a década de 2000. Contudo, ao iniciar os estudos, principalmente na análise histórica, percebeu-se que Cachoeiro presenciou esta reversão muitas décadas antes.

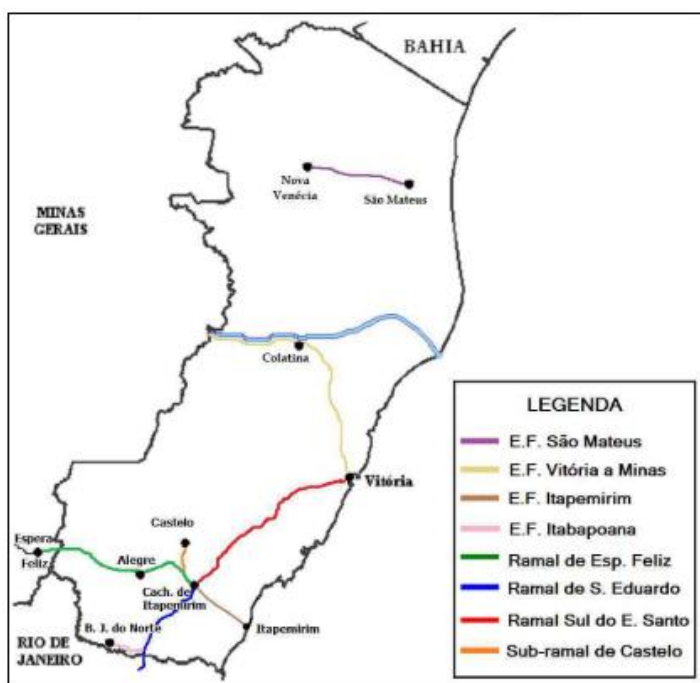
No documento organizado pelo Espírito Santo (1979) e no trabalho de Dadalto Dota (2021) é colocado que já na década de 40, após todas as mudanças presentes na rede urbana capixaba, é visualizada um baixo crescimento da população da região Sul, antiga região polarizadora, diferente do que vinha acontecendo no Norte capixaba com um expressivo aumento populacional. Além do mais, é visto que a maior parte da população ainda residia nesta área.

Assim, pode-se afirmar que as migrações foram essenciais para o povoamento do Norte do estado, mas também foram responsáveis pelo esvaziamento populacional

do Sul. Entre as décadas de 40 e 50 a região Norte absorveu a população sulista capixaba, mas também começou a atrair migrantes dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (ESPÍRITO SANTO, 1979; DADALTO; DOTA, 2021), que antes tinham como destino a região Sul.

O documento do Espírito Santo (1979) retrata que os baixos investimentos e produção do café no Sul do estado estavam estacionadas e/ou esgotadas. Contudo, os estudos de Quintão (2015; 2011) e Ferreira (2015) apontam que o redirecionamento econômico para o Norte do estado foi um projeto de concentração econômica na capital Vitória, e que em consequência disso, acabou levando desenvolvimento para o Norte. Além do mais, como visto na subseção anterior, a infraestrutura férrea já (Figura 4) havia sido planejada e colocada em prática para auxiliar na ligação entre o Sul e o Norte, a partir de Vitória (QUINTÃO, 2015; DADALTO; DOTA, 2021).

Figura 4. Infraestrutura férrea do Espírito Santo em 1930



Fonte: Quintão (2015)

Esta análise permite alavancar algumas considerações que explicam o que levou o Sul do estado, e em especial Cachoeiro de Itapemirim, município polarizador entre o final do século XX e início do século XXI, a estagnar economicamente diante das outras regiões (principalmente a região que hoje é a Região Metropolitana, e a região Norte). Vale destacar que este redirecionamento não ocorreu só na lógica

econômica, mas também nos fluxos populacionais que acompanharam esta reversão Sul-Norte.

Assim, a economia primário exportadora do café no Espírito Santo era o seu principal carro chefe para o desenvolvimento econômica e infraestrutura, mas que começou neste período a ser responsável pelo seu atraso em relação aos estados da sua própria região (CASTIGLIONI, 2009; CELIN, 1982).

Todavia, deve-se alavancar uma questão importante que envolve Cachoeiro de Itapemirim durante este período: a indústria extrativista envolta da mineração das rochas ornamentais, que futuramente será importante eixo da base econômica do município. Desta maneira, o trabalho de Costa (1991) detalha a história dos pioneiros que deram início a exploração deste tipo de indústria, que de forma inicial teve como produção o cimento, cal, tijolos e telhados entre os séculos XIX e XX.

A autora pontua que a extração do mármore só começa a ser explorado na região quase no fim da década de 60, pelo pioneiro Horácio Scaramussa, que fora importante na análise do mercado nacional deste insumo, trazendo empresários para avaliar as jazidas encontradas em sua residência.

À vista disso, a indústria extrativista começa a ser fomentada na região Sul do Espírito Santo, mas em Cachoeiro de Itapemirim há uma concentração comercial deste insumo no que tange o beneficiamento, serragem e processo de vendas. Mas, este início fora bem complicado para a criação de um ambiente industrial, uma vez que era incipiente de infraestrutura adequada para a produção industrial (COSTA, 1991).

Costa (1991) coloca que a falta de uma infraestrutura industrial retardou o desenvolvimento. Com a falta de infraestrutura para serrar e cortar as chapas os blocos de mármore e granito eram transportados e vendidos em sua forma bruta, impossibilitando o aprimoramento deste em chapas e acabamento, que poderiam ser vendidos em um valor mais alto.

Portanto, apesar da desconcentração econômica ocorrendo em Cachoeiro de Itapemirim devido ao redirecionamento da produção cafeeira para a capital Vitória, a indústria extrativista começa a ser fomentada entre as décadas de 30 e 60, e como será visto posteriormente, foi de extrema importância para os novos caminhos da economia cachoeirense e do Sul do estado.

#### **4.1.3 ERRADICAÇÃO DOS CAFEZAIS, OS GRANDES PROJETOS E O ISOLAMENTO DO SUL CAPIXABA: A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX DIANTE DOS NOVOS CONTEXTOS ECONÔMICOS (DÉCADA DE 60 A 90)**

Após todas as mudanças realizadas nas dinâmicas econômicas, políticas e sociais do Espírito Santo baseado em uma economia primário exportadora (cafeicultura), há uma reestruturação produtiva no que se refere aos novos sentidos econômicos em nível nacional, no qual o Estado Brasileiro passa a investir massivamente nas indústrias. Assim, o Brasil passa a se industrializar, sendo o eixo São Paulo-Rio de Janeiro os principais estados neste crescimento (CANO, 2007; MOTA, 2002).

É relevante situar que este período de forte industrialização em nível nacional, com a criação de projetos federais para o desenvolvimento econômico, faz parte de grandes mudanças da economia a nível mundial, e que o Brasil passa a investir em uma economia condizente com o que está sendo feito no exterior (CANO, 2017). Daré (2010) complementa que estes investimentos partem também de nações desenvolvidas, que necessitavam de infraestrutura para expansão em áreas ditas subdesenvolvidas (continente africano, países da América Latina e outros).

Cano (1998) relata que neste período houve um programa de crescimento industrial chamado de *Programa de Metas* que viria a ser um projeto para recuperação e crescimento do setor industrial no Brasil. Contudo, o mesmo relata sobre de que forma estes acabaram ocorrendo de forma desigual, ou como é discutido pela literatura, as famosas desigualdades regionais.

Entretanto, o desenvolvimento industrial que passou a dinamizar os estados da região Sudeste, no qual o Espírito Santo faz parte, foram avançando expressivamente, deixando este estado atrasado nas relações comerciais existentes da época, que ainda mantinha uma economia baseada no setor primário (CASTIGLIONI, 2009; BECKER, 1973). Cano (1998) pontua que o Espírito Santo ficou entre os três estados que menos cresceram na economia industrial de todo o Brasil.

A superprodução cafeeira e quedas no seu valor no mercado internacional levou a uma crise generalizada no território brasileiro, afetando diretamente o Espírito Santo que tinha esta cultura como principal base econômica (FORTUNATO, 2011), sendo necessário que houvesse uma integração econômica com o resto do país. Para tal, foi implementada uma política de erradicação dos cafezais em 1962 para acabar com as “culturas antieconômicas”, como visto pelo governo, e dando início a uma



grande política industrial no Espírito Santo (MOTA, 2002; BECKER, 1973; CASTIGLIONI, 2009; FORTUNATO, 2011; CELIN, 1982; ESPÍRITO SANTO, 1979).

Se inicialmente a dinâmica estava atrelada à comercialização do café, posteriormente a cidade vai incorporando novos serviços e novas modalidades de inserção na economia nacional/internacional ligadas diretamente ao desenvolvimento da economia estadual e das transformações pelas quais ela passava (MOTA, 2002, p. 65).

Como visto no trecho anterior, há uma necessidade para se integrar aos novos contextos econômicos para poder se manter também no desenvolvimento econômico que vem sendo realizado por outras cidades e regiões. Para Daré (2010) há uma construção ideológica maior que colocou o café enquanto uma cultura antieconômica e um pensamento de crise no Espírito Santo.

[...] as idéias desenvolvimentistas ganharam força no Brasil na década de 1960, graças ao projeto geopolítico para a modernidade promovido pelo regime militar, numa estratégia para acelerar o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Dentro desse movimento, era preciso garantir a reprodução do capital em todos os espaços do território brasileiro. Para tal, era preciso superar o passado agro-exportador e ingressar num estruturado processo de industrialização sob o comando do Estado (DARÉ, 2010, p. 35)

Neste pensamento, Daré (2010) discorre sobre a criação de um pensamento de crise na produção cafeeira, para que assim pudesse haver uma justificativa para poder mudar os caminhos econômicos do estado do Espírito Santo em direção a produção industrial. A autora sinaliza essa discussão a partir de documentos estatais e de empresas privadas, como a Findes.

Esta questão levantada por Daré (2010) traz a tona sobre a produção de desequilíbrios econômicos que foram gerados dentro do estado em prol de um desenvolvimento econômico baseado no setor industrial. Para tal, os municípios cafeeiros, como Cachoeiro de Itapemirim, foram afetados diretamente, uma vez que a erradicação afetou seu desenvolvimento econômico, e também não possibilitou a oferta de instalação industrial nestes.

Assim sendo, no Espírito Santo é implementada uma política industrial dos *Grandes Projetos*<sup>11</sup>, no qual Fortunato (2011, p. 50) coloca que o “processo de modernização da economia capixaba, calcado nos Projetos de Impacto e nos Grandes Projetos Industriais, acarretou uma mudança profunda no padrão de desenvolvimento

---

<sup>11</sup> Os *Grandes Projetos* presentes no Espírito Santo não ocorreram de forma isolada, como observa Cano (1998). A política de investimentos no setor industrial ocorreu na metade do século XX, sendo observada a criação de diversos projetos para o fomento deste setor na economia, uma vez que está se encontrava atrasada em relação as questões econômicas internacionais.

econômico do estado”, sendo resultado desta política industrial a criação de uma infraestrutura que desse base para o avanço da industrial:

(...) criação da Codes – transformada, na primeira metade da década de 1970, em Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes), do Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial (Fundai), do Conselho de Desenvolvimento Econômico, do Sistema de Crédito para o Desenvolvimento, do Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), do Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Funres) e do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap). O surgimento desse aparato desenvolvimentista contribuiu de forma decisiva para impulsionar o desenvolvimento industrial no estado, mediante a atração de investimentos privados nacionais e internacionais (FORTUNATO, 2011, p. 49).

Todo aparato desta política industrial possibilitou o surgimento de diversas indústrias de base que deram sustentação para o desenvolvimento econômico neste novo segmento no território capixaba. Contudo, é importante localizar nos estudos dos grandes investimentos industriais deste período onde estes estavam sendo direcionados: para a Capital Vitória, e os municípios do seu entorno.

Assim, tanto a erradicação dos cafezais, quanto os grandes investimentos na RMGV no seguimento das indústrias foram responsáveis pela mudança na lógica de produção econômica estadual, as suas localizações mudaram, e junto delas o redirecionamento dos movimentos migratórios no estado: o interior do estado expulsava população que estava desempregada pela erradicação dos cafezais, tendo como principais cidades Vitória que estava sendo o centro do desenvolvimento econômico; e Cachoeiro de Itapemirim e Colatina sendo os dois principais centros desenvolvidos no interior do estado (BECKER, 1973; MOTA, 2002).

Se antes Cachoeiro de Itapemirim era um dos principais polos de atração migratória e tendo um amplo crescimento populacional enquanto centralidade regional do Sul capixaba por causa do café, os novos sentidos da economia mudam todo este cenário.

Vitória, que na virada do século XIX para o século XX possuía baixa participação do desenvolvimento econômico, que estava polarizado em Cachoeiro de Itapemirim, passa a concentrar a economia industrial, conseguindo se fortalecer:

Embora a atividade cafeeira no estado do Espírito Santo não tenha constituído uma economia primário-exportadora dinâmica, tampouco tenha fomentado a divisão social do trabalho de forma a criar uma diferenciação na economia que possibilitasse a expansão do mercado interno capixaba e de sua integração ao mercado nacional, o café legou duas importantes contribuições para a economia estadual: a constituição de núcleos urbanos pelo interior do estado e a consolidação de Vitória como a principal e a mais importante cidade da economia capixaba, provedora de importantes serviços

de apoio à atividade cafeeira estadual, sobretudo aqueles ligados à comercialização, em especial o desenvolvimento da atividade portuária, que fomentou uma série de vantagens aglomerativas que transformaram a capital do estado e seu entorno imediato no locus principal do crescimento industrial capixaba, quando este se processa de forma mais intensiva, ao final dos anos 60 (MOTA, 2002, p. 23).

Para além disso, deve-se pontuar ainda onde Cachoeiro de Itapemirim se situava neste cenário: já perdia espaço na polarização do comércio do café para a Capital Vitória. Após a transformação na infraestrutura econômica que passou a ser baseada na industrialização, o município ficou cada vez mais distante da participação estadual, como relatado por Mota (2002; 2013), Mota e Magalhães (2011), Espírito Santo (1979), Celin (1982).

Mota (2002) em sua tese de doutorado ao fazer uma análise dos dispositivos que foram responsáveis pela dinamização econômica e a integração capixaba, localiza geograficamente como os incentivos fiscais e investimentos, principalmente pelo Funres e Geres/Bandes, foram afastando a região Sul, em específico Cachoeiro de Itapemirim, do desenvolvimento econômico apresentado pela atual RMGV, e também os municípios do Norte.

Contudo, como visto no subcapítulo anterior, já havia começado um fomento importante para o setor industrial extrativista em Cachoeiro de Itapemirim. Este setor de rochas ornamentais foi crescendo, e passou a ocupar importante espaço na indústria de transformação capixaba:

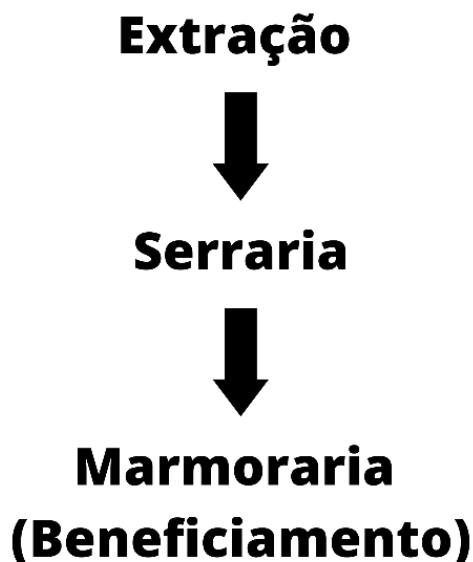
A relevância desse ramo está ligada a uma importante base de recursos naturais que possibilitou a formação de um grande número de empresas para extração e beneficiamento do mármore e granito inicialmente na região meridional do estado, em especial no município de Cachoeiro de Itapemirim. (MOTA, 2002, p. 34-35)

Assim sendo, a economia cachoeirense passa a se integrar industrialmente com a economia capixaba a partir da extração, serragem e beneficiamento do mármore e granito. Estas pequenas empresas passam a investir em mão de obra (a empresa Marsal trouxe na época mão de obra qualificada para este trabalho, sendo também um espaço de ensinamento para outros trabalhadores do município), e também na busca por infraestrutura adequada para todos os processos (COSTA, 1991).

Costa (1991) expõe que ao começar o processo de extração e preparo dos blocos de mármore e granito, as máquinas indústrias (teares) eram trazidas de São Paulo. No entanto, a empresa CIMEF (Comércio, Indústria Mecânica, Elétrica e

Fundação Ltda.) passa também a produzir suas próprias máquinas em Cachoeiro. Esta empresa também foi criada com o objetivo de dar assistência técnica ao setor de rochas ornamentais. Para tal, fora criado um ambiente propício para aproveitar as jazidas minerais no município, e que o processo industrial (Figura 5) para a venda deste produto passou a ocorrer todo no próprio município.

Figura 5. Fluxograma processual de tratamento das rochas ornamentais



Fonte: Elaborado pelo autor

Como resultado deste amplo desenvolvimento industrial a partir da extração do setor de rochas ornamentais, Cachoeiro de Itapemirim consegue dinamizar sua economia, representando forte participação econômica no arrecadamento estadual na década de 90 (MOTA, 2002), após todos os obstáculos econômicos colocados a partir da busca pelo Norte, que começou no início da década de 30.

Neste sentido, apesar de todo este desenvolvimento industrial no setor de rochas ornamentais em Cachoeiro de Itapemirim, a região sul ainda possui um baixo dinamismo econômico, sendo que esta região cresce abaixo da média estadual. Esta baixa participação se dá pela alta concentração de investimentos em outras regiões (MOTA, 2002), deixando de lado a região sul capixaba.

Cabe destacar, então, que a lógica de investimentos para o desenvolvimento econômico do estado ocorreu de forma desigual ao longo do século XX. Ao longo das décadas, a preocupação com o desenvolvimento da Capital e de regiões menos desenvolvidas do estado acabaram deixando de lado a região Sul.

#### 4.2.3.1 O estado do Espírito Santo sem um Sul?

Esta percepção de um Sul estagnado, sem investimentos e parado no tempo era uma das principais notícias publicadas pelos jornais na década de 90. As fontes dos jornais A Gazeta retratam ao longo do final do século XX a estagnação econômica, e com baixo desenvolvimento frente as outras regiões capixabas.

A reportagem da Figura 6 retrata o fim das viagens das linhas de trem que ocorriam no município de Cachoeiro de Itapemirim na década de 80. Na reportagem, o jornalista fala sobre o abandono que foi feito com os trens de passageiros para Cachoeiro, que foram diminuindo década após década. Contudo, o jornalista faz um contraponto: enquanto a ferrovia do Sul capixaba estava em decadência, o mesmo não estava ocorrendo com a linha de trem que ligava Vitória a Belo Horizonte.

Mas, o que isso tem haver? No início deste capítulo sobre o contexto histórico dos movimentos migratórios e análise econômica e urbana de Cachoeiro na rede urbana capixaba, a ferrovia era uma infraestrutura importante da conexão para escoamento do café, e também uma ligação física entre as cidades. As ferrovias eram fixos importantes para o desenvolvimento do município.

Neste momento, com o baixo desenvolvimento da região Sul diante dos *Grandes Projetos* na RMGV e nos municípios do Litoral Norte, as ferrovias não estavam mais sendo utilizadas, já que o café estava em baixa desde a década de 60 e a erradicação dos cafezais. Do outro lado, no Norte que fora construído para o desenvolvimento do Espírito Santo, o jornalista pontua que a eficiência da linha Vitória-Minas: modernizada e saia todos os dias. Os *Grandes Projetos* ligados as indústrias movimentaram investimentos em ferrovias, que possibilitavam o escoamento agora do minério de ferro.

Figura 6. Reportagem do Jornal A Gazeta sobre o fim das viagens de trem para Cachoeiro, 1980



Fonte: A Gazeta (1980)

Zanotelli (2009) expõe que este período é marcado por uma forte migração em direção a RMGV, e que os migrantes vinham de várias regiões do estado do Espírito Santo, principalmente do Norte; e um outro grande contingente advinha do estado de Minas Gerais, período em que a CST começou o seu funcionamento, já que o minério de ferro possibilitou a construção de ferrovias e rodovias, facilitando a mobilidade da população.

Assim sendo, a concentração industrial mobilizava esta população, e concentrava cada vez mais esta população nas áreas de grande dinamização econômica baseada nas indústrias (CASTIGLIONI, 2009; DOTA, 2016).

Diante disso, seguindo nas reportagens A Gazeta, as áreas com baixa dinamização econômica não seguiam esta mesma lógica de crescimento e desenvolvimento econômico. Para tanto, a década de 90 há uma grande mobilização por parte de Governos Estaduais, Municipais e entidades regionais para auxiliar a região Sul diante desta estagnação.

Estes fóruns, assembleias e reuniões pediam principalmente uma desconcentração econômica, e uma interiorização dos investimentos para o interior capixaba, e como já exposto por Mota (2002), estavam concentrados na atual RMGV, e municípios do Norte capixaba.

Estas questões, que estavam relacionadas a concentração econômica e populacional na RMGV (DOTA, 2016; CASTIGLIONI, 2009; ZANOTELLI, 2009; MOTA, 2013) não retrata apenas um déficit econômico em regiões como o Sul do estado, mas junto disso um esvaziamento populacional dessas áreas.

Se a migração acompanhou o crescimento dos municípios da Capital Vitória e do seu entorno e os municípios do Litoral Norte, haviam de outro lado municípios que estavam expulsando migrantes, e tendo um saldo migratório negativo. Algumas fontes tem corroborado com esta afirmação, como a própria reportagem da A Gazeta (1993), os trabalhos de Mota (2002; 2013) e Dota (2016; 2019).

Portanto, a análise dos contextos econômicos, sociais e políticos que envolvem o município de Cachoeiro de Itapemirim, estão diretamente relacionados com uma análise maior no que se refere os movimentos populacionais e o esvaziamento populacional das áreas não metropolitanas do Espírito Santo.

## **4.2 CONDICIONANTES PARA ANÁLISE DA DINÂMICA MIGRATÓRIA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM PÓS-2000 ENQUANTO ESPAÇO DE PERDA MIGRATÓRIA**

### **4.2.1 ANÁLISE DE CONDICIONANTES ECONÔMICOS E REGIONAIS<sup>12</sup>**

Os novos desdobramentos econômicos do estado do Espírito Santo refletem diretamente as dinâmicas na rede urbana, e conseqüentemente refletem as dinâmicas populacionais nos municípios. A ruptura pensada nesta lógica de análise perpassa as relações entre as mudanças econômicas e também as mudanças que possivelmente estão atreladas ao movimento espacial da população.

Diante disso, pensando nestas mudanças, é necessário situar que o norte do estado do Espírito Santo possui incentivos de investimentos da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), sendo um importante programa que auxilia no desenvolvimento e crescimento das cidades que o compõem (IJSN, 2011). Documentos do IJSN (2011; 2011a) apontam, mas não aprofundam, em relação aos impactos desses investimentos como possíveis geradores de desigualdades no desenvolvimento regional, visto que o Sul do estado, não sendo contemplado pela Sudene, não recebe incentivos de fomento federal na mesma proporção que o Norte.

---

<sup>12</sup> Alguns trechos do texto fazem parte de reflexões feitas em artigo publicado pelo próprio autor (SANTOS, 2021).

Pereira Neto (2020), em sua tese de doutorado, discorre sobre os efeitos dos programas de investimentos no Espírito Santo, e posiciona as desigualdades do crescimento econômico entre os municípios que fazem parte da Sudene e os que estão de fora deste programa.

Neste entendimento, o autor pontua que o aumento do Pib e dos empregos formais (na maior parte dos setores da economia) são visualizados em municípios que recebem subsídios federais, com destaque para o município de Linhares. O autor ainda ressalta que há ainda um expressivo crescimento populacional em decorrência dos movimentos migratórios, possivelmente atraídos por este crescimento regional da economia, como também é destacado por Antônio (2022).

O trabalho de Antônio (2022), ao fazer uma análise da atuação da Sudene no município de Linhares também destaca este programa federal de incentivos como importante para o desenvolvimento. Além do mais, é visualizado uma atração e instalação de indústrias no município a partir da fixação da Sudene. Vale ressaltar que, no caso específico de Linhares, a autora pontua que há outras características importantes para o crescimento maior de Linhares em relação aos outros municípios, como a proximidade com a BR 101, tamanho e estrutura da cidade, disponibilidade de água e outros. Dota e Ferreira (2023) complementam no que se refere as condições gerais de produção que auxiliaram (e ainda auxiliam) no crescimento no município de Linhares, como a disponibilidade de infraestrutura rodoviária, dutoviária, portuária e outros.

Em uma pesquisa no acervo do IJSN, foi encontrado um arquivo de jornal de 1999 expondo sobre “o aprofundamento do desequilíbrio econômico do sul do estado” (A GAZETA, 1999), que já era uma preocupação e realidade da época, uma vez que os indicadores de crescimento e desenvolvimento apontavam isso (SANTOS, 2021).

A Tabela 1 exhibe algumas informações importantes para pensar algumas mudanças no setor de trabalho, que estão relacionados com a dinâmica do município e logo com os movimentos migratórios. Assim como as transformações no padrão migratório de Cachoeiro de Itapemirim, o trabalho formal também compreende algumas mudanças que transcorrem estes três períodos.



Tabela 1. Pessoas ocupadas no município de Cachoeiro de Itapemirim. Volume e participação (%), 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020.

	1995	%	2000	%	2005	%	2010	%	2015	%	2020	%
Agricultura, pecuária	685	1,7	564	1,4	805	1,6	801	1,3	809	1,1	597	0,9
Indústria de transformação	13.465	33,0	13.840	33,8	15.267	29,6	18.379	29,1	19.401	26,1	15.808	24,7
Serviços	8.934	21,9	7.137	17,4	8.168	15,8	11.743	18,6	13.408	18,0	10.109	15,8
Educação	1.947	4,8	2.252	5,5	2.826	5,5	2.891	4,6	4.987	6,7	6.074	9,5
Comércio	2.510	6,2	1.683	4,1	1.232	2,4	2.713	4,3	2.557	3,4	1.597	2,5
Transporte	7.465	18,3	9.518	23,2	12.227	23,7	16.767	26,5	18.286	24,6	16.128	25,2
Atividades profissionais, cient. e técnicas	5.654	13,9	5.876	14,3	8.952	17,3	9.772	15,5	12.607	17,0	11.555	18,1
Outros	87	0,2	96	0,2	140	0,3	131	0,2	220	0,3	113	0,2
<b>Total</b>	<b>40747</b>	<b>100</b>	<b>40966</b>	<b>100</b>	<b>51622</b>	<b>100</b>	<b>63197</b>	<b>100</b>	<b>74290</b>	<b>100</b>	<b>64001</b>	<b>100</b>

Fonte: RAIS (1995-2020). Elaborado pelo autor.

Alguns setores de atividades econômicas exibem aumento expressivo até 2015 de forma significativa, como a indústria da transformação, o transporte, as atividades profissionais, científicas e técnicas e o setor de serviços no geral. A maior parte deste crescimento de empregos formais nas áreas já citadas estão ligadas com uma das principais bases econômicas do município, e que parece manter, como pode ser visto na tabela a área de transporte e a indústria de transformação (ligadas diretamente a produção de mármore e granito).

Contudo, é vista que em 2020 esta dinâmica muda, uma vez que praticamente todos os setores citados diminuiram seu quantitativo. A Tabela 1 exibe a diminuição de vagas de trabalho formal se igualam aos dados de Dota e Queiroz (2019) ao discutir sobre migração e crise no Brasil, que apontam uma diminuição dos postos de trabalho na segunda década deste século.

Em contraponto, há outros setores que oscilam no município ou mantêm o volume de trabalhos formais, diminuindo e aumentando ao longo dos 25 anos, ou diminui consideravelmente, como visualizado o setor de atividades profissionais, científicas e técnicas.

Assim, é visto que não há exploração e/ou investimentos em outros setores da economia daqueles que já são predominantes e estabelecidos no município, isto é, o município ainda se mostra dependente de um determinado setor da economia.

Um dos principais setores econômicos no que tange a quantidade de empregos formais e está em pleno crescimento, é o setor educacional, que foi estudado por Almeida (2011) em Cachoeiro de Itapemirim, colocando o setor educacional no município como um importante vetor de desenvolvimento regional. O setor econômico ligado a educação salta de 4,8% para 9,5%, dobrando ao longo das décadas analisadas. A autora indica a importância de Cachoeiro enquanto uma cidade média polarizadora da sua região, uma vez que as principais instituições superiores de educação estão localizadas no município.

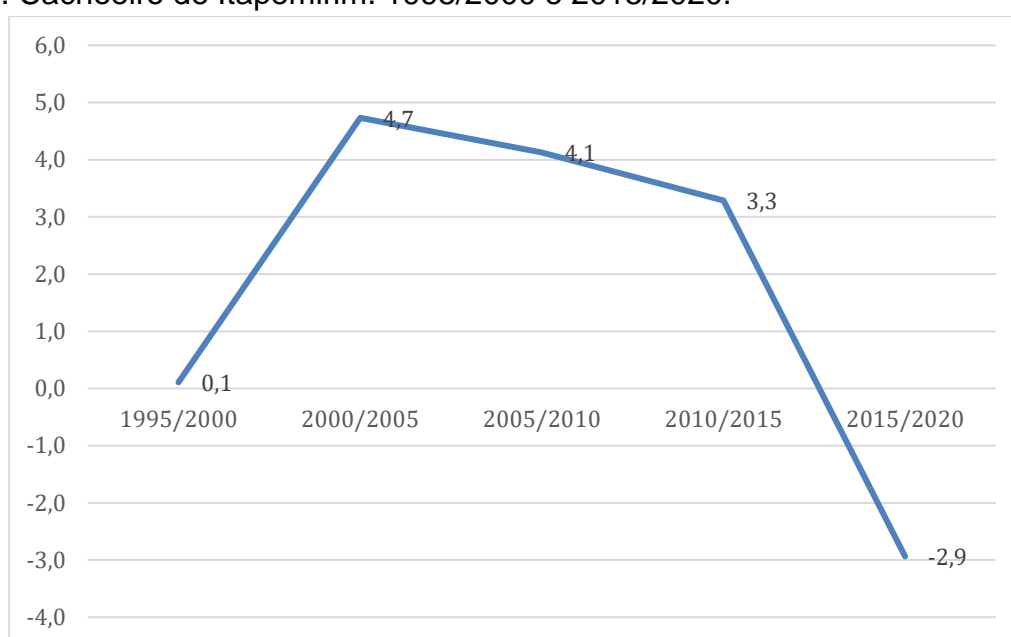
Neste sentido, a análise do setor formal do trabalho indica que as dinâmicas nos setores econômicos têm sido afetadas ao longo do período entre 1995 e 2020. Estas mudanças se contrastam com o que vem sendo discutido aqui neste trabalho, e corroboram com as mudanças estruturais de Cachoeiro de Itapemirim.

As mudanças no quantitativo total dos empregos formais de Cachoeiro de Itapemirim também demonstram questões importantes. Inicialmente, de 1995 para 2000 o aumento no número de empregos formais é de apenas 143 no volume total, e

só depois que o volume começa a aumentar consideravelmente.

A partir do Gráfico 1 é possível visualizar que após 2000 há um crescimento do quantitativo de empregos formais entre 2000/2005 e 2005/2010, porém, a taxa de crescimento geométrico expõe que há uma diminuição entre 2005/2010 e 2010/2015. Apesar de ter ocorrido uma diminuição no período anterior, ele não foi tão drástico como o observado entre 2015 e 2020, chegando a uma diminuição de crescimento que chegou a quase -2,9 % a.a..

Gráfico 1. Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) do total de empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995/2000 e 2015/2020.



Fonte: Rais (1995-2020). Elaborado pelo autor.

A comparação do crescimento dos empregos formais com o crescimento a População em Idade Ativa (PIA), no Gráfico 2, demonstra que no início do século XXI a estagnação dos empregos não foi condizente com o crescimento da PIA. Contudo, logo após os anos 2000 houve um crescimento tanto da PIA quanto dos empregos formais, mas é interrompida entre 2015 e 2020, no qual a PIA continua em ritmo de crescimento, e o volume de empregos formais diminui para a mesma quantidade vista em 2010.

Para além disso, é importante situar que apesar do crescimento visto entre 2000 e 2015 dos empregos formais, estes não foram suficientes para suprir o quantitativo populacional da PIA que manteve o ritmo de crescimento. Assim sendo, o Gráfico 3 exhibe a taxa da participação da PIA em relação ao volume dos empregos formais em Cachoeiro de Itapemirim. Entre 2000 e 2005 chegaram a menos de 40%,

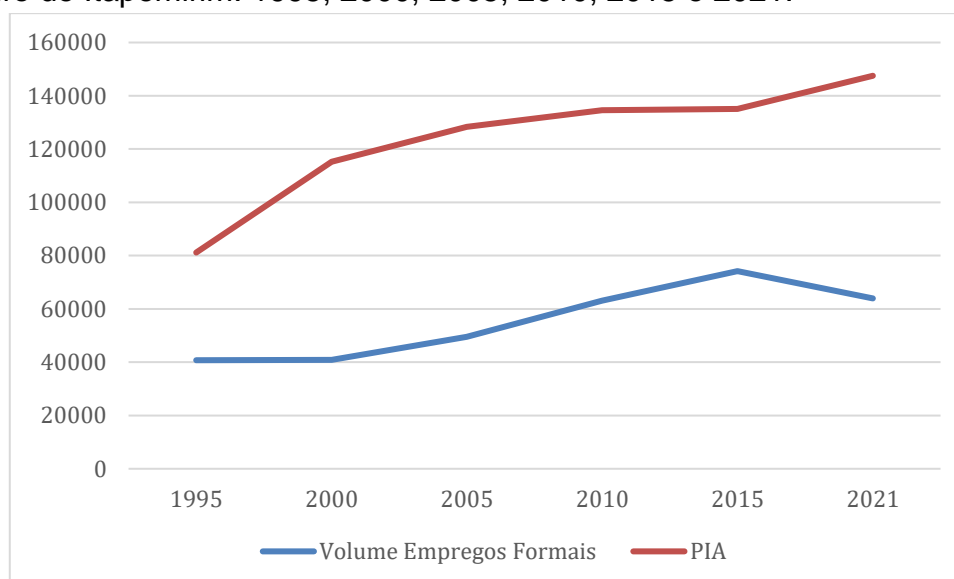
e em 2021 está baixa participação também corrobora com os resultados vistos do Gráfico 2. Desta maneira, o município não tem apresentado um bom cenário neste contexto de “janela de oportunidades” (DOTA; QUEIROZ, 2019), uma vez que no contexto local não há empregos suficientes para esta população que está em idade ativa. Esta questão pode ser um problema, uma vez que se não há oportunidade em Cachoeiro de Itapemirim, provavelmente estas serão buscadas em outros municípios.

Borges (2011) aponta que entre a década de 90 do século XX e a década de 2010 do século XXI o crescimento dos empregos formais são explicados pelos novos contextos políticos e econômicos presentes no cenário nacional:

[...] com a instituição do regime de metas de inflação, a mudança do regime cambial (depreciação cambial e consequente aumento da competitividade externa) e a consolidação do Plano Real no Brasil, aliados a maiores taxas de crescimento do produto interno, isso permitiu ao mercado de trabalho responder melhor à nova conjuntura econômica, especialmente a partir de 2005 (BORGES, 2011, p. 56).

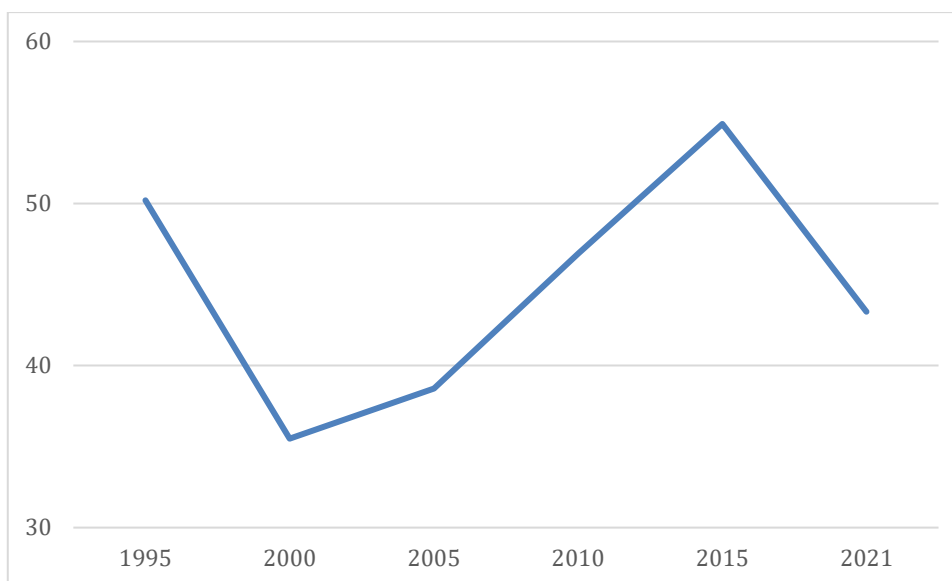
Contudo, após 2015 é observada uma diminuição neste ritmo de crescimento. Dota e Queiroz (2019) explicam que esta diminuição pode ser explicada principalmente pela desaceleração econômica presenciada pelo país. Neste sentido, esta variação também é visualizada no município de Cachoeiro de Itapemirim, tanto no período de crescimento das vagas formais, quanto na diminuição.

Gráfico 2. Volume da População em Idade Ativa (%) e dos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021.



Fonte: Datasus (1995-2021); IBGE (2000, 2010); RAIS (1995-2020). Para os anos fora do período censitário, foram utilizadas as estimativas populacionais disponibilizadas pelo Datasus, que incluem estimativas feitas pelo TCU para organização do território. Elaborado pelo autor.

Gráfico 3. Taxa de participação da População em Idade Ativa (%) em relação aos empregos formais. Cachoeiro de Itapemirim. 1995, 2000, 2005, 2010, 2015 e 2021.



Fonte: Datasus (1995-2021); IBGE (2000, 2010); RAIS (1995-2020). Para os anos fora do período censitário, foram utilizadas as estimativas populacionais disponibilizadas pelo Datasus, que incluem estimativas feitas pelo TCU para organização do território. Elaborado pelo autor.

A Tabela 2 traz a análise do trabalho a partir dos dados disponibilizados pelos censos demográficos entre 2000 e 2010. Esta análise, em comparação com os dados da Rais permite avaliar as mudanças no mercado de trabalho, uma vez que os dados da Rais se limitam apenas aos empregos formais, uma vez que os dados censitários captam também o emprego informal.

O setor que mais se destaca na Tabela 2 é o expressivo volume dos empregos formais no setor do comércio, chegando a aproximadamente 23,5% em 2010. Na Tabela 1 este setor não passou de 6,4% entre todo o período. O setor de agricultura e extrativismo também possui volume superior aos dados da Rais, chegando a cinco vezes maior o volume. Estes setores destacam a alta participação dos empregos informais, que não são captados pela Rais.

Os setores da indústria, transporte, educação e atividades profissionais, científicas e técnicas também possuem participação importante a partir dos dados censitários. Vale ressaltar que estes setores possuem relevância no município, ligados diretamente com o setor de mármore e granito.

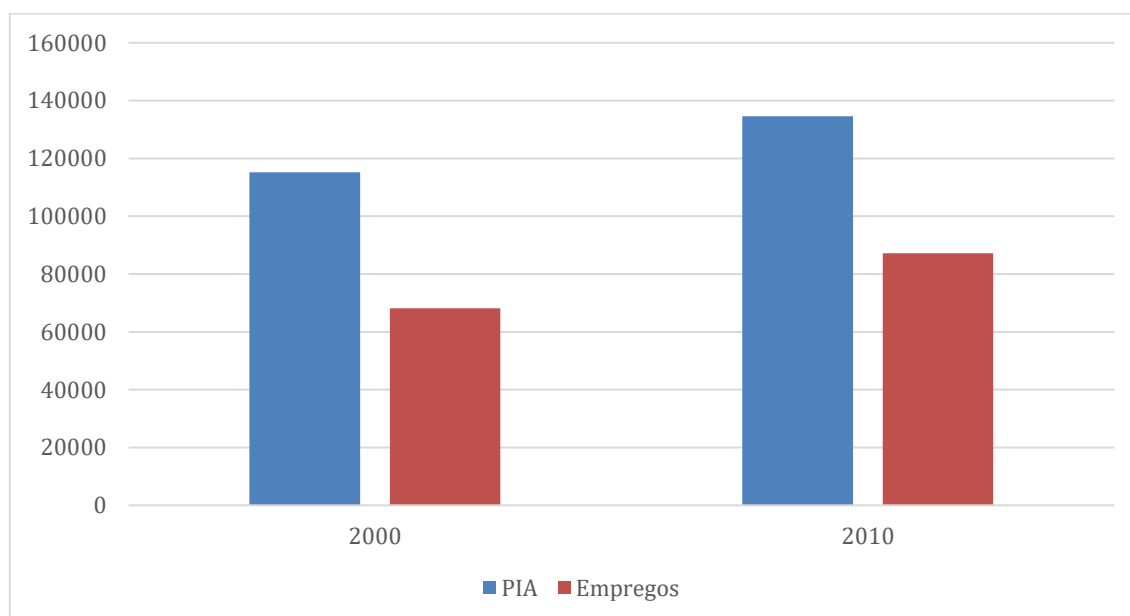
Tabela 2. Volume e participação das pessoas nos setores de atividades de trabalho. Cachoeiro de Itapemirim. 2000 e 2010.

	<b>2000</b>	<b>%</b>	<b>2010</b>	<b>%</b>
<b>Serviços</b>	17984	26,4	27437	31,5
<b>Industria</b>	13148	19,3	12040	13,8
<b>Comercio</b>	14305	21,0	20450	23,5
<b>Agricultura e Extrativismo</b>	5785	8,5	6420	7,4
<b>Setor publico</b>	3052	4,5	4616	5,3
<b>Transporte</b>	4612	6,8	4538	5,2
<b>Educação</b>	5574	8,2	4780	5,5
<b>Atividades profissionais, cient. e técnicas</b>	2652	3,9	2628	3,0
<b>Outros</b>	5597	8,2	4135	4,7
<b>Total</b>	68098	100	87143	100

Fonte: IBGE (2000 e 2010). Elaborado pelo autor.

Neste momento, com a análise do volume de empregos dos censos demográficos, a PIA cresceu entre os dois períodos, como já visto anteriormente, e os empregos também aumentaram. A participação da PIA em relação a participação dos empregos neste sentido também aumentou, saindo de 59% em 2000 e indo para 65% para 2010.

Gráfico 4. Volume da População em Idade Ativa (%) em relação ao volume de empregos. Cachoeiro de Itapemirim. 2000 e 2010.



Fonte: IBGE (2000 e 2010). Elaborado pelo autor.

Neste seguimento, é importante situar que em relação ao mercado de trabalho nas últimas duas décadas podem ser visualizadas dinâmicas diferentes de acordo com cada fonte: a partir dos dados da Rais que apenas captam os empregos formais, é visualizada uma diminuição na participação da PIA em relação ao quantitativo de empregos. Como já discutido, esta dinâmica faz parte de um contexto maior de crises, mas que em Cachoeiro de Itapemirim este impacto é somado as outras questões, como a dinâmica migratória.

Do outro lado, há os dados censitários que demonstram um crescimento dos empregos informais e um aumento da participação da PIA em relação ao volume de empregos. Contudo, é necessário observar que mesmo assim estes não são suficientes para suprir a necessidade do município.

Em relação às dinâmicas econômicas, a partir da análise dos dados no que tange investimentos públicos e privados previstos disponibilizados pelo Instituto Jones dos Santos Neves ao longo dos últimos anos, nota-se que o município de Cachoeiro de Itapemirim e sua região sempre estiveram em posições inferiores, no que tange recebimento de investimento, diferente da RMGV e alguns municípios litorâneos que possuem grande expressividade ao captar recursos públicos e privados, demonstrando que os incentivos continuam centralizados, o que corrobora com o trabalho de Dota e Ferreira (2021).

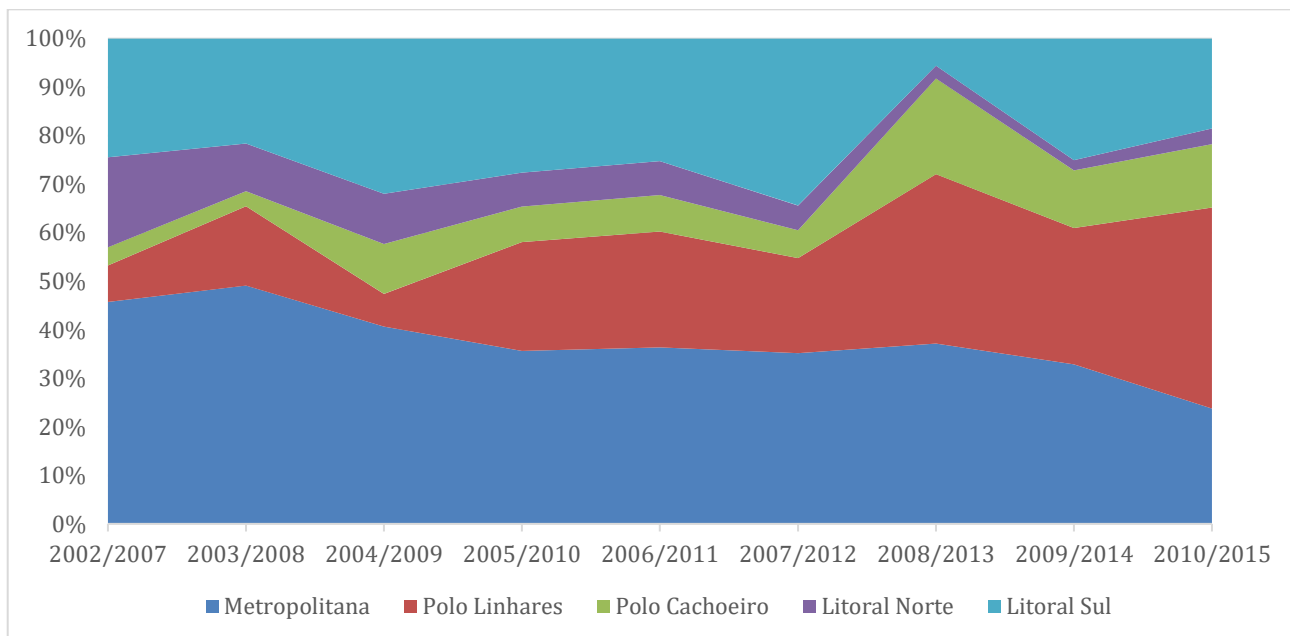
O Gráfico 5 exemplifica os investimentos previstos entre 2002 e 2015 no estado do Espírito Santo. Foram selecionadas as 5 primeiras microrregiões que mais tiveram previsão de recebimento de investimento. O Polo Cachoeiro<sup>13</sup> teve ao longo dos primeiros períodos de previsão de investimentos baixa participação, e apenas após o período de 2007 começa a receber mais em relação às outras microrregiões.

As microrregiões Polo Linhares, Litoral Sul e Metropolitana possuem grande participação no recebimento de investimentos previstos, públicos e privados, neste período, sendo que nestas duas últimas microrregiões estão localizados os municípios de destino dos emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim.

---

<sup>13</sup> Municípios pertencentes do Polo Cachoeiro: Apicá, Atílio Vivacqua, Bom Jesus do Norte, Castelo, Cachoeiro de Itapemirim, Jerônimo Monteiro, Mimoso do Sul, Muqui, Presidente Kennedy, Rio Novo do Sul, Vargem Alta.

Gráfico 5. Investimentos previstos no Espírito Santo das 5 microrregiões que mais tiveram participação. 2002/2007-2010/2015.



Fonte: IJSN (2002-2010). Tabulado pelo autor.

Assim sendo, após 2010 as microrregiões do Espírito Santo tiveram uma reorganização regional, passando de 12 para 10 microrregiões<sup>14</sup>. Para tal, é observada que algumas dessas microrregiões, com exceção da RMGV, agregaram ou desagregaram das suas respectivas microrregiões de origem, como por exemplo o Polo Cachoeiro que era organizado em 11 municípios, agora passa a ter 8 municípios, e o nome passa a ser Central Sul.

Assim sendo, as novas microrregiões seriam configuradas e pautadas a partir de um “quadro de dispersão e concentração de fluxos que se defrontam as unidades territoriais na atualidade” que estão ligados ao interesse do governo daquele ano. Para tal, esta nova regionalização demonstra e corrobora com o que tem sido discutido neste trabalho, uma vez que as transformações vistas no estado entre o final do século XX e início do século XXI também são visíveis nas novas orientações para administração do planejamento regional. Desta forma, são vistas que as principais

<sup>14</sup> O Governador Renato Casagrande enviou para a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) o Projeto de Lei 440/2011 tendo como título “Projeto de Lei que revisa a atual Regionalização do estado do Espírito Santo”. A justificativa para a nova regionalização, que altera a quantidade de 12 microrregiões para 10 microrregiões, é que o estado tem passado por um novo cenário de transformações socioeconômicas e socioculturais.

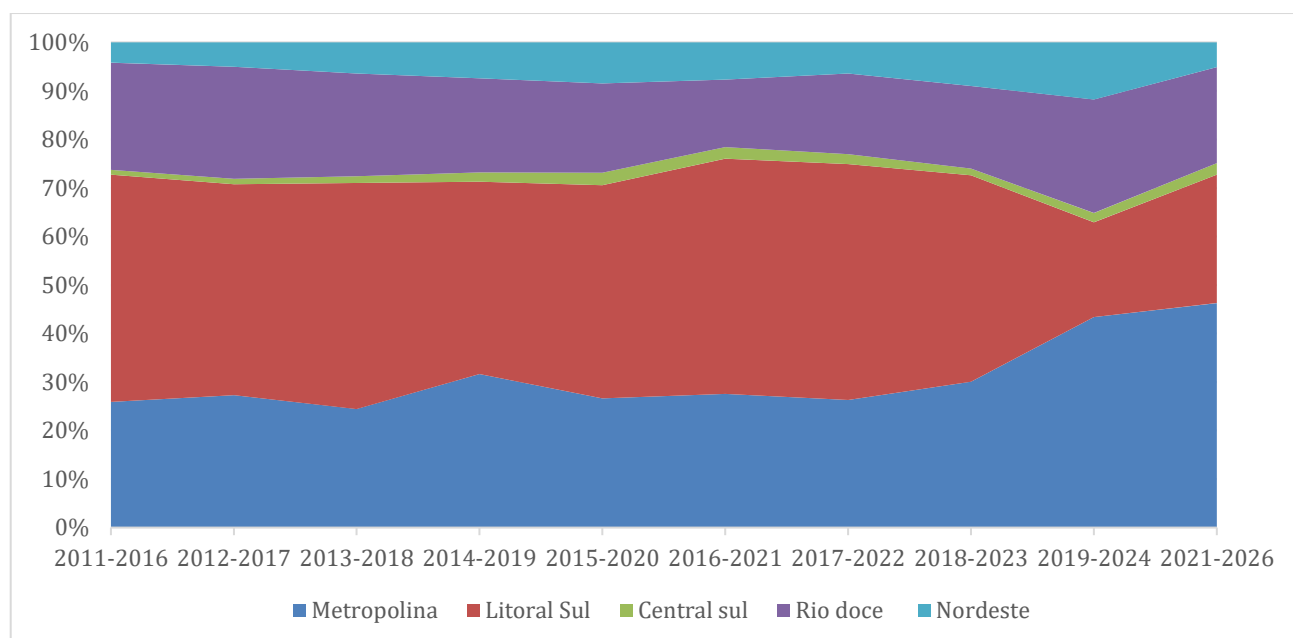


regiões afetadas e transformadas estão ligadas ao litoral capixaba, tanto o Sul quanto o Norte, principalmente no que tange as mudanças vistas no direcionamento dos investimentos.

Diferente do que fora visto no gráfico anterior, o Gráfico 6 revela que a participação da microrregião Central Sul tem recebido menos investimentos públicos e privados previstos entre 2011-2016 e 2021-2026. Há de certa forma um aumento de outras microrregiões, como vista a Nordeste (antiga Litoral Norte), ou como visualizado uma maior participação por parte da microrregião Litoral em relação até mesmo com a Metropolitana.

Neste entendimento, a microrregião Central Sul tem demonstrado que tem atraído baixos investimentos públicos e privados. Este resultado pode ser influenciado diretamente pelos impactos do setor petrolífero no Espírito Santo, que tem transformado o estado nos últimos anos (FRANÇA *et. al.*, 2011).

Gráfico 6. Investimentos previstos no Espírito Santo das 5 microrregiões que mais tiveram participação. 2011-2016/2021-2026.



Fonte: IJSN (2011-2021). Tabulado pelo autor.

Comparando as regiões com maior participação de investimentos públicos e privados nas últimas duas décadas com o trabalho de Zanotelli *et. al.* (2019), observa-se que os principais municípios que possuem alguma atividade econômica petrolífera

fazem parte das quatro regiões que mais tiveram atrativos para investimento: Metropolitana, Litoral Sul, Rio Doce e Nordeste.

Os Mapas 3 e 4 evidenciam, a partir de investimentos acumulados entre períodos, esta concentração dos investimentos previstos para as microrregiões do litoral capixaba. Entre 2002 e 2010 a microrregião no qual Cachoeiro de Itapemirim teve uma previsão de investimentos entre 20 e 45 bilhões de reais, já entre 2011 e 2011 e 2021 acabou ficando entre 10 e 25 bilhões, isto é, apesar de ter sido um período maior (2011-2021), a microrregião acabou tendo uma certa diminuição na previsão de investimentos.

Em contraponto, Litoral Sul, microrregião vizinha, obteve uma previsão de investimentos superiores, comparando o volume dos dois períodos, passando de “acima de 75 bilhões” para “acima de 150 bilhões” de investimentos.

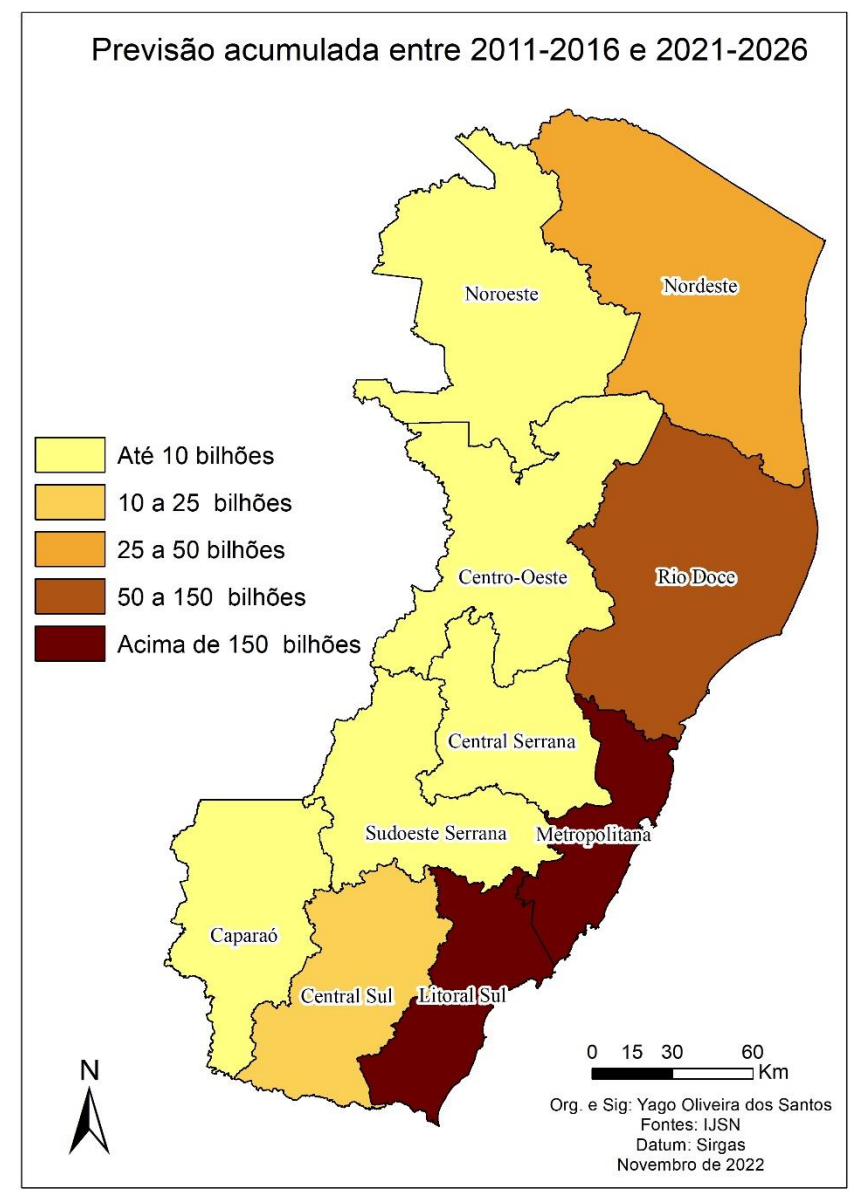
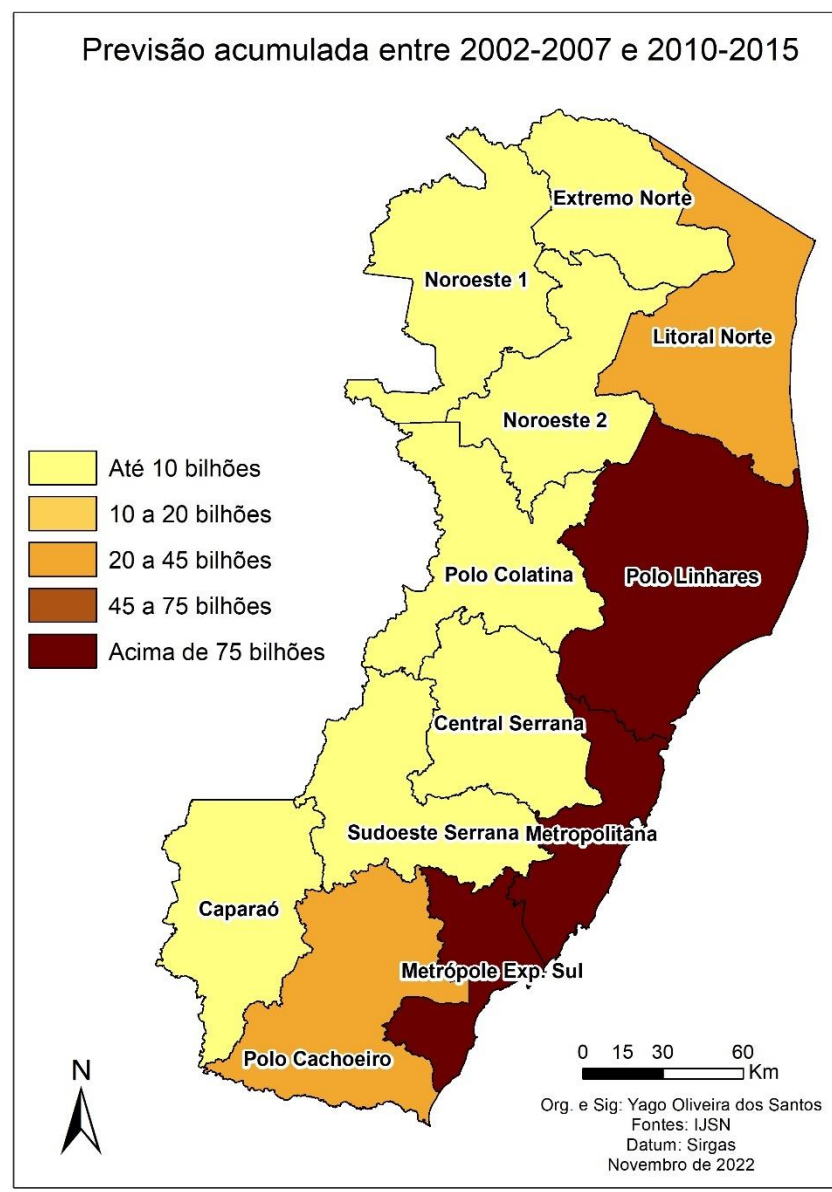
Dota e Ferreira (2023) fazem apontamentos que também direcionam uma discussão entre a reestruturação produtiva e programas de investimentos que auxiliam a pensar as novas dinâmicas observadas no estado do Espírito Santo. Os mesmos situam e corroboram com a ideia de que estes investimentos também se concentram na porção litorânea, e como consequência exibem as desigualdades territoriais entre os municípios.

Estes investimentos, apontam que as microrregiões estão recebendo incentivos econômicos, e estão podendo melhorar infraestrutura, gerar empregos e outros indicadores sociais. Santos (2013) ressalta este pensamento, e propõe questionamentos para compreender como os investimentos estão ligados à transformação na rede urbana, e principalmente entre o desenvolvimento dos municípios.

O autor destaca que não é apenas se tratando de coincidências da forma em que se coloca o investimento como algo benéfico e ponto de partida para o desenvolvimento de certas áreas. Como exemplo, nos estudos de França *et al.* (2011) há uma relação dos fixos e fluxos do petróleo no Espírito Santo, e os impactos e transformações onde há grande atividade deste setor. Para tal, há de se pensar e analisar as relações que ocorrem entre investimentos enquanto fator geográfico, e quais as relações que acontecem entre agentes macroeconômicos (Estado e grandes firmas internacionais) e microeconômicos (família, indivíduo...) no que tange às decisões (SANTOS, 2013).

Desta forma, pensar os investimentos como *fator geográfico* para transformações na rede urbana podem suscitar as prováveis explicações para compreender como isto pode estar influenciando o município de Cachoeiro de Itapemirim ter passado para um município de evasão migratória. Os indícios desta análise da reversão Sul-Norte a partir dos investimentos auxiliam a discutir acerca também de como a migração tem indicado os novos caminhos da dinâmica econômica para o norte do estado, além da grande relevância da RMGV.

Mapas 3 e 4: Investimentos públicos e privados previstos acumulados entre 2002 e 2021



Nossa perspectiva concorda com King (2011), para quem apesar dos debates culturais terem trazido discussões importantes, o fator econômico ainda é preponderante para analisar e impulsionar os movimentos migratórios. Desta maneira, Cachoeiro de Itapemirim continua exercendo grande relevância regional, sendo o único centro urbano de grande relevância no sul do estado (REGIC, 2020). No entanto, a sua região não tem acompanhado o crescimento visto em outras regiões do estado, principalmente no que tange a atração de investimentos, e conseqüentemente uma atração migratória.

Assim sendo, as disparidades regionais na rede urbana capixaba são elementos importantes para discutir os papéis e as mudanças dos municípios capixabas no que diz respeito à migração, como propõe a análise de Lima, Simões e Hermeto (2016).

Portanto, há de se entender a posição exercida por Cachoeiro de Itapemirim na rede urbana e, além disso, demarcar quais os movimentos de ruptura que ocorreram na rede urbana estadual, tanto no que tange aos incentivos econômicos que impactam diretamente o desenvolvimento, mas também os movimentos populacionais. Para tal, enquanto cidade média desta rede urbana, continua exercendo forte influência regional diante das cidades pequenas que são vizinhas.

#### **4.3. OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM DA ATRAÇÃO A EVASÃO<sup>15</sup>**

##### **4.3.1 AS TROCAS MIGRATÓRIAS: PARA ONDE VÃO, E DE ONDE VEM**

Os fluxos migratórios revelam espacialmente quais são os destinos ou as origens dos migrantes em determinado município, país, região e outros. Assim, tem sido relevante nas análises da dinâmica migratória de Cachoeiro de Itapemirim entender de onde vem os imigrantes, e para onde tem se direcionado estes emigrantes. Assim, como será visto nos mapas a seguir, são visualizadas mudanças nos fluxos migratórios de acordo com as mudanças na rede urbana capixaba.

Nos saldos migratórios deste município (Gráfico 7) são percebidas algumas alterações que ocorreram nas três décadas de análise, entre 1986/91 e 2005/10 no que tange a migração. O saldo migratório apresentou saldo positivo em 1986/91,

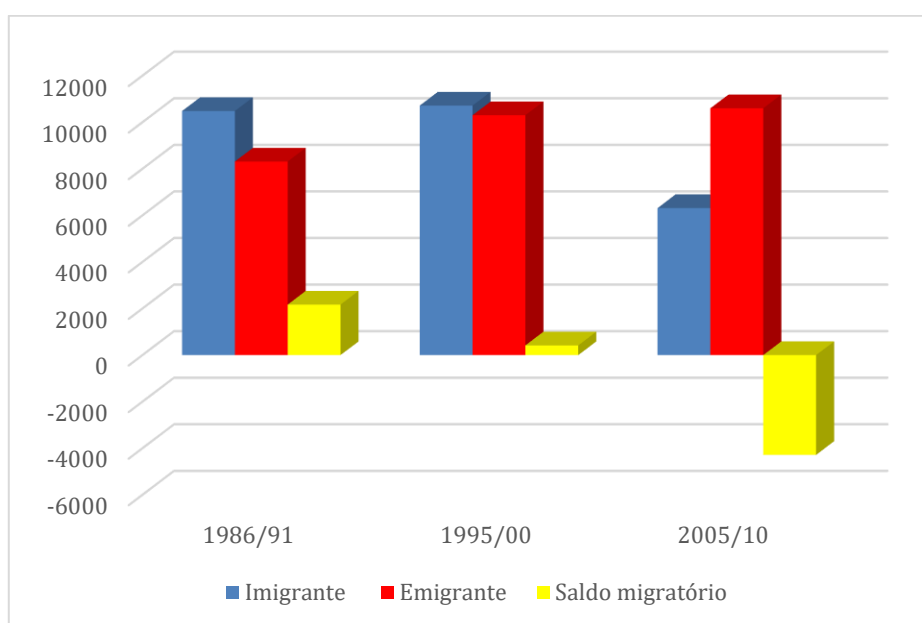
---

<sup>15</sup> Alguns trechos do texto fazem parte de reflexões feitas do artigo publicado pelo próprio autor (SANTOS, 2021)

continuando positivo no censo seguinte (com diminuição de 5 vezes do saldo migratório do censo anterior, já demonstrando forte redução), e em 2010 o saldo demonstra uma diminuição ainda maior, passando a ser negativo. Este saldo migratório negativo é o segundo maior do estado do Espírito Santo (perdendo apenas para a Capital Vitória), e o maior fora da RMGV.

Desta maneira, é demonstrado uma mudança no saldo migratório do município de Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que este tem passado de um contexto de ganho migratório, e tem apresentado no período recente enquanto um espaço de perda migratória.

Gráfico 7. Imigrantes, emigrantes e saldo migratório do município de Cachoeiro de Itapemirim. 1991, 2000 e 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10. Tabulações do autor.

A Tabela 3 demonstra estas mudanças no saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim são perceptíveis nas análises de outras taxas. Na migração bruta é visualizado grande volume de migrantes em relação aos outros municípios, contudo o mesmo tem diminuído a cada período devido a diminuição no recebimento de imigrantes. Além disso, também é visualizada uma diminuição do IEM entre 86/91 e 05/10, reiterando a passagem de um espaço de circulação migratória para um espaço de perda migratória, conforme metodologia utilizada por Dota e Queiroz (2019).

Tabela 3. Migração bruta e IEM do município de Cachoeiro deltapemirim. 1991, 2000 e 2010.

	Migração bruta	IEM
86/91	18.793	0,11
95/00	21.015	0,01
05/10	16.910	-0,25

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10. Tabulações do autor.

A Tabela 4 apresentam a população residente de Cachoeiro de Itapemirim em comparação com outras áreas, demonstrando o crescimento populacional ao longo das últimas décadas de todas áreas, no qual é visto um aumento quantitativo da sua população. Contudo, a Tabela 5 também demonstra qual foi a taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.), no qual exibe que apesar haver um crescimento da população residente, esse quantitativo não tem refletido um ritmo de crescimento populacional de uma década para outra.

Entre 1980/1991 e 1991/2000 há um aumento do crescimento populacional, entretanto entre 1991/2000 e 2000/2010 há um baixo crescimento no ritmo do crescimento da população de Cachoeiro de Itapemirim, chegando a uma diminuição de aproximadamente 50% da taxa anterior. Já entre 2000/2010 e 2010/2021 há aparentemente uma estagnação neste crescimento populacional.

Em comparação com as outras áreas, é possível perceber que o município de Cachoeiro de Itapemirim é o que menos cresce, principalmente em comparação com uma outra cidade média no norte do Espírito Santo, Linhares, que apesar de ter tido um crescimento negativo entre 1980/1991 e 1991/2000, tem tido o seu crescimento positivo entre 2000/2010 e 2010/2021, sendo aproximadamente o dobro do crescimento de quase todas as áreas de comparação.

Ainda nesta comparação, é visto que Cachoeiro de Itapemirim só chega ao patamar do crescimento populacional entre 2010/2021 da Capital Vitória e do território brasileiro, na casa do 1 % a.a.

Tabela 4. População residente. Cachoeiro de Itapemirim e outras escalas de análise. 1980, 1991, 2000, 2010 e 2021

População residente					
	1980	1991	2000	2010	2021
<b>Brasil</b>	119.002.706	146.825.475	169.709.170	190.755.799	213.317.639
<b>Espírito Santo</b>	2.023.338	2.600.618	3.097.232	3.514.952	4.108.508
<b>Vitória</b>	207.736	258.777	292.304	327.801	369.534
<b>Linhares</b>	123.163	119.690	112.617	141.306	179.755
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	123.886	143.449	174.879	189.889	212.172

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000, 2010 e 2021. Acesso em 15/10/2022. Tabulações do autor.

Tabela 5. Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.) da população. Cachoeiro de Itapemirim e outras escalas de análise. 1980, 1991, 2000, 2010 e 2021

Taxa de crescimento geométrico médio anual (% a.a.)				
	1980/1991	1991/2000	2000/2010	2010/2021
<b>Brasil</b>	1,9	1,6	1,2	1,0
<b>Espírito Santo</b>	2,3	2,0	1,3	1,4
<b>Vitória</b>	2	1,4	1,2	1,1
<b>Linhares</b>	-0,3	-0,7	2,3	2,2
<b>Cachoeiro de Itapemirim</b>	1,3	2,2	0,8	1

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1991, 2000, 2010 e 2021. Para 2021 foram utilizadas as estimativas de população. Tabulações do autor.

Para compreender as transformações ao longo do tempo no saldo migratório no município, há a necessidade de avaliar qual tem sido o papel deste município na dinâmica intrarregional, intraestadual e interestadual nos movimentos migratórios, principalmente verificando as questões regionais que envolve este município dentro de uma rede urbana.

O Mapa 5 mostra questões importantes para situar as trocas migratórias realizadas por este município<sup>16</sup>: devido a sua posição geográfica, as trocas interestaduais sempre se mostraram expressivas com os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além do mais, é visualizada uma relação histórica deste município

<sup>16</sup> Para relembrar o que este trabalho entende como intrarregional, intraestadual, RMGV e interestadual voltar na Figura 1 deste trabalho.



com estes estados, principalmente por causa da economia do café no início do século XX (BECKER, 1973a; MOTA, 2002). Cabe destaque para o Rio de Janeiro, em que as dinâmicas econômicas e regionais históricas são mais expressivas, e contribuem para a permanência relevante nas trocas migratórias atuais, como visto pelo último período data-fixa 2005/2010.

Enquanto uma cidade média, que exerce grande influência e relevância regional (SPOSITO et al, 2007), as trocas migratórias com os municípios próximos refletem esta relevância nos seus volumes. No entanto, há de observar que ao longo dos três períodos há diferenças nestas trocas: no que se refere o recebimento de migrantes, é visto que os municípios vizinhos são os que mais perdem emigrantes para Cachoeiro de Itapemirim, diferente dos municípios do litoral que tem sido os maiores receptores dos emigrantes que deixaram Cachoeiro de Itapemirim.

Estes municípios do litoral são aqueles que passaram a receber a maior parte do recebimento dos investimentos públicos e privados pós 2000, possuindo forte destaque na economia devido aos investimentos na produção de petróleo e gás, setor econômico que tem crescido de forma relevante no estado.

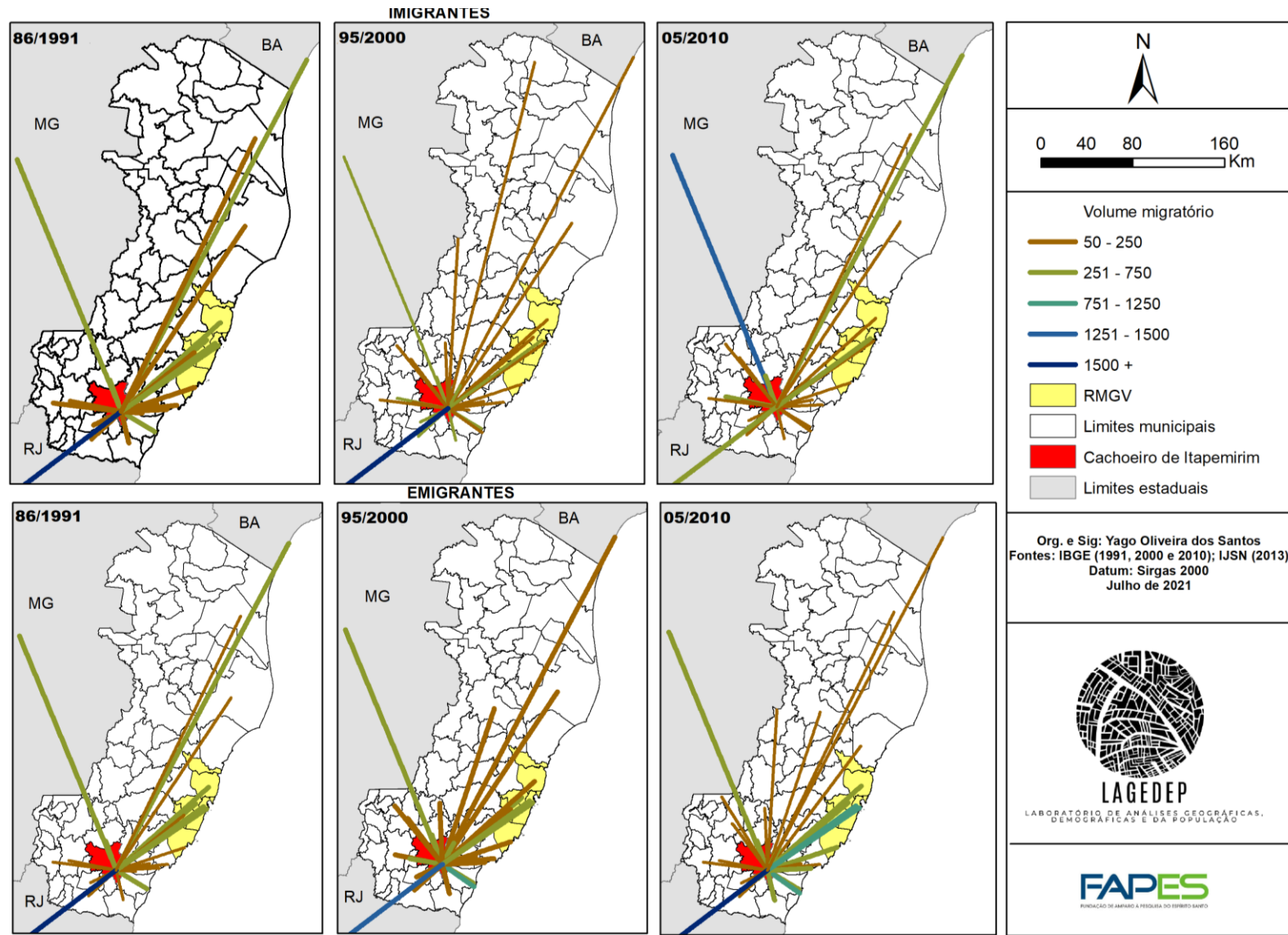
Outro fator importante está relacionado ao fato de que a partir destas políticas de desconcentração econômica, e conseqüentemente uma desconcentração na redistribuição populacional, é vista uma diminuição no crescimento das regiões metropolitanas, sendo que os fluxos não eram mais tão expressivos pós década de 80 (OJIMA; MARANDOLA JR, 2012) como nas migrações internas em décadas anteriores. Porém, é importante situar que essa desconcentração não diminui a posição das regiões metropolitanas no centro do poder político, econômico e social. Estas ainda continuam possuindo maior influência e polarização dentro da rede urbana (CUNHA; VIGNOLI, 2021).

Esta dinâmica não se verifica intrarregionalmente nas relações entre o município de Cachoeiro de Itapemirim com a RMGV, sendo que as trocas nos dois primeiros períodos são expressivas e mantêm uma constância, contudo, há uma diferença no último período: o volume de emigrantes para a RMGV é muito maior do que aqueles que saíram desta para Cachoeiro de Itapemirim, evidenciando uma forte influência da RMGV na atração migratória dos migrantes não metropolitanos, como visto no relatório de Santos (2020).

Assim sendo, essas dinâmicas migratórias são controversas com o que é discutido na literatura acerca da migração em cidades médias, isto é, após a década

de 80 estas começam a atrair imigrantes, devido a política de desconcentração industrial, e conseqüentemente uma desconcentração demográfica que ocorreu no território brasileiro, fazendo com que o crescimento nas grandes aglomerações urbanas (principalmente as RM's de São Paulo de Rio de Janeiro) diminuíssem o seu crescimento (BAENINGER, 2016; LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

Mapa 5. Fluxos migratórios com origem e destino nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim. 1991, 2000, 2010



Fonte: Elaboração própria (2021)

Contudo, nas análises de Queiroz *et al.* (2019; 2020) é necessário levar em conta as questões históricas, visto que antes mesmo da consolidação de algumas RMs possuíam grande influência dentro da rede urbana de determinado território, como é o caso de Cachoeiro de Itapemirim. Apesar das relações intraestaduais deste município se apresentarem em decadência, devido às perdas migratórias, a sua posição na rede urbana (uma rugosidade geográfica no espaço) ainda se mostra pertinente ao posto de cidade média que possui intensos fluxos migratórios.

Essas divergências das migrações internas que são observadas em Cachoeiro de Itapemirim diferem do que é comumente visto na literatura no geral, e que se aproximam no debate das análises das cidades médias do Nordeste. O município, enquanto um dos que mais apresentaram perda migratória no contexto não-metropolitano do estado do Espírito Santo (DOTA 2016a), também passa a expulsar muito mais migrantes para a RMGV do que receber no período 2005/10.

Além do mais, é vista as trocas realizadas com outras cidades médias do estado (Colatina, Linhares e São Mateus), e por essa relação de aproximação, haver poucas trocas com os municípios fora da sua região de influência.

O Mapa 6 mostra o resultado das trocas realizadas nos movimentos intraestaduais com Cachoeiro de Itapemirim, expondo o resultado efetivo das trocas migratórias anteriormente expostas no Mapa 3. Assim, é possível se ater a algumas questões implícitas durante os três períodos, além de discutir a relação migratória com os municípios vizinhos, com a RMGV e outros municípios.

No que se refere aos municípios vizinhos, é visto que em 1986/91 Cachoeiro de Itapemirim ganhava volume expressivo de migrantes da sua região de influência. No entanto, nos dois períodos seguintes a dinâmica se altera completamente, sendo que 1995/00 se observa uma perda considerável de migrantes para os municípios vizinhos, fato que mantém continuidade no período 05/2010. Mesmo com essas perdas nos dois últimos períodos, é importante salientar que os municípios vizinhos de Cachoeiro de Itapemirim ainda se mostram relevantes em relação ao número de imigrantes do município. Ainda cabe destacar as perdas para os municípios localizados no litoral sul, apresentando um espaço de que tem absorvido estes emigrantes. Desta forma, é observada uma mudança ao redor deste município, antes havia um cerco de atração migratória dos imigrantes intrarregionais, e mais recentemente passa a exibir um cerco de perda migratória para estes municípios.

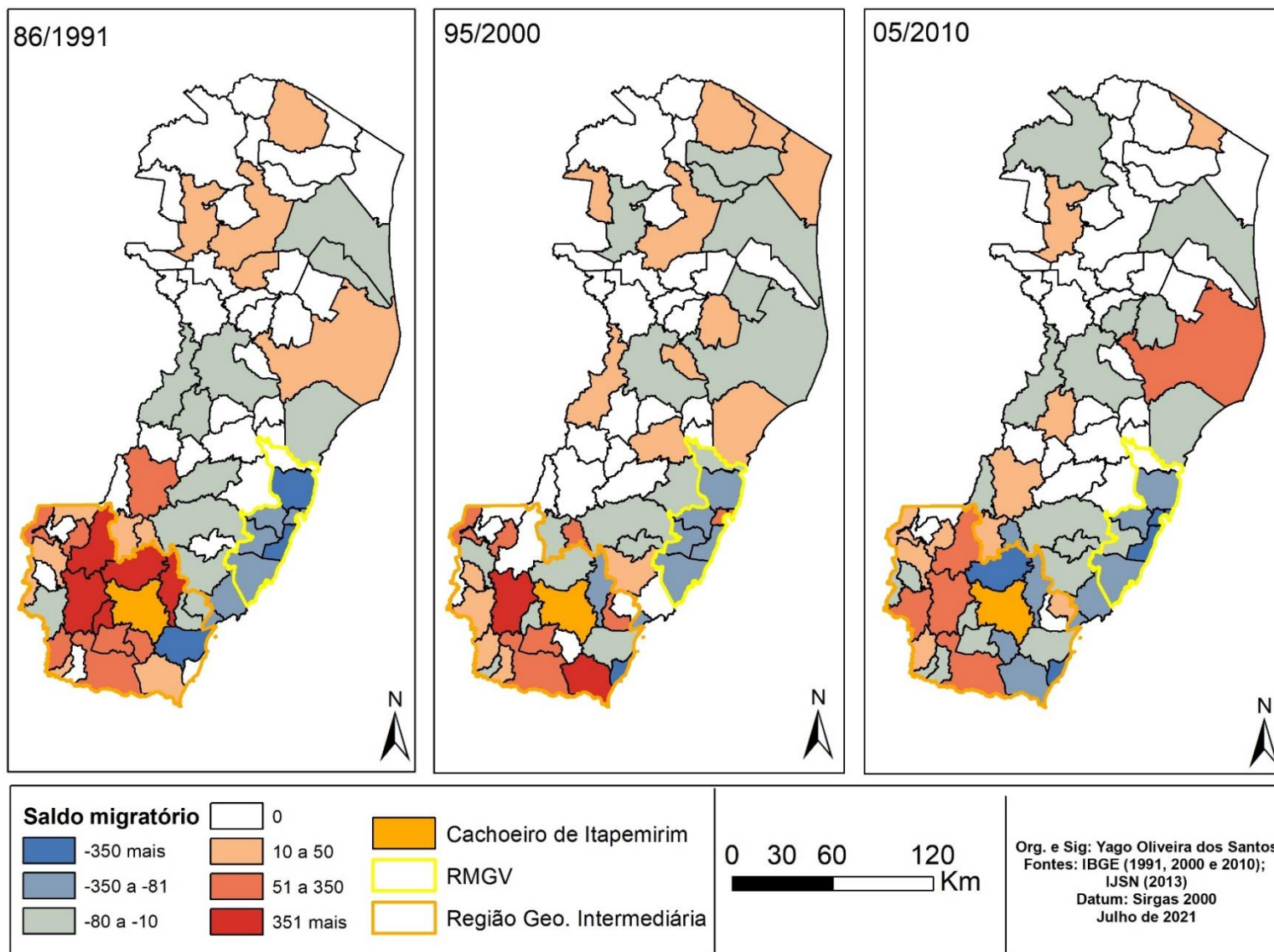
Baeninger (1990) observa que as centralidades regionais ao mesmo tempo que recebem muitos migrantes tendem igualmente a expulsar em grande intensidade, como observado em seus estudos sobre Campinas/SP. Isso pode explicar, entre outros fatores, o porquê de o município apresentar perda de migrantes para os municípios vizinhos, que segundo a Regic 2018 possuem baixa relevância na rede urbana capixaba.

A hipótese do que foi discutido anteriormente vai de encontro com as análises de Cunha e Vignoli (2021). No caso destes autores, eles demonstram como a metrópole espraia seus movimentos ao seu redor. Da mesma forma, centralidades regionais como as cidades médias também podem ocorrer o mesmo movimento, uma vez que o crescimento da sua cidade tende a reverberar para a região, atraindo também migrantes.

Já as relações com a RMGV nos três períodos exprimem as contradições que já foram previamente expostas pela literatura, em que esta região é o destino da maioria dos emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim, sendo estes volumes expressivos no saldo migratório negativo total. Os ganhos e perdas com os municípios fora da região de influência variam bastante, sendo que nos dois primeiros períodos há um equilíbrio de ganho e perda; e no último período há uma maior perda do que ganho. Também é importante salientar, que apesar destes municípios terem recebido mais imigrantes do que perdido para Cachoeiro de Itapemirim, evidencia-se que estão sendo feitas trocas migratórias com municípios que estão bem distantes da sua área de influência.

Na análise da migração interestadual com estados vizinhos (Gráfico 2), há diferenças entre Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e Bahia (BA): Cachoeiro de Itapemirim e RJ nos dois primeiros períodos sempre apresentou saldo positivo. No entanto, no período 05/2010, verifica-se que o saldo migratório se inverte em relação ao período 95/2000. O valor negativo do saldo migratório nas trocas com o Rio de Janeiro afeta diretamente o saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim, uma vez que o valor de quase -1300 representa aproximadamente quase 1/3 do saldo migratório negativo total do município, tornando o estado do RJ um espaço de destino bastante atrativo para os migrantes de Cachoeiro de Itapemirim.

Mapa 6. Mapa do saldo migratório da migração de Cachoeiro de Itapemirim em nível intraestadual. 86/1991, 95/2000 e 05/2000



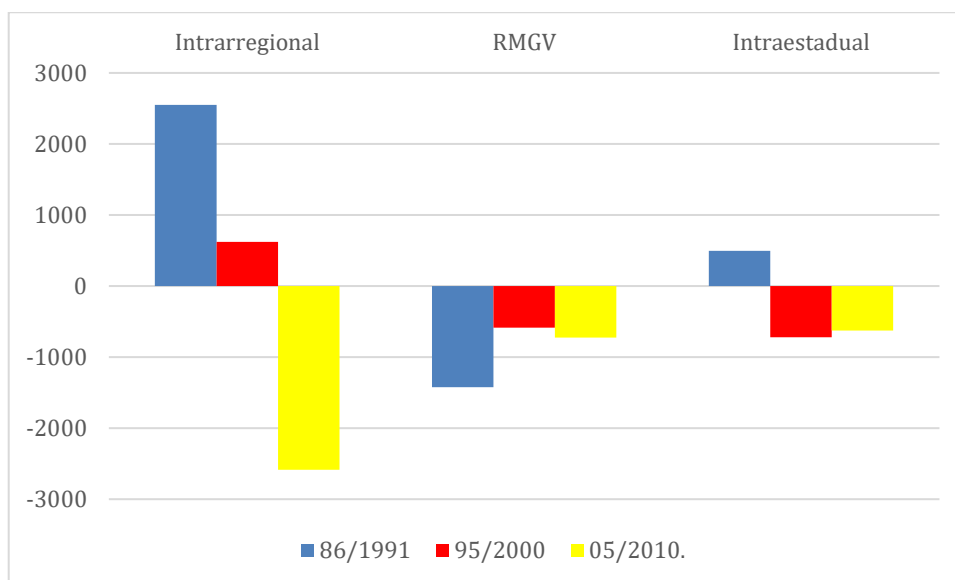
Fonte: Elaboração própria (2021)

O Gráfico 8 traz os saldos migratórios das trocas com as escalas dentro do estado do Espírito Santo. Como visto no mapa de saldo migratório, há uma inversão no saldo migratório das trocas com os municípios de sua região, assim, o resultado entre os três períodos censitários é a saída de um estado de ganho migratório, para uma situação de perda migratória. Assim, o município de Cachoeiro de Itapemirim perde população em um contexto migratório regional.

A RMGV mantém enquanto destino que mais ganha migrantes nas trocas com o município de Cachoeiro de Itapemirim. A Regic 2018 demonstra o avanço da influência da metrópole Vitória sobre todo o estado, inclusive para a região sul do Espírito Santo.

Em nível intraestadual também é vista esta mudança no saldo migratório, e se mostra relevante ao pensar que Cachoeiro de Itapemirim não apenas possui intensas trocas migratórias com municípios da sua região, ou com aqueles da RMGV, mas também com municípios de maiores distancias.

Gráfico 8. Saldo migratório de Cachoeiro de Itapemirim em trocas com intrarregionais, com a RMGV e intraestadual. 86/1991, 95/2000 e 05/2010.

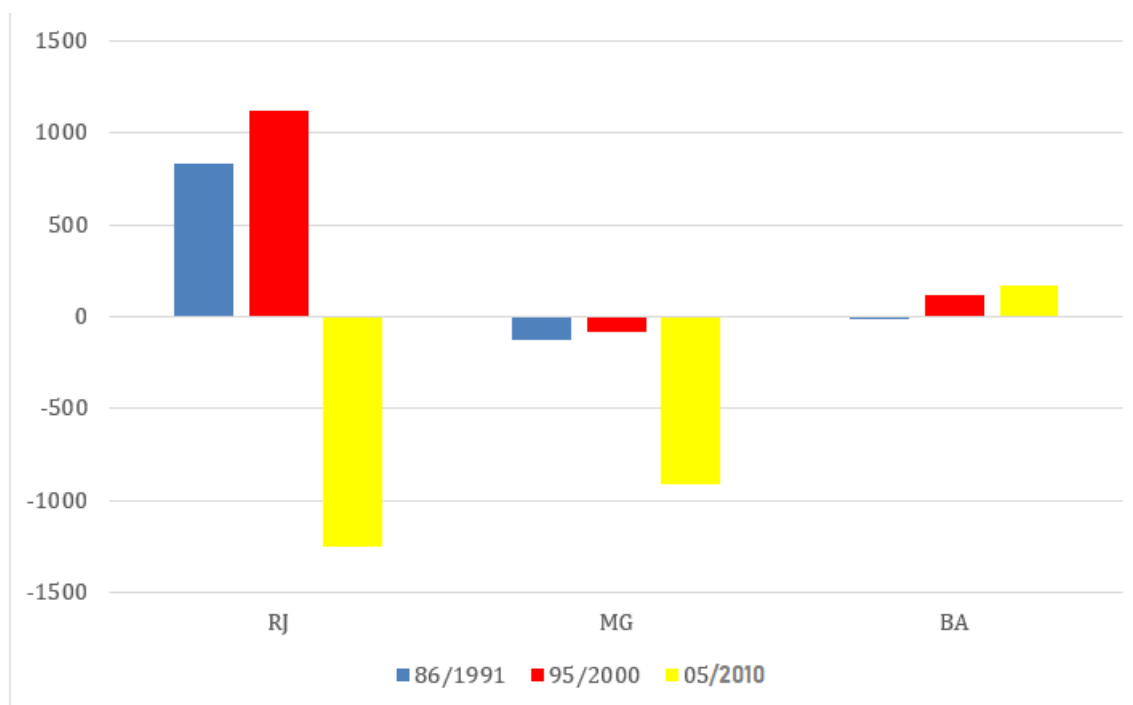


Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10. Tabulações do autor.

O saldo migratório apresentado pela troca interestadual com Minas Gerais mostra que o saldo negativo com Cachoeiro de Itapemirim desde o primeiro período, sendo os números do último período são mais expressivos. Na Bahia, mesmo no

ponto mais distante da cidade, Cachoeiro de Itapemirim apresenta saldo migratório ascendente positivo desde a primeira fase da análise (Gráfico 9).

Gráfico 9. Saldo migratório da migração de Cachoeiro de Itapemirim em trocas em nível interestadual com estados vizinhos do ES. 86/1991, 95/2000 e 05/2010.



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1986/91, 1995/00 e 2005/10. Tabulações do autor.

As migrações, como apontam Lima, Simões e Hermeto (2016), podem ser explicadas por diversos fatores e analisadas por diversas metodologias. Assim, há algumas questões importantes que devem ser levantadas para compreender como Cachoeiro de Itapemirim tem apresentado esta posição de evasão na rede urbana capixaba, debate que, apesar de estar além do próprio município, também o envolve.

Assim, os novos arranjos da rede urbana também representam os novos arranjos que vão sendo apresentados pelas migrações internas. Os volumes migratórios anteriormente analisados expõe que o município de Cachoeiro de Itapemirim ainda possui relevância regional, com alto volume migratório; por outro lado, a relevância representada pela reversão sul-norte também provoca redirecionamentos destes migrantes para municípios metropolitanos que vem apresentando grande expressão, além de outras cidades médias, como Linhares e São Mateus (ANDRADE; SANTOS, 2020).



#### 4.3.2 PERFIL DOS MIGRANTES QUE ENTRAM E SAEM

Esta seção analisará o perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim, buscando compreender se a partir dos últimos censos demográficos o perfil de entrada e saída se alterou, e como ele é perceptível nas três variáveis selecionadas: a escolaridade, a faixa etária e a renda.

A participação dos migrantes por faixa etária traz algumas informações importantes na diferenciação daqueles que entraram (imigrantes) e daqueles que saíram (emigrantes). A Tabela 6 demonstra essas diferenças, comparando ainda as mudanças nas trocas regionais, e também as diferenças nas mudanças temporais.

A análise deste perfil migratório por idade auxilia então a procurar evidências do que pode estar acontecendo com as mudanças econômicas do município de Cachoeiro de Itapemirim ao longo das últimas décadas.

As entradas migratórias de Cachoeiro de Itapemirim por faixa etária demonstram que há diferenças no quantitativo entre as quatro regiões: nas trocas intrarregionais e intraestaduais, possuem mais participação a população entre 15 a 29 anos, diferente dos imigrantes que vieram da RMGV e de outras UFs, que possuem uma distribuição considerável entre os imigrantes de 30 a 44 anos. Além do mais, os imigrantes de outros estados demonstraram ainda uma participação da faixa etária entre 45 a 59 anos, e que aumentou ao longo dos últimos três períodos.

Já o perfil dos emigrantes expõe uma característica diferente no que tange a participação por faixa etária. Apesar de ainda haver uma concentração nas faixas de 15 a 29 anos, há uma distribuição maior entre as outras faixas etárias. Esta questão pode ser visualizada na faixa de 45 a 59 anos, no qual possui mais participação do que o perfil dos imigrantes.

Destaca-se, nesta análise, da participação por faixa etária, uma maior expressividade dos emigrantes com mais de 60 anos intrarregionalmente, embora tenha diminuído ao longo dos três períodos, manteve a participação acima de 10%, marcando principalmente uma mudança ao se comparar com os imigrantes intrarregionais.

O saldo migratório dessas trocas migratórias por faixa etária exhibe o volume de perda ou ganho por cada grupo etário, e de que forma há algumas diferenças específicas comparando cada escala regional, e principalmente de que forma aos longos dos períodos censitários estes volumes mudaram (Tabela 6).

Em uma análise do saldo migratório, é perceptível que há uma saída expressiva de migrantes na primeira faixa (15 a 29 anos) em praticamente todas as escalas espaciais, sendo apenas a escala intrarregional que manteve um saldo positivo. Nesta situação, como colocado por Gama e Machado (2014) a saída de migrantes nesta faixa representa a saída também de pessoas com atributos importantes, que neste caso pode-se colocar que há uma saída das populações mais jovens de Cachoeiro de Itapemirim.

São diversos os trabalhos que demonstram os problemas da evasão de jovens, principalmente aqueles ligados ao campo (ZAGO, 2016; JURADO; TOBASURA, 2012). Estes autores demonstram com entrevistas e dados de que forma a juventude que evade traz consequências para a manutenção do trabalho.

Dota *et. al.* (2021) fazem uma análise relacionando a migração e o envelhecimento populacional no Espírito Santo, para tal, a perda de uma população jovem também pode estar relacionada ao aumento do envelhecimento de determinada região. Conseqüentemente a isto, leva as questões levantadas por Zago (2016) e Jurado e Tobasura (2012) sobre a manutenção dos trabalhos nestas cidades, que agora pode não estar relacionada apenas a população do campo, mas também uma população urbana que pode estar perdendo jovens.

Neste sentido, como visto nas trocas com a RMGV, o saldo migratório sempre se manteve com um saldo negativo ao longo dos três períodos em todas as faixas etárias. Diferente das trocas intrarregionais, e que diferencia também com as outras escalas, a perda negativa da faixa etária entre 15 e 29 anos é muito maior e expressiva entre os volumes no geral. Como visto, estes volumes migratórios expressivos de jovens podem estar sendo atraídos pelas mudanças da rede urbana capixaba, isto é, A RMGV como visto anteriormente tem sido uma das principais regiões de crescimento no Espírito Santo.

Esta dinâmica da perda de população entre 15 e 29 se difere das trocas a nível intrarregional, uma vez que é a única escala que possui saldo positivo entre os três períodos analisados. Assim, com os municípios da região, Cachoeiro de Itapemirim atrai esta população mais jovem.

Já nas trocas com os outros municípios do estado (intraestadual) é exposto que o saldo migratório negativo entre 86/91 e 05/10 possui um aumento no saldo negativo, sendo maior entre a faixa de 30 a 44 anos, também demonstrando que as trocas migratórias nesta escala são diferentes das outras observadas anteriormente,

principalmente com a RMGV. Esta diferença também é vista na escala interestadual, no qual a faixa etária de 45 a 59 anos possui saldo positivo ao longo dos três períodos.

No que tange a faixa etária, é importante situar que Cachoeiro de Itapemirim frente as mudanças na rede urbana capixaba também impactaram diretamente as dinâmicas migratórias por faixa etária quando se relaciona com as escalas de análise ao longo dos últimos três censos demográficos. Além do mais, como os volumes da emigração, que aumentaram ao longo das décadas, acabam distribuindo entre todas as faixas etárias, apesar de a faixa entre 15 a 29 seja uma das maiores.

Portanto, a participação no geral da faixa etária de 15 a 29 anos de entrada e saída entre todas as escalas regionais e temporais é a maior, tanto nas entradas quanto nas saídas. Possivelmente, a questão etária da saída destes emigrantes seja importante para pensar o futuro deste município, pois a saída de uma população jovem impacta diretamente na estrutura econômica do município, principalmente se este for um espaço de alto índice de envelhecimento. Para além disso, seja possível ainda pensar as motivações pelas quais a população da faixa etária entre 15 a 29 esteja saindo do seu município de forma tão expressiva e mais direcionada para espaços de grande dinamização econômica.

Tabela 6. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: faixa etária (participação %, volume total e saldo migratório)

Imigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
15 a 29	55,9	54,7	53,7	60,2	43,8	60,1	44	40,7	44,5	41,4	41,4	45,9
30 a 44	26,3	27	25	19,2	46	24,6	34,2	42,2	43,6	37	37,1	25,5
45 a 59	10,4	10,9	14,3	17,2	6,3	8,5	18	15,3	7,9	16,4	15,5	18,8
60 +	7,4	7,4	7,0	3,4	3,9	6,8	3,8	1,8	4,0	5,2	6,1	9,8

Emigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
15 a 29	44,5	40,3	38,7	41,7	40,9	40,9	52,5	43,6	46,7	49,7	48	44,4
30 a 44	30,2	29	28,7	28,5	46	37,6	25,7	26,5	30,2	36,7	29,8	37,6
45 a 59	4,6	17,7	19,1	18,6	5,8	15,5	13,1	17,0	17,3	10,5	14,8	7,9
60 +	20,6	12,9	13,5	11,2	7,3	6,1	8,6	12,9	5,8	3,2	7,4	10,0

Saldo migratório												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
15 a 29	1577	501	50	-89	9	-133	-728	-399	-780	-668	-128	-133
30 a 44	596	-52	-279	-138	-10	-285	-293	-113	-420	-321	286	-380
45 a 59	349	-221	-236	-74	2	-126	-146	-160	-339	62	47	189
60 +	-18	-181	-232	-69	-23	-31	-137	-194	-106	25	-29	-41

Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010). Elaborado pelo autor.

A Tabela 7 trazem os dados do perfil migratório da categoria escolaridade, dividindo em três partes: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior e pós graduados. Inicialmente, é relevante apontar que há um aumento na escolarização dos indivíduos da população brasileira no geral, principalmente entre os sem instrução e também aqueles com até ensino fundamental (DOTA, 2015), por isso os valores de ensino fundamental aumentam para ensino médio de forma mais expressiva pós 95/00.

Esta mudança na escolaridade é visualizada na Tabela 7 entre o período 86/91 para 05/10 e é bem perceptível tanto nos fluxos imigratórios e emigratórios do município de Cachoeiro de Itapemirim nas quatro escalas regionais. Contudo, há algumas especificidades e diferenças entre elas que devem ser consideradas.

Na escala intrarregional a participação de entrada e saída dos migrantes estiveram concentradas no ensino fundamental, sendo descentralizada ao longo dos períodos para os migrantes com ensino médio. Já aqueles com ensino superior destaca-se a saída de emigrantes que sempre foi superior àqueles que entraram no município. Assim, é nítido que há uma saída maior de pessoas com alto grau de escolarização do município para seus municípios vizinhos.

Este perfil migratório na composição entre os migrantes que entraram e saíram na escala intrarregional também é visualizado com a escala intraestadual, porém, se altera nos migrantes com ensino superior e pós graduação. A participação dos migrantes que saíram do município com ensino superior era maior nos dois primeiros períodos em comparação com aqueles que entraram, no qual diminuiu no período 05/10. Em contrapartida, há um aumento na entrada daqueles que possuíam ensino superior e pós graduação, em que praticamente duplicou a participação.

Apesar de haver um aumento considerável da escolarização dos migrantes ao decorrer dos três períodos de análise, é visualizado que na escala intrarregional e intraestadual a proporção de migrantes com ensino fundamental é maior em relação as outras duas escalas geográficas. Na escala intrarregional e intraestadual a composição dessas escolaridades não estão a baixo de 50%. Assim sendo, as trocas migratórias com municípios da RMGV e interestadual recebem estudantes com maior escolarização, podendo denotar importantes regiões de interesse de estudantes graduados e pós graduados.

Na escala interestadual há diminuição dos migrantes que entram e saem com ensino fundamental, e passa a aumentar aqueles com nível médio. Com ensino

superior sempre houve uma participação maior na saída de migrantes com ensino superior e pós graduação, ainda que ao longo dos períodos há um aumento considerável de migrantes com este mesmo nível de ensino.

Já na escala das trocas com a RMGV há aqui uma grande diferença das participações dos níveis de escolaridade. Nestas trocas, destaca-se as maiores trocas de pessoas escolarizadas com ensino superior e pós graduação. Apesar da saída de migrantes ser maior que a entrada, a participação de ambas são consideráveis na composição deste perfil. Neste seguimento, é importante colocar que o principal destino dos emigrantes com alto grau de escolarização são os municípios da RMGV. A ida de migrantes com alto grau de escolarização reflete aqui uma saída de mão de obra com alta qualificação para uma região com alta dinamização econômica.

Já na análise do saldo migratório deste perfil migratório de escolaridade, há em sua maioria perdas migratórias em todos os níveis de ensino nos quatros níveis de escala regional e nos três períodos.

A nível intrarregional o ensino fundamental é o único que possui um alto valor positivo no saldo migratório no período 86/91 em relação a todas as outras escalas temporais e espaciais, contudo esta demonstra uma mudança no período 05/10 com um saldo migratório negativo, no qual diminui 5x o saldo.

O nível superior e pós graduação possui saldo migratório negativo em todas escalas temporais e espaciais. Em nível intraestadual, a perda destes migrantes aumenta, mas diminuem logo após. Apesar desta participação na composição ser menor, o volume é superior ao da escala intraestadual, que apesar de ter aumentado sua participação, não obteve volumes tão altos como a intrarregional.

Na escala interestadual o saldo migratório negativo daqueles que tinham ensino superior e pós graduação diminuiu ao longo dos três períodos, demonstrando que há um aumento da entrada dos migrantes com este mesmo nível de ensino. Podendo afirmar que possivelmente os migrantes com alta grau de qualificação de outros estados tem visto em Cachoeiro e Itapemirim como um destino possível com sua escolaridade.

A RMGV foi a região para a qual Cachoeiro de Itapemirim tem perdido a sua população com ensino superior e pós graduação. Estes volumes aumentaram consideravelmente em relação as outras escalas, chegando a quase triplicar de 86/91 para 05/10. Estes resultados também direcionam análises importantes a serem

consideradas, uma vez que pessoas com ensino superior e pós graduação carregam com si qualificação profissional especializada.

Esta informação corrobora com o trabalho de Dota (2016), no qual aponta que os principais imigrantes qualificados do Espírito Santo tem sido direcionados para os municípios da RMGV. Assim sendo, Cachoeiro de Itapemirim tem participado dessa perda qualificada da população em todas as escalas espaciais, contudo, a RMGV tem recebido grandes volumes destes, sendo que o acumulado ao longo dos três períodos soma aproximadamente 50% para esta região.

De forma expressiva, Cachoeiro de Itapemirim tem passado pelo fenômeno do *brain drain*, no qual se caracteriza pela saída de pessoas com atributos importantes, como uma alta qualificação escolar (GAMA; MACHADO, 2014). Assim, Cachoeiro tem sido um espaço de perda migratória qualificada, isto é, perdendo uma população com atributos importantes que deveriam estar sendo absorvidos para seu desenvolvimento interno.

Portanto, uma saída de escolarizados com ensino superior e pós graduação refletem as mudanças na rede urbana capixaba, onde Cachoeiro de Itapemirim demonstra estagnação dos seus movimentos, enquanto há outras regiões absorvendo estes migrantes. Exemplo disso pode ser visto ao ver os fluxos migratórios expressivos em direção a RMGV.

Tabela 7. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: escolaridade acima de 15 anos (participação %, volume total e saldo migratório)

Imigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
Ensino fundamental	87,3	81,6	61,5	90	70,6	51,1	54,5	55,4	30,8	69,7	66,6	42,8
Ensino médio	11,3	14,9	32,2	3,8	21,2	33,1	29,7	27,7	42,6	25,7	26,2	43,9
Ensino superior e pós graduação	1,4	3,5	6,4	6,2	8,3	15,7	15,8	17	26,7	4,6	7,1	13,3
Emigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
Ensino fundamental	78,4	68,5	57,4	83,5	69,2	63,1	58	44,3	35,3	71,8	57,9	46,6
Ensino médio	13,7	23,8	35,5	11,6	18,7	28	29	33,2	36,2	19	30,7	38,2
Ensino superior e pós graduação	7,9	7,7	7,1	4,8	12,1	8,9	13	22,5	28,5	9,2	11,4	15,2
Saldo migratório												
	Intrarregional			Intraestadua			RMGV			Interestadua		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
Ensino fundamental	2011	363	-387	-220	-21	-401	-564	-245	-417	-603	338	-127
Ensino médio	214	-233	-333	-63	5	-141	-272	-267	-374	-2	-59	41
Ensino superior e pós graduação	-57	-109	-67	-9	-25	-27	-112	-192	-327	-173	-90	-52

Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010). Elaborado pelo autor.



O perfil migratório a partir da Tabela 8 encontra os dados quantitativos a partir das características de renda das entradas e saídas dos movimentos migratórios de Cachoeiro de Itapemirim. As quatro classificações dividem estas populações migrantes entre 0 a 2, 2 a 5, 5 a 10 e 10 ou mais salários mínimos.

Gama e Machado (2014, p. 155) colocam que “diferenciais de rendimentos entre migrantes e não migrantes são analisados no Brasil e no resto do mundo”, sendo que está análise de renda se mostra preponderante para entender os aspectos entre aqueles que são não-migrantes e migrantes. Contudo, está análise de renda permite comparar as rendas tanto daqueles entraram, como daqueles que saíram de Cachoeiro de Itapemirim.

Inicialmente é visualizado que novamente pode-se notar que há diferenças quando comparadas as escalas de trocas migratórias ao longo dos três períodos. As participações tanto dos imigrantes quanto dos emigrantes nas escalas intrarregional e intraestadual se concentram entre 0 a 2 salários mínimos, e ao longo dos três períodos a maior parte tendeu a crescer para esta faixa de valores.

As participações dos emigrantes e imigrantes na escala interestadual e RMGV também são maiores entre 0 a 2 salários mínimos, contudo, ainda são bem menores. Para tal, as faixas de salários mínimos entre 2 a 5 são maiores entre estas escalas, e já na faixa acima de 10 salários mínimos se mantém sempre aproximado de 10%.

Já na análise dos saldos migratórios, o perfil de renda destes migrantes tende a ser diferentes da faixa etária e escolaridade. Nas outras caracterizações do perfil migratório os saldos migratórios negativos eram expressivos para Cachoeiro de Itapemirim ao longo dos três períodos nas quatro escalas de análise.

No perfil de renda, apenas a RMGV possui valores do saldo migratório negativo de forma bem expressiva. Novamente esta escala de troca migratória tem sido a principal região de atração dos emigrantes de Cachoeiro. A RMGV é imperativa no que tange a atração de um perfil de migrante nas trocas migratórias com Cachoeiro com uma renda maior em relação as outras escalas.

Tabela 8. Análise do perfil dos imigrantes e emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim por divisão regional e características demográficas: renda acima de 15 anos (participação % e saldo migratório)<sup>17</sup>

Imigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
até 2 SM	34,4	80,4	79,8	34,4	73,9	67	25,7	57,3	51,8	84,3	70,7	65,3
2 a 5 SM	62,7	13,8	15,4	56,3	16,6	13	35,6	24,1	23,7	9,5	15,3	24,1
5 a 10 SM	2,2	3,7	4,2	7	5,3	10,2	19,3	9,9	17,7	5,5	8,9	5,8
10 SM +	0,7	2,2	0,5	2,3	4,1	9,8	19,3	8,7	6,8	0,7	5	4,9
Emigrantes												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
até 2 SM	39,1	71,4	78,4	39,3	67,6	74,9	37,3	56	51,7	77,1	60,4	58
2 a 5 SM	54,4	15,8	15,5	57,9	16,1	13,1	56,6	23,2	28,2	13,8	21,7	26,2
5 a 10 SM	3,3	9,5	5,3	2,8	10,8	6,2	2,7	10,7	10,5	4,6	9,9	11,3
10 SM +	3,1	3,3	0,8	0	5,5	5,8	3,4	10,1	9,6	4,5	8	4,5
Saldo migratório												
	Intrarregional			Intraestadual			RMGV			Interestadual		
	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out	86/91	95/00	05/out
até 2 SM	811	341	-396	-120	51	-267	-408	-463	-450	692	412	10
2 a 5 SM	1750	-60	-84	-153	6	-44	-642	-189	-264	-47	-176	-60
5 a 10 SM	41	-188	-42	11	-33	-12	86	-97	-62	56	-17	-80
10 SM +	-22	-36	-8	10	-8	-11	75	-95	-95	-90	-86	-1

Fonte: IBGE (1991, 2000 e 2010). Elaborado pelo autor.

<sup>17</sup> A renda de 1991 e 2000 sofreram foram corrigidos em comparação ao ano de 2010 a partir da deflação calculada pelos valores do IPCA.

Importante perceber que ao passar das décadas, com as mudanças vistas na rede urbana capixaba e diretamente com o papel de Cachoeiro de Itapemirim nestas transformações, a sua região de influência acaba sendo afetada diretamente com o crescimento observado do litoral capixaba, principalmente da RMGV.

As escalas intraestaduais e intrarregionais, com exceção do litoral sul de Cachoeiro, são as regiões menos dinâmicas dos investimentos públicos e privados previstos pelo IJSN, ligado a isso, é perceptível que o perfil dos migrantes é diferente daqueles observados com as trocas da RMGV e interestadual.

A migração neste sentido, auxilia a compreender as novas dinâmicas em que Cachoeiro de Itapemirim apresenta ao longo das décadas e com quem este município troca os migrantes, pois a partir do seu perfil migratório determinado grupo concentra mais em uma região do que em outra. Especificamente, o perfil migratório que se direciona para a RMGV, uma das regiões mais dinâmicas da economia capixaba, tendem a ter mais chances de possuir mais migrantes com alta escolarização, alta renda e mais jovens. Já nas trocas com as regiões que tem recebido menos previsões de investimentos públicos e privados, o perfil destes migrantes tende a ser com escolarização menor, menor renda e mais velhos.

Estas questões relacionam diretamente com as novas dinâmicas da rede urbana, e no caso das cidades médias, elas têm disputado espaço em suas regiões

- (1) pelo aumento da quantidade de cidades médias e concorrências regionais;
- (2) municípios do litoral com aumento da sua dinâmica econômica devido a presença do petróleo e gás;
- (3) pela grande influência exercida pela metrópole Vitória e sua região metropolitana por todo o estado (principalmente como observado pela última Regic);

Neste sentido, como colocado por De Haas (2010), a migração não é apenas uma variável exógena, isto é, esta faz parte de processos sociais e desenvolvimento mais amplos, assim as formas no qual a migração impacta o desenvolvimento são totalmente diversos:

Migration is not an independent variable “causing” development (or the reverse), but is an endogenous variable, an integral part of change itself and a factor that may enable further change. This is why it is more correct to refer to the reciprocal relationship between migration and broader development processes instead of the – one-way – “impact” of migration on development (DE HAAS, 2010, p. 253)<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> “A migração não é uma variável independente que “causa” o desenvolvimento (ou o inverso), mas é uma variável endógena, parte integrante da própria mudança e um fator que pode permitir novas mudanças. É por isso que é mais correto referir-se à relação recíproca entre migração e processos de

Portanto, como colocado pelo trecho anterior, De Haas (2010) situa que o debate da migração e desenvolvimento possuem uma relação recíproca. Desta forma, o desenvolvimento econômico do estado Espírito Santo e as desigualdades na distribuição dos investimentos podem indicar de que forma alguns municípios tem sido impactados pela perda migratória para as áreas dinâmicas. Cachoeiro de Itapemirim se destaca nesta questão migratória, pois como mostram os resultados, há uma inversão das suas dinâmicas migratórias ao mesmo tempo que a rede urbana se altera. Seja nos seus volumes, no seu saldo migratório, mas também no seu perfil migratório.

---

desenvolvimento mais amplos, em vez do “impacto” – unidirecional – da migração no desenvolvimento” (DE HAAS, 2010, p. 253. Tradução livre).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XX, com o direcionamento do desenvolvimento industrial para a RMGV e o Norte capixaba, Cachoeiro de Itapemirim entrou em um contexto de estagnação econômica devido as políticas de erradicação dos cafezais, principal motor da economia municipal. Contudo, sustentou-se pela centralidade regional criada nas relações com seus municípios vizinhos. Após a erradicação dos cafezais, o município encontrou na extração de mármore e granito para investir.

Este conjunto histórico é importante, pois auxiliou o entendimento mais recente dos movimentos migratórios após a década de 90. Como visto, o município deixa de ter um saldo migratório positivo e passa a ter um saldo migratório negativo. Os novos contextos da rede urbana capixaba a partir da concentração econômica no litoral principalmente evidenciado pelo petróleo e gás deixam um vazio atrativo no lado mais a Oeste do estado.

Assim sendo, é importante evidenciar que os investimentos públicos e privados previstos demonstram estas concentrações no litoral. Para tal, estes tem sido os principais destinos dos emigrantes de Cachoeiro de Itapemirim, principalmente os municípios da RMGV e do Litoral Sul.

Por outro lado, as relações de centralidade regional enquanto cidade média com os municípios de sua região também apontam mudanças ao longo dos três períodos censitários. No período entre 1986/1991 ainda eram municípios que compunham o saldo migratório positivo de Cachoeiro, entretanto, no último período censitário estes acabaram diminuindo este saldo positivo, ou passaram a ter saldos negativos.

Esta dinâmica de perda migratória também está ligada as questões históricas do município com Rio de Janeiro, que foram criadas no período áureo do café. A troca interestadual de Cachoeiro com o Rio de Janeiro no último período censitário representou  $\frac{1}{4}$  do saldo migratório negativo. Destaca-se então este estado como um destino migratório em destaque daqueles que residem em Cachoeiro.

Dentro destas trocas migratórias, a análise do perfil migratório também auxilia a pensar o papel da migração na compreensão das transformações de Cachoeiro no Espírito Santo. De forma geral, o perfil migratório com a RMGV demonstra que há uma perda migratória de uma população com alta escolarização, mais jovem e com alta renda. Já com os municípios da sua região, o conjunto mais expressivo de perda

migratória é com menor escolarização, médias rendas e idade média superior em relação ao outro grupo.

As principais origens dos imigrantes que se direcionam para Cachoeiro de Itapemirim são os municípios que estão em sua região. Este dado representa a importância de entender este município enquanto cidade média polarizadora (apesar destes municípios em 2010 apresentarem saldo migratório negativo nas trocas com Cachoeiro), uma vez que esta apesar dos contextos de perda migratória, ainda possui certa centralidade na atratividade regional no Sul do estado do Espírito Santo, e que envolvem também uma polarização de trabalho, serviços (públicos e privados).

Assim, esta dissertação esteve preocupada em investigar e aprofundar as migrações internas no Espírito Santo. Soma-se a isso, a busca pela compreensão dos espaços de perda migratória e uma relação direta com uma certa estagnação econômica local, mas com as transformações econômicas na escala regional.

Após 2000, Baeninger (2011) coloca que os estudos destes movimentos precisam ser mais aprofundados para a compreensão deste fenômeno, pois há um aumento da complexidade dos fluxos, uma vez que no território brasileiro não era mais possível entender os mesmos enquanto padrões de uma determinada modalidade entre origem e destino.

Neste sentido, os movimentos migratórios se mostram importantes para o entendimento das transformações socioespaciais e econômicas do território, como sempre ficou evidenciado ao longo do século XX e ainda continua expressivo no século XXI.

Além do mais, a análise específica de determinados municípios no que tange os grandes volumes migratórios de entrada e saída corroboram com a perspectiva deste trabalho ao pensar Cachoeiro de Itapemirim a partir das cidades médias, isto é, como colocado por Skeldon (2012), a migração não está esparsa pelo território, ela se concentra em determinadas áreas. Este entendimento demarca que estas cidades médias centrais e polarizadoras de população, com grande mancha urbana e de concentração econômica em uma região também são importantes para destacar as diferenças das outras escalas dentro da rede urbana. Obviamente, não possuem as mesmas dinâmicas e intensidades migratórias das regiões metropolitanas, principalmente no que tange outras modalidades de curta distância presentes, mas também não são pouco expressivos como as cidades menores. Assim, as dinâmicas migratórias deste município também se mostram relevantes em relação ao estado,

uma vez que seu volume migratório é expressivo e mantém trocas com municípios de várias regiões.

Ainda nesta questão, isso leva a indicar como estas relações auxiliam a confirmar a hipótese deste trabalho: os novos contextos do Espírito Santo alteraram as dinâmicas da rede urbana ao longo do século XX, principalmente no final. Estas mudanças foram impulsionadas pela concentração econômica nas atividades industriais no litoral capixaba. Cachoeiro de Itapemirim enquanto diminui sua relevância dentro do estado, principalmente pelo aumento da influência regional da RMGV, como apresentado pela Regic, não perde a relevância dentro da sua região, continuando sendo um município ainda importante município do sul, apresentando expressivos volumes de migração.

Desta forma, este trabalho buscou preencher as lacunas abertas dentro da literatura que relacionam os movimentos migratórios com as questões urbano-regionais na geografia do Espírito Santo. Dentro destas lacunas, tornar geográfico os dados censitários e espacializar os efeitos dos fluxos migratórios dentro do território é o mais relevante, pois dá outros sentidos para os recursos do Censo Demográfico.

Portanto, a agenda de pesquisa que deriva desta dissertação é um futuro aprofundamento para a compreensão mais avançada de espaços de perda migratória em um contexto maior dos estudos de Geografia da População, isto é, relacionar diretamente os principais pontos deste trabalho (questão econômica-urbano-regional, migração, perfil migratório) com as dinâmicas demográficas que estão ou podem ser afetada pela saída expressiva da população, como o fenômeno do despovoamento.

## REFERÊNCIAS

ALBANI, V. Trajetória do crescimento da cidade de Colatina. Vitória. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo), 2012. Disponível em:<[RiUfes: Trajetória do crescimento da cidade de Colatina](#)>. Acesso em 15/11/22.

ALMEIDA, G. V. A. Impacto das instituições de ensino superior no desenvolvimento regional do município de Cachoeiro de Itapemirim. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico - Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Paraná. Disponível em:<<https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/25772>>. Acesso em: 20/06/2020.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. Anais, p. 1-22, 2016

AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. 2001.

ANDRADE, Í. L. de. A mobilidade pendular como indicador na caracterização de cidades médias. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em:<[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_13790\\_%CDTALA\\_final.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_13790_%CDTALA_final.pdf)>. Acesso em 20/06/2020.

ANDRADE, Í. L.; SANTOS, Y. O. dos. Análises preliminares da dinâmica migratória como perspectiva de estudo das cidades médias no Espírito Santo. IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, 2020.

ANDRADE, T. A.; SANTOS, A. M. S. P.; SERRA, R. V. Fluxos migratórios nas cidades médias e regiões metropolitanas brasileiras: a experiência do período 1980/96. 2000.

ANTÔNIO, H. M. O aumento populacional no município de Linhares–ES no período de 2000 a 2010: uma análise a partir dos fatores econômicos. **Terra Livre**, v. 2, n. 57, p. 716-740, 2021. Disponível em:<[Vista do O aumento populacional no município de Linhares–ES no período de 2000 a 2010 \(agb.org.br\)](#)>. Acesso em 10/11/2022

ARAUJO, M. M. S.; MOURA, R.; DIAS, P. C. Cidades médias: uma categoria em discussão. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves Furtado. (Org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. 1ed.Brasília: IPEA, 2011, v. , p. 61-77.



BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 319-367, 2012.

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 3, p. 107-132, jul./set., 1973a. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: 15/08/2020

BECKER, B. K. O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, v. 35, n. 4, p. 107-132, jul./set., 1973b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=7115>>. Acesso em: 15/08/2020

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Núcleo de Estudos de População–Nepo/Unicamp, 2011.

BAENINGER, R. Rotatividade Migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU (Brasília), v. 27, p. 38-57, 2012.

BAENINGER, R. Crescimento das Cidades: Metrôpole e Interior do Brasil. In: Rosana Aparecida Baeninger. (Org.). População e Cidades: subsídios para o Planejamento e para as Políticas Sociais. 1ed.Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População/UNICAMP, 2010, v. 1, p. 209-222.

BAENINGER, R. Interiorização da migração em São Paulo: novas territorialidades e novos desafios teóricos. Anais, p. 1-14, 2016.

BAENINGER, R.; CUNHA, J. M. P. da. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. Notas de población, 2007.

BERNARD, Aude; BELL, Martin; CHARLES-EDWARDS, Elin. Life-course transitions and the age profile of internal migration. Population and Development Review, v. 40, n. 2, p. 213-239, 2014.

BILSBORROW, R. E. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas, SP, Nepo/Unicamp, 2011.

BIRCAN, T.; PURKAYASTHA, D.; AHMAD-YAR, A. W.; LOTTER, Kathrin; DELLO IAKONO, C.; GÖLER, D.; STANEK, M.; YILMAZ, S.; SOLANO, G.; ÜNVER, Ö. Gaps in Migration Research. Review of migration theories and the quality and compatibility of migration data on the national and international level – 2020. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/343398789\\_Gaps\\_in\\_Migration\\_Research\\_Review\\_of\\_migration\\_theories\\_and\\_the\\_quality\\_and\\_compatibility\\_of\\_migration\\_data\\_on\\_the\\_national\\_and\\_international\\_level](https://www.researchgate.net/publication/343398789_Gaps_in_Migration_Research_Review_of_migration_theories_and_the_quality_and_compatibility_of_migration_data_on_the_national_and_international_level). Acesso em 18/08/2020

BOMTEMPO, D. C. Migração, indústria e cidade média. *Revista Faz Ciência*, v. 15, p. 53-67, 2013.

BOMTEMPO, D. C. Cidade média, indústria e migração: recortes para compreensão da urbanização Brasileira. *Entorno Geográfico*, n. 12, 2016.

BORGES, Bruna Kasprzak. Recuperação do emprego formal: trajetória rumo à (re) estruturação do mercado de trabalho na RMPA? *Indicadores Econômicos FEE*, v. 39, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2554/2948>>. Acesso em: 19/12/2022

BRETTELL, C. B.; HOLLIFIELD, J. F. (Ed.). *Migration theory: Talking across disciplines*. Routledge, 2014.

BRITO, F.; HORTA, C. J. G.; AMARAL, E. F. de L. A urbanização recente no Brasil e as aglomerações metropolitanas. In: XXIV IUSSP General Conference. 2001. p. 168-184.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, v. 20, 2009.

BRUMES, K. R.; WHITACKER, A. M.. Redes sócio-espaciais e migrações em cidades médias: Um estudo de Uberlândia-MG. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, p. 1-19, 2008.

BRUMES, K. R.; SILVA, M. da. Migração e cidades médias: uma análise de Uberlândia. *Ateliê Geográfico*, v. 4, n. 3, p. 64-87, 2010.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. 1999.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

CANO, W. Brasil-construção e desconstrução do desenvolvimento. **Economia e sociedade**, v. 26, p. 265-302, 2017.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. Editora Unesp, 2007

CARDOSO, H.; LOBO, C. Mobilidade espacial de populações: definições, tipologias e conceitos. **Anais... 4ª Jornada Científica da Geografia UNIFALMG**, 2016.

CARLING, J.; COLLINS, F.. Aspiration, desire and drivers of migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 6, p. 909-926, 2018.

CARLING, J.; SCHEWEL, K.. Revisiting aspiration and ability in international migration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 44, n. 6, p. 945-963, 2018.

CASTELLO BRANCO, M. L. G.. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. *Cidades Médias: espaços em transição*. São Paulo: expressão popular, v. 1, p. 245-277, 2007.

CASTIGLIONI, A. H. Mudanças na estrutura demográfica do Espírito Santo ocorridas durante a segunda metade do século XX. *Geografares*, n.7, p.93-109, 2009.

CELIN, M. F. Migração interna no Espírito Santo: 1940-1980. Belo Horizonte, 1982. 138p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. CEDEPLAR.

COLLINS, F. L. Geographies of migration I: Platform migration. *Progress in Human Geography*, v. 45, n. 4, p. 866-877, 2021.

CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão popular, p. 23-33, 2007.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. SP: Ática, 1987.

CORRÊA, R. L. Cidades médias e rede urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; DA SILVA, William Ribeiro (Ed.). *Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades*. Consequência, 2017.

COSTA, E. M. Cidades médias-Contributos para a sua definição. *Finisterra*, v. 37, n. 74, 2002.

COSTA, I. L. S. *Cachoeiro: suas pedras, sua história*. 1. ed. [Cachoeiro de Itapemirim, ES]: [s.n.], 1991. 240 p.

CRESSWELL, T. Mobilities I: catching up. *Progress in human geography*, v. 35, n. 4, p. 550-558, 2011.

CRESSWELL, T. *On the move: Mobility in the modern western world*. Taylor & Francis, 2006.

CRESSWELL, T.; MERRIMAN, P. Introduction: Geographies of Mobilities—Practices, Spaces, Subjects. In: *Geographies of Mobilities: Practices, Spaces, Subjects*. Routledge, 2016. p. 13-28. CUNHA, J. M. P.; VIGNOLI, J. R. ELEMENTOS SOBRE EL PROCESO DE CONCENTRACIÓN/DESCONCENTRACIÓN METROPOLITANA: EL CASO DE LA RM DE SÃO PAULO. E-book, p. 241-256, 2021.

CUNHA, J. M. P. da. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. *espacial da população*, p. 7, 2011.

CUNHA, José Marcos Pinto da. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 20, p. 29-50, 2012.

DARÉ, R. A. **Crise” do Café e a Ideologia Desenvolvimentista no Espírito Santo. 2010, 203f.** 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo. Disponível em:< [RiUfes: A "crise" do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo](#)>. Acesso em 10/11/2022

DAMIANI, A. L. *População e geografia*. Editora Contexto, 2017.

DE HAAS, H. Migration and development: A theoretical perspective. *International migration review*, v. 44, n. 1, p. 227-264, 2010.

DADALTO, M. C; DOTA, E. M. Processo migratório no Espírito Santo, Brasil: uma reflexão de longo prazo. Mimeo. Vitória, 2021.

DOTA, E. M. FERREIRA, F. C. Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e migração: um olhar sobre o Espírito Santo no século XXI. In: FUSCO, Wilson; MYRRHA, Luana Junqueira Dias; Jordana Cristina de Jesus. (Org.). *Migração, Trabalho e Gênero*. 1ed.Belo Horizonte-MG: ABEP, 2021, v. 1, p. 642-656.

DOTA, E. M.; FERREIRA, F C.. Dinâmica econômica e urbano-regional no Espírito Santo: reestruturação produtiva e deslocamentos populacionais. *EURE*, v. 49, n. 146, p. 1-22, 2023.

DOTA, E. M.; QUEIROZ, S. N. de. Migração interna em tempos de crise no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, p. 415-430, 2019.

DOTA, E. M.; COELHO, A. L. N.; CAMARGO, D. M. de. Atlas da migração no Espírito Santo. - Dados eletrônicos. - 1. ed. - Vitória: UFES, Proex, 2017.

DOTA, E. M.; RODRIGUES, R. M.; BARROS, A. M. L.; FERREIRA, F. C.. Os dados sobre atividades e ocupação numa perspectiva comparada: Censo Demográfico, PNAD e RAIS. Geografares, n. 27, p. 201-221, 2018.

DOTA, E. M. Indicadores de migração dos municípios do Espírito Santo: o período 2000- 2010. Vitória: UFES, 2016b.

DOTA, E. M. A migração no Espírito Santo no período 1991-2010: novidades e continuidades. Geografares, v. 21, p. 142–153, 2016a.

DOTA, E. M. Mobilidade residencial intrametropolitana na RM de Campinas: uma abordagem a partir da distribuição espacial dos migrantes. 2015. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281171/1/Dota\\_EdnelsonMariano\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/281171/1/Dota_EdnelsonMariano_D.pdf). Acesso em: 18 jul.

EGLER, C. A. G. MENDES, C. C.; FURTADO, B. A.; PEREIRA, R. H. M.. Bases conceituais da rede urbana brasileira: análise dos estudos de referência. Governo Federal, p. 25, 2011.

ESPIRITO SANTO; Secretaria de Estado. Departamento de Análise e Consolidação de Programas. Migrações internas no Espírito Santo. [Vitória, ES], 1979.

FORTUNATO, D. O. B. Uma análise do Espírito Santo à luz do processo de implantação dos grandes projetos. Dimensões, n. 27, 2011.

FERREIRA, Cláudia da Silva. Estrada de Ferro Caravelas: trilhos pioneiros na trajetória socioeconômica do sul do Espírito Santo. 2015. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

FRANCA, C. J.; SENA, N. Z. OLIVEIRA JUNIOR, A. P.; RODRIGUES, V. M. Espírito Santo: dinâmica urbano-regional do estado. In: Rafael Henrique Moraes Pereira; Bernardo Alves. (Org.). Dinâmica urbano-regional: rede urbana e suas interfaces. Brasília: Ipea, 2011, v., p. 225-261.

GALINDO, A. M. C.; CUNHA, J. M. P.; BARQUERO, J.; MACADAR, D.; MOLINA, W.; OLIVERA, G.; RODRÍGUEZ, J.; SOBRINO, J. Desconcentración concentrada y migración: una mirada desde grandes metrópolis de América Latina. Revista Latinoamericana De Poblacion, v. 16, p. e202108, 2022.

GAMA, Luiz Carlos Day; MACHADO, Ana Flávia. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos avançados**, v. 28, p. 155-174, 2014.

GOMES, P. S.; CALDEIRA, R. F. C. O que a rede urbana-regional do Brasil tem a dizer sobre o avanço da Covid-19? Ponderações para uma agenda urbana-regional atual e pós-pandemia. Espaço e Economia. Revista brasileira de geografia econômica, n. 20, 2020.

GUIMARÃES, R. B.; VIEIRA, A. B.; NUNES, M. Cidades médias: territórios da exclusão. *Cidades*, v. 2, n. 4, 2005.

HAESBAERT, R. Regional-Global - Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2010.

HARDWICK, S. W. Coming of age: Migration Theory in Geography. IN: BRETTELL, Caroline B.; HOLLIFIELD, James F. (Ed.). Migration theory: Talking across disciplines. Routledge, 2014.

IBGE. População estimada enviada ao TCU pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível no site: <[Estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação | IBGE](#)>. Acesso em 15/10/2022.

IBGE. Pesquisa Regiões de Influência das Cidades – informações de deslocamentos para serviços de saúde. Notas técnicas. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

KING, R. Geography and migration studies: Retrospect and prospect. *Population, space and place*, v. 18, n. 2, p. 134-153, 2012.

LEE, E. S. A theory of migration. *Demography*, v. 3, n. 1, p. 47-57, 1966.

LENCIONI, S. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 2014.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. M.. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. *EURE (Santiago)*, v. 42, n. 127, p. 29-54, 2016.

LOBO, C.; SOARES, R. S.; CARVALHO, P. F. B.. Mobilidade espacial da população: Análise do fluxo de estudantes de nível superior nos centros regionais no interior de Minas Gerais. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 47, 2020.

LOBO, C.; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 28, p. 81-101, 2011.

MOTA, F. C. M. Integração e dinâmica regional: o caso capixaba (1960-2000). Campinas: IE/UNICAMP, Tese de Doutorado, 2002.

MOTA, F. C. M. História econômica e organização espacial: o caso capixaba. **Goiânia: Gráfica e Editora América/IHGES**, 2013.

MOTA, F. C. M.; MAGALHÃES, Diogo Franco. Formação econômica do Espírito Santo: do isolamento econômico à inserção aos mercados nacional e internacional. *Revista de História Regional*, v. 16, n. 1, 2011.

MARANDOLA JR, E. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: Nepo/Unicamp, p. 95-115, 2011.

MARTINE, G.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. *Revista brasileira de estudos de população*, v. 1, n. 1/2, p. 99-144, 1984.

MARTINS, Isis do Mar Marques. Migração em suas abordagens metodológicas: balanço e novos desafios. IN: VARGAS, Maria Augusta Mundim; DOURADO, Auceia Matos; FREDRICH, Maria Salomé Lopes. Diálogos e práticas no campo da pesquisa qualitativa. Ituiutaba: Barlavento, 2021, 608 p.

MATOS, R. O Brasil dividido e a rede urbana fracionada. *Cadernos do LESTE*, 2009.

MATOS, Ralfo. Migração e urbanização no Brasil. *Revista Geografias*, v. 8, n. 1, p. 7-23, 2012.

MÓDENES, J. A. Movilidad espacial, habitantes y lugares: retos conceptuales y metodológicos para la geodemografía. *Estudios geográficos*, v. 69, n. 264, p. 157-178, 2008.

OJIMA, R.; MARANDOLA JR, E.. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 2, p. 103, 2012.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997

PAILHÉ, J. Migration, migrant, géographie de la population. *Espace Populations Sociétés*, v. 20, n. 1, p. 73-82, 2002.

PEREIRA NETO, C. Considerações sobre a inserção do Espírito Santo na economia capitalista. In: ARTHMAR, Rogério; FERRARI, Marcos Adolfo Ribeiro. (Org.). Novas leituras sobre a economia do Espírito Santo. 01ed.Vitória: PPGeco / CORECON ES, 2011, v. 01, p. 39-69.

QUEIROZ, S. N. de.; OJIMA, R.; CAMPOS, J.; FUSCO, W. Cidades médias do interior do Nordeste: rumos e relevância na atração de migrantes. ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, v. 18, 2019.

QUEIROZ, S. N. de.; OJIMA, R.; CAMPOS, J.; FUSCO, W. Migração em cidades médias do interior nordestino: a atração migratória como elemento distintivo. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. v. 22, E202033pt, 2020. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202033pt

QUINTÃO, L. C. A interiorização da capital pela estrada de ferro sul do Espírito Santo. 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

QUINTÃO, L. C. Estrada de ferro, economia regional e territorialidade: o Espírito Santo na Primeira República, 2015. Disponível em:<[636631305838718358-with-cover-page-v2.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://doi.org/10.636631305838718358-with-cover-page-v2.pdf)>. Acesso em 10/08/2022

RAMOS, E. F.; MATOS, R. E. S. INTERIORIZAÇÃO DA URBANIZAÇÃO E A DISCUSSÃO SOBRE CIDADES MÉDIAS NO BRASIL. Geografia em Questão, v. 8, n. 2.

REDÓN, S.M.; SOUZA, M. V. M. de. Os novos vetores da produção do espaço urbano em Marabá-PA. In: Maria José Martinelli Silva Calixto; Sergio Moreno Redón. (Org.). O Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais. Os novos vetores da produção do espaço em cidades médias brasileiras. 1ed.Porto Alegre: Totalbooks, 2021, v. 1, p. 144-179.

RIGOTTI, J. I. R. Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. Unpublished Ph. D. dissertation, Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 1999.

ROCHA, J. D.; PEGO, B.; EGLER, C. A. G.. Integração Produtiva e Rede Urbana. In: Rafael Henrique Moraes Pereira e Bernardo Alves Furtado. (Org.). Dinâmica Urbano-Regional: Rede Urbana e suas Interfaces. 1ed.Brasília, DF: IPEA, 2011, v.1, p. 119-134.



ROSEMAN, C. C. Migration as a spatial and temporal process. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 61, n. 3, p. 589-598, 1971.

RUA, J. A organização urbana do Espírito Santo analisada através da circulação de ônibus Intermunicipais. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 35, nº 2, 103-123, abr-jun. 1973.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. Edusp, 2018.

SANTOS, M. O trabalho do geógrafo no terceiro mundo. 5. ed. 1. reimpr. - São Paulo: EDUSP, 2013.

SANTOS, Y. O. S. De atração à evasão: as mudanças no padrão migratório do município de Cachoeiro de Itapemirim pós-2000 frente às mudanças na rede urbana capixaba. Mimeo. Natal, 2022.

SANTOS, Y. O. Dinâmica migratória das cidades médias no interior do Espírito Santo: o caso de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DAUFES, 2020, Vitória, ES. Anais... Vitória, ES: UFES/PRPPG, 2020.

SANTOS, M. A.; BARBIERI, A. F., De CARVALHO, J. A. M.; MACHADO, C. J.. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para discussão, v. 1, n. 138, p. 1, 2010.

SANTOS, Y. O. Dinâmica migratória das cidades médias no interior do Espírito Santo: o caso de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. In: Jornada de Iniciação Científica da UFES, 2020, Vitória. Anais da Jornada de Iniciação Científica da UFES. Vitória: PRPPG, 2020. v. 11.

SANTOS, Y. O. DE ATRAÇÃO À EVASÃO: AS MUDANÇAS NO PADRÃO MIGRATÓRIO DO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM PÓS-2000 FRENTE ÀS MUDANÇAS NA REDE URBANA CAPIXABA. Anais, p. 1-16, 2022.

SCHERER, C. E. M.; AMARAL, P. V. M. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. *Revista Brasileira de estudos Urbanos e Regionais*, v. 22, 2020.

SHELLER, M.; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and planning A*, v. 38, n. 2, p. 207-226, 2006.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (org.) *Economia política da urbanização*, 1973.

SKELDON, R. Migration transitions revisited: their continued relevance for the development of migration theory. *Population, Space and place*, v. 18, n. 2, p. 154-166, 2012.

SMITH, D. P. Population geography II: The r/age of migration. *Progress in Human Geography*, v. 43, n. 4, p. 729-738, 2019.

SOBARZO, O. As cidades médias e a urbanização contemporânea. *Revista Cidades*, v. 5, n. 8, 2008.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R.; MAIA, D. S.; GOMES, E. T. A. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, p. 35-67, 2007.

SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Geografia*, v. 35, n. 1, p. 51-62, 2010

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. *Textos e Debates*, v. 1, n. 7, 2012.

ZANOTELLI, C. L. A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). *Geografares*, v.1, n.1, p.29-40, 2009.

ZANOTELLI, C. L.; DOTA, E. M.; FERREIRA, F. C.; RODRIGUES, R. M. Bacia urbano-regional do petróleo: a zona costeira do Espírito Santo associada ao estado do Rio de Janeiro. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 41, 2019.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical review**, p. 219-249, 1971.

## ANEXOS

Matérias jornalísticas sobre Cachoeiro de Itapemirim, sua região e busca por desenvolvimento



Fonte: A Gazeta (1999)

**Região Sul reage para vencer os grandes desafios**

**‘A Capital só será forte se o interior do Estado for rico’**

Fonte: A Gazeta (1999)



**Fórum em Cachoeiro para desenvolvimento do Sul**

162924

Fonte: A Gazeta (1999)

## Volumes totais das trocas migratórias (Imigrantes e Emigrantes) - Escolaridade

<b>Imigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>Ensino fundamental</b>	3.050	2.171	977	333	367	179	224	336	151	1.530	1.750	706
<b>Ensino médio</b>	396	396	511	14	110	116	122	168	209	563	689	723
<b>Ensino superior e pós graduação</b>	48	93	101	23	43	55	65	103	131	101	187	219
<b>Emigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>Ensino fundamental</b>	1.039	1.808	1.364	553	388	580	788	581	568	2.133	1.412	833
<b>Ensino médio</b>	182	629	844	77	105	257	394	435	583	565	748	682
<b>Ensino superior e pós graduação</b>	105	202	168	32	68	82	177	295	458	274	277	271

## Volumes totais das trocas migratórias (Imigrantes e Emigrantes) - Renda

<b>Imigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>até 2 SM</b>	1.446	2.692	1.041	148	471	144	170	428	214	2.586	2.274	770
<b>2 a 5 SM</b>	2.633	461	201	242	106	28	236	180	98	292	492	284
<b>5 a 10 SM</b>	94	124	55	30	34	22	128	74	73	168	287	68
<b>10 SM +</b>	29	73	7	10	26	21	128	65	28	20	162	58
<b>Emigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>até 2 SM</b>	635	2.351	1.437	268	420	411	578	891	664	1.894	1.862	760
<b>2 a 5 SM</b>	883	521	285	395	100	72	878	369	362	339	668	344
<b>5 a 10 SM</b>	53	312	97	19	67	34	42	171	135	112	304	148
<b>10 SM +</b>	51	109	15	0	34	32	53	160	123	110	248	59

## Volumes totais das trocas migratórias (Imigrantes e Emigrantes) – Faixa Etária

<b>Imigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>15 a 29</b>	2.265	1.831	1.140	213	271	318	220	300	254	1.098	1.331	916
<b>30 a 44</b>	1063	904	530	68	285	130	171	311	249	982	1.191	508
<b>45 a 59</b>	420	364	304	61	39	45	90	113	45	434	497	375
<b>60 +</b>	301	246	149	12	24	36	19	13	23	137	195	196
<b>Emigrantes</b>												
	<b>Intrarregional</b>			<b>Intraestadual</b>			<b>RMGV</b>			<b>Interestadual</b>		
	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>	<b>86/91</b>	<b>95/00</b>	<b>05/out</b>
<b>15 a 29</b>	688	1.330	1.090	302	262	451	948	699	1034	1.766	1.459	1.049
<b>30 a 44</b>	467	956	809	206	295	415	464	424	669	1.303	905	888
<b>45 a 59</b>	71	585	540	135	37	171	236	273	384	372	450	186
<b>60 +</b>	319	427	381	81	47	67	156	207	129	112	224	237